



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

ARMANDO CARLOS DE AMORIM NAHMIAS

ELEIÇÕES NA GUIANA:
perspectivas para uma democracia étnica

BOA VISTA, RR
2016

ARMANDO CARLOS DE AMORIM NAHMIA

ELEIÇÕES NA GUIANA:
perspectivas para uma democracia étnica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Área de Concentração: Meio Ambiente, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima

BOA VISTA, RR
2016

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

N155e Nahmias, Armando Carlos de Amorim.

Eleições na Guiana : perspectivas para uma democracia étnica /
Armando Carlos de Amorim Nahmias. – Boa Vista, 2016.
140 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

1 – Guiana. 2 – Etnicidade. 3 – Raça. 4 – Etnia. 5 – Democracia. I –
Título. II – Lima, Erick Cavalcanti Linhares (orientador).

CDU – 324(881)

ARMANDO CARLOS DE AMORIM NAHMIAIS

ELEIÇÕES NA GUIANA:
perspectivas para uma democracia étnica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Área de Concentração: Meio Ambiente, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas. Qualificada em 16/12/2015 e avaliada em 16/12/2016 pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima
Orientador
NECAR

Prof.^a Dr.^a Marcelle Ivie da Costa Silva
NECAR

Prof. Dr. Isaias Montanari Júnior
UFRR Membro externo

BOA VISTA, RR
2016

Dedico este trabalho à minha esposa,
Nerlene Furtado de Amorim Nahmias, que
sempre me apoiou e muito suportou
durante as longas horas de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima, pela paciência demonstrada durante o árduo processo de elaboração desta dissertação, pelas valiosas lições e pela confiança depositada no meu trabalho.

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta de muitas pessoas, em especial William John Ebenezer Harris. Serei eternamente grato também a todos os meus professores no mestrado, pela inestimável contribuição de cada um para minha formação.

Agradeço especialmente à Dr.^a Marcelle Ivie da Costa Silva e à Dr.^a Geyza Alves Pimentel, pela boa vontade, gentileza, apoio e consideração “durante a aventura do aprendizado”. Não poderia também deixar de agradecer a Pierre Santos Castro, que muito me incentivou a seguir em frente e perseverar até passar no mestrado. Sua paciência em ler e corrigir meus projetos iniciais foram fundamentais para me preparar para todos os desafios desta tarefa. Por fim, sou grato ao meu cunhado e amigo Ronalson Moura Cavalcante, pela minuciosa revisão da versão final.

*Kites rise highest against the wind - not
with it.*

(Winston Churchill)

RESUMO

Em que pese sua curta história independente, a Guiana experimentou diversos períodos de enfrentamento étnico, quase chegando a experimentar a guerra civil. Diante desse quadro, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: qual o papel do voto étnico para o processo eleitoral em uma sociedade plural? Para nortear os trabalhos, formulou-se a hipótese de que as escolhas eleitorais são fortemente influenciadas pelo alinhamento étnico. Estabeleceu-se como objetivo da pesquisa o estudo da relevância da questão étnica no sistema eleitoral guianense. O primeiro objetivo foi cumprido ao longo do terceiro capítulo, no qual se construiu um panorama histórico das eleições, no período de 1947 a 2016, desse país tão marcado por conflitos étnicos. Para a consecução do segundo, o quarto capítulo tratou de esmiuçar diversos aspectos institucionais daquela sociedade. Por fim, a terceira meta foi executada no decorrer do quinto capítulo, com a tabulação e comparação de todos os dados que foram coletados durante a pesquisa. Ao cabo da empreitada, este pesquisador pôde concluir que o voto étnico tem grande importância na sociedade guianense. A correlação dos dados do censo 2012 com os das votações de cada região nas eleições de 2011, 2015 e 2016 demonstram que a política do *apanjaht*, apesar de não ser oficialmente endossada, possui forte apelo. Uma segunda conclusão atingida durante a pesquisa é que os institutos de compartilhamento do poder na política guianense não têm atuado como mecanismos eficientes de amortecimento das insatisfações das etnias sobrepujadas nas eleições.

Palavras-chave: Guiana. Etnicidade. Raça. Etnia. *Apanjaht*. Democracia. Democracia formal. Democracia material. Sistemas eleitorais. Responsividade. Eleição e Democracia. Partidos Políticos. Histórico das eleições.

ABSTRACT

Despite its brief independent history, Guyana has experienced several periods of ethnic confrontation, almost reaching civil war. Given this scenario, the following research problem was formulated: what is the role of the ethnic voting for the electoral process in a plural society? To guide the work, a hypothesis was formulated that the electoral choices are strongly influenced by the ethnic alignment. This way, it was established that the purpose of the essay was to study the relevance of the ethnic issue in the Guyanese electoral system. The first objective was fulfilled throughout the third chapter, in which a historical panorama of the elections between 1947 and 2016 was constructed to show this country so marked by ethnic conflicts. In order to achieve the second, the fourth chapter sought to smash various institutional aspects of that society. Finally, the third goal was performed during the fifth chapter, with the tabulation and comparison of all the data that were collected during the research. At the end of the project, this researcher could conclude that the ethnic vote has great importance in Guyanese society. The correlation between the 2012 census data and that of each region's vote in the 2011, 2015 and 2016 elections shows that Apanjaht's policy, although not officially endorsed, has a strong appeal. A second conclusion reached during the research is that power-sharing institutes in Guyanese politics have not acted as efficient mechanisms to cushion the dissatisfactions of the ethnic groups surpassed in the elections.

Key-words: Guyana. Ethnic. Race. Ethnicity. Apanjaht. Democracy. Formal democracy. Material democracy. Electoral systems. Responsiveness. Election and Democracy. Political parties. History of elections.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa geopolítico da Guiana.....	135
Gráfico 2 – Regiões da Guiana reivindicadas por países vizinhos.....	136
Gráfico 3 – Divisão administrativa da Guiana.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 2, de maioria indo-guianense.....	113
Gráfico 2 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 3, de maioria indo-guianense.....	113
Gráfico 3 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 5, de maioria indo-guianense.....	114
Gráfico 4 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 6, de maioria indo-guianense.....	114
Gráfico 5 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 4, de maioria afro-guianense e mestiça.....	115
Gráfico 6 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 7, de maioria afro-guianense e mestiça.....	116
Gráfico 7 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 10, de maioria afro-guianense e mestiça.....	116
Gráfico 8 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 1, de maioria ameríndia.....	117
Gráfico 9 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 8, de maioria ameríndia.....	118
Gráfico 10 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 9, de maioria ameríndia.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de governo aristotélicas.....	44
Tabela 2 – Resultado da Eleição de 1947.....	68
Tabela 3 – Resultado da Eleição de 1953.....	69
Tabela 4 – Resultado da Eleição de 1957.....	71
Tabela 5 – Resultado da Eleição de 1961.....	71
Tabela 6 – Resultado da Eleição de 1964.....	73
Tabela 7 – Resultado da Eleição de 1968.....	74
Tabela 8 – Resultado da Eleição de 1973.....	75
Tabela 9 – Resultado da Eleição de 1980.....	77
Tabela 10 – Resultado da Eleição de 1985.....	78
Tabela 11 – Resultado da Eleição de 1992.....	79
Tabela 12 – Resultado da Eleição de 1997.....	80
Tabela 13 – Resultado da Eleição de 2001.....	81
Tabela 14 – Resultado da Eleição de 2006.....	81
Tabela 15 – Resultado da Eleição de 2011.....	82
Tabela 16 – Resultado da Eleição de 2015.....	86
Tabela 17 – Resultado da Eleição de 2016.....	88
Tabela 18 – Distribuição de vagas na National Assembly por região.....	97
Tabela 19 – Comparação entre as listas nacional e regional na Eleição de 2015...	101
Tabela 20 – Distribuição das etnias por região no Censo de 2012.....	102
Tabela 21 – Distribuição percentual das etnias por região no Censo de 2012.....	103
Tabela 22 – Distribuição da população pelas regiões no Censo de 2012.....	104
Tabela 23 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2011, por etnia.....	106
Tabela 24 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2011, por etnia.....	107
Tabela 25 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2015, por etnia.....	108
Tabela 26 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2015, por etnia.....	108
Tabela 27 – Regiões de ameríndios e indo-guianenses na Eleição de 2015.....	109
Tabela 28 – Regiões de afro-guianenses e mestiços na Eleição de 2015.....	109
Tabela 29 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2016, por etnia.....	111

Tabela 30 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2016, com as maiores etnias.....	111
Tabela 31 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2016, por etnia.....	112
Tabela 32 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria indo-guianense.....	112
Tabela 33 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria afro-guianense e mestiça.....	115
Tabela 34 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria ameríndia.....	117
Tabela 35 – Comparação da votação do PPP e PNC.....	131
Tabela 36 – Composição dos parlamentos guianenses.....	131
Tabela 37 – Relação dos Chefes de Estado.....	132
Tabela 38 – Relação dos Líderes do Legislativo da Guiana.....	132
Tabela 39 – Relação dos Líderes da Oposição da Guiana.....	133
Tabela 40 – Composição étnica da população guianense.....	133
Tabela 41 – Composição do Parlamento de 1947 a 1980.....	133
Tabela 42 – Composição do Parlamento de 1985 a 2015.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	<i>Alliance for Change</i>
APNU	<i>A Partnership for National Unity</i>
BGLP	<i>British Guyana Labor Party</i>
CARICOM	<i>Caribbean Community</i>
CDD	<i>Committee in Defence of Democracy</i>
CDD	<i>Concerned Citizens' Committee</i>
DLM	<i>Democratic Labour Movement</i>
DRA	<i>Desenvolvimento Regional da Amazônia</i>
DRM	<i>Democratic Reform Movement</i>
EUA	<i>Estados Unidos da América</i>
GAP	<i>Guyana Action Party</i>
GBG	<i>God Bless Guyana</i>
GDF	<i>Guyana Defense Force</i>
GDP	<i>Guyana Democratic Party</i>
GECOM	<i>Guyana Elections Commission</i>
GGG	<i>Good and Green Guyana</i>
GLP	<i>Guyana Labour Party</i>
GNP	<i>Guyana National Party</i>
GUARD	<i>Guyanese Action for Reform and Democracy</i>
GUMP	<i>Guyana United Muslim Party</i>
HTNTP	<i>Healing the Nation Theocracy Party</i>
IBV	<i>Invalid/blank votes</i>
IDEA	<i>Institute for Democracy and Electoral Assistance</i>
IDH	<i>Índice de Desenvolvimento Humano</i>
IP	<i>Independent Party</i>
JFAP	<i>Justice for All Party</i>
JP	<i>Justice Party</i>
LP	<i>Liberator Party</i>
MCAP	<i>Manpower Citizens' Association Party</i>
NDC	<i>Neighbourhood Democratic Councils</i>
NDP	<i>National Democratic Party</i>
NECAR	<i>Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe</i>

NFA	<i>National Front Alliance</i>
NIP	<i>National Independent Party</i>
NLF	<i>National Labour Front</i>
NPR	<i>National Republican Party</i>
OVP	<i>Organisation for the Victory of the People</i>
PAC	<i>Political Affairs Committee</i>
PCD	<i>Patriotic Coalition for Democracy</i>
PDM	<i>People's Democratic Movement</i>
PEPP	<i>Peace, Equality and Prosperity Party</i>
PNC	<i>People's National Congress</i>
PNP	<i>People's National Party</i>
PP	<i>Popular Party</i>
PPP	<i>People's Progressive Party</i>
PPP/C	<i>People's Progressive Party em coalizão com o Civic Group</i>
ROAR	<i>Rise Organise and Rebuild</i>
RORG	<i>Rise Organise and Rebuild Guyana</i>
TCA	<i>Termo de Cooperação Amazônica</i>
TUF	<i>The United Force</i>
TUP	<i>The Unity Party</i>
UDP	<i>United Democratic Party</i>
UF	<i>United Force</i>
UGI	<i>Union of Guyanese International</i>
UNASUL	<i>União de Nações Sul-Americanas</i>
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
URP	<i>United Republican Party</i>
UWP	<i>United Workers Party</i>
VG	<i>Vision Guyana</i>
WPA	<i>Working People's Alliance</i>
WPEO	<i>Women Political and Economic Organisation</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CAPÍTULO 1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA	25
2.1	RECORTE GEOGRÁFICO.....	25
2.2	RECORTE HISTÓRICO.....	29
3	CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
3.1	ETNICIDADE.....	33
3.1.1	Raça	34
3.1.2	Etnia	36
3.1.3	<i>Apanjaht</i>	42
3.2	DEMOCRACIA.....	44
3.2.1	Conceituação e histórico	44
3.2.2	Conceituação: formal e material	45
3.2.3	Características	47
3.2.4	Modelos de democracia	48
3.2.5	Democracia consociativa ou consensual	48
3.2.6	Responsividade enquanto característica da democracia	50
3.2.7	Eleição e Democracia	51
3.2.8	Sistemas eleitorais	53
3.3	PARTIDOS POLÍTICOS.....	56
4	CAPÍTULO 3 – GUIANA: UMA DEMOCRACIA ÉTNICA POLARIZADA ...	63
4.1	O PASSADO: FORMAÇÃO DE UMA NAÇÃO MÚLTIPLA.....	63
4.2	A COLÔNIA: UNIÃO ÉTNICA EM PROL DE UM IDEAL POLÍTICO.....	66
4.2.1	A formação dos partidos e as primeiras eleições	66
4.2.2	A eleição de 1947	67
4.2.3	A eleição de 1953	69
4.2.4	A eleição de 1957	70
4.2.5	A eleição de 1961	71
4.2.6	A eleição de 1964	72
4.3	A LIBERTAÇÃO: DA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA AO AUTORITARISMO.....	73

4.3.1	A eleição de 1968	74
4.3.2	A eleição de 1973	75
4.3.3	A eleição de 1980	77
4.3.4	A eleição de 1985	77
4.4	DEMOCRATIZAÇÃO: A SEGUNDA TENTATIVA	78
4.4.1	A eleição de 1992	78
4.4.2	A eleição de 1997	79
4.5	O IMOBILISMO POLÍTICO: O ESGOTAMENTO DO SISTEMA	80
4.5.1	A eleição de 2001	80
4.5.2	A eleição de 2006	81
4.5.3	A eleição de 2011	82
4.6	O PRESENTE: UMA NOVA ESPERANÇA	82
4.6.1	O contexto	83
4.6.2	A eleição de 2015	85
4.6.3	Um observador eleitoral internacional: o Centro Carter	87
4.6.4	A eleição de 2016	88
5	CAPÍTULO 4 – OS ATUAIS SISTEMAS POLÍTICO E ELEITORAL	89
5.1	AS REGRAS DO JOGO	89
5.1.1	A primeira grande crise institucional: a eleição de 1964	89
5.1.2	O acordo Herdmanston	90
5.1.3	A nulidade da eleição de 1997	92
5.1.4	O acordo Bourda	92
5.1.5	A reforma constitucional: gênese do problema?	93
5.2	O SISTEMA POLÍTICO ATUAL	94
5.3	O SISTEMA ELEITORAL ATUAL	95
5.4	OS PARTIDOS POLÍTICOS	98
6	CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DE DADOS DAS ELEIÇÕES	101
6.1	O CENSO DE 2012	102
6.2	A ELEIÇÃO DE 2011	105
6.3	A ELEIÇÃO DE 2015	107
6.4	A ELEIÇÃO DE 2016	110
6.5	EVOLUÇÃO DA VOTAÇÃO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação divide-se em cinco capítulos. O primeiro aborda as características gerais da pesquisa, especificando o problema, formulando a hipótese investigada durante o mestrado e expondo as justificativas para a escolha do assunto. Após a identificação dos objetivos principal e secundários que guiaram a empreitada, os métodos de pesquisa são detalhados.

O primeiro capítulo delimita o tema, particularizando os recortes geográfico e temporal. O segundo, apresenta a fundamentação teórica necessária à discussão das questões levantadas nos tópicos seguintes. No terceiro capítulo, monta-se um panorama histórico mais aprofundado do processo eleitoral e das relações entre as etnias, abordando as eleições e os correspondentes conflitos ocorridos desde o período colonial até o pleito de 2016. Em seguida, o quarto capítulo analisa os atuais sistemas político e eleitoral guianenses e sua dinâmica multiétnica. O quinto capítulo faz uma análise comparativa das eleições guianenses, relacionando o censo de 2012 com as votações nas eleições de 2011, 2015 e 2016 em cada uma das regiões administrativas e apresentando um comparativo da evolução histórica da votação nessas eleições. As considerações finais discorrem sobre as conclusões tomadas por este mestrando durante sua pesquisa.

Como é demonstrado no curso do trabalho, em que pese sua curta história independente, a Guiana experimentou períodos de sérias ameaças às liberdades democráticas¹. Interessante notar que ambas as etnias majoritárias (descendentes de africanos e de indianos) tiveram, em seu próprio momento histórico, êxito nas urnas. Infelizmente, as duas utilizaram uma sequência de vitórias eleitorais em seu favor, alienando, em maior ou menor grau, seus adversários do processo eleitoral. Primeiro, os afro-guianenses obtiveram a hegemonia eleitoral com o PNC no período de 1964 a 1992, que chegou a ter poderes quase absolutos na reforma Constitucional decorrente do Referendo de 1978, como é demonstrado no tópico

¹ Em que pese ser bastante questionável a alegação de que o governo de Bharrat Jagdeo tenha se constituído numa ditadura, não se pode negar a diminuição de certas liberdades democráticas, principalmente relacionadas às alegações, inclusive de observadores internacionais, de fraude eleitoral. Essas fraudes acabam por diminuir a responsividade de seu governo, o que é uma das dimensões da poliarquia imaginada por Dahl (1997), assunto discutido no tópico 3.2.6.

4.3. Depois, os indo-guianenses com o PPP, no período de 1997 a 2015, alcançaram igual hegemonia, como é visto no tópico 4.5. Apenas para se ter uma ideia, a eleição de 1997 chegou a ser anulada, o que é tratado com detalhes no tópico 5.1.3.

Diante desses constantes enfrentamentos, uma inquietação se apresentou ao espírito deste pesquisador, que pode ser sintetizada no seguinte problema de pesquisa: qual a papel do voto étnico para o processo eleitoral em uma sociedade plural? Em outras palavras, a proposta é discutir o processo de votação em sociedades marcadas por fraturas étnicas e, com base nessa discussão, lançar luz na questão da possibilidade de se estabelecer um processo eleitoral livre em um contexto político multiétnico. Não se pretende aqui afirmar que haja qualquer problema especificamente no confronto étnico ou mesmo insinuar a impossibilidade de eleições livres numa sociedade plural. Definitivamente não é o caso. Afinal, o conflito e a dissonância fazem parte intrínseca do jogo político; são justamente os dínamos que geram as mudanças na sociedade. O que se deseja é analisar a contribuição do fator étnico para o processo eleitoral. Também é importante aclarar que a menção a pleitos livres deseja referir a liberdade de votar sem qualquer tipo de restrição física ou moral. Por exemplo, a política do *apanjaht*, explanada no tópico 3.1.3, constitui uma espécie de coação moral, representando uma pressão para que os eleitores votem em candidatos de sua própria etnia, a despeito de qualquer identificação ideológica pessoal.

Claro que, ao se analisar o problema proposto, não se pode perder de vista que a questão étnica é apenas um fator num complexo conjunto de elementos que determinam as opções políticas de um povo. Por maior que seja sua relevância no contexto social, há sempre outros elementos que podem interferir ou mesmo determinar as escolhas eleitorais, como por exemplo, carisma pessoal das lideranças, desempenho econômico, alegações de corrupção, escolaridade, clientelismo, políticas de proteção social ou de inclusão social.

Não se pode olvidar tampouco que o caso guianense é apenas um a mais num universo de sociedades plurais que compartilham vicissitudes e idiosincrasias similares. No Caribe, há ainda os exemplos de Suriname, Trindade e Tobago e Belize, que enfrentam dificuldades parecidas em termos de composição étnica e longevidade de seus sistemas políticos. Além dessas, outras sociedades espalhadas

pelo mundo apresentam relações interétnicas acrimoniosas com expressividade política, tais como o sudeste da Ásia, o Oriente Médio e a África. Entretanto, com o intuito de bem delimitar o lócus, esta dissertação discorre especificamente sobre a Guiana.

A presente pesquisa trabalha com a hipótese de que, na Guiana, as escolhas eleitorais são fortemente influenciadas pelo alinhamento étnico. Em verdade, parte-se do pressuposto de que não há razão ontológica, imanente a um sistema partidário multiétnico, que impeça o estabelecimento e a manutenção de pleitos livres. Como já esclarecido, é perfeitamente admissível algum desequilíbrio das instituições em um ambiente multirracial. Com efeito, quaisquer fortuitos embates étnicos podem até representar uma eventual distopia em um dado processo eleitoral. Porém, essa circunstância é justamente a discussão central deste trabalho: tais anomalias representam uma característica fundamental das eleições nas sociedades plurais ou podem estar relacionadas às próprias vicissitudes inerentes a qualquer processo eleitoral, cuja essência é a contenda. Neste sentido, talvez a disputa étnica seja tão espontânea nesse tipo de contextura como qualquer outro tipo de embate (político, ideológico, religioso, territorial, censitário, capacitário etc). Afinal um dos pressupostos da democracia é justamente “o desenvolvimento de um sistema político que permite oposição, rivalidade ou competição entre um governo e seus oponentes” (DAHL, 1997, p. 25).

A título de justificativa, há que se registrar que o autor do presente projeto é servidor público, tendo mais de 15 anos de prática profissional nos diversos setores da Justiça Eleitoral roraimense. Ao retomar seus estudos, pretendeu aproveitar toda a bagagem colacionada nesse período e buscou um tema que pudesse relacionar seu tirocínio com o programa do mestrado em DRA. O aproveitamento da experiência profissional na pesquisa acadêmica garante ao mestrando instrumental para trabalhar o tema de forma privilegiada, com o olhar singular de alguém que vivenciou a teoria na prática. Quando da divulgação dos professores disponíveis para orientação, o mestrando constatou o nome do Doutor Erick Linhares, com quem possui longo histórico de trabalho profissional na Justiça Eleitoral e que tem vários trabalhos publicados sobre a Guiana. Ao ponderar possíveis temas que juntassem a experiência profissional com as linhas de pesquisa do curso, o

orientador sugeriu a análise do sistema eleitoral guianense sob o aspecto multiétnico. Ao iniciar os estudos, o mestrando se deparou com suspeitas de que os conflitos étnicos poderiam prejudicar o processo eleitoral, o que deu origem ao questionamento já apresentado nos tópicos antecedentes.

A relevância do tema é patente, pois a Guiana é um país importante no panorama caribenho, a ponto de a sede da CARICOM situar-se em Georgetown. Não se pode olvidar o fato de ser um vizinho com o qual o Brasil vem tentando estreitar relações diplomáticas e comerciais que seriam muito importantes para a inserção brasileira no panorama caribenho. Ademais, há poucos estudos disponíveis em língua portuguesa tanto sobre a Guiana como sobre a interligação entre etnicidade e votação, circunstâncias que demonstram inequivocamente a originalidade do tema. Apesar de isso dificultar sensivelmente o levantamento de material bibliográfico, aumenta exponencialmente a relevância do resultado correspondente. Relevante destacar que mestrado foi desenvolvido junto ao NECAR, o que igualmente estimula a pesquisa sobre essa que é a mais curta ponte de integração do Brasil com os países caribenhos. Outro fator que justifica a escolha daquele país é a constância dos distúrbios multirraciais enfrentados pela jovem democracia, o que a qualifica como um bom laboratório para a análise a que esta dissertação se propõe.

O objetivo desta pesquisa é estudar a relevância da questão étnica no sistema eleitoral guianense. Portanto, o presente trabalho tem como escopo analisar como se manifesta a clivagem étnica no processo eleitoral, buscando entender a importância dessa questão no processo eleitoral.

Essa meta primária pode ser desdobrada nas seguintes específicas:

- a) estudar a sociedade guianense, principalmente quanto à história de suas relações étnicas e eleitorais;
- b) analisar os sistemas político e eleitoral, notadamente quanto à dinâmica multiétnica; e
- c) comparar a votação eleitoral em cada uma das regiões administrativas da Guiana com a respectiva composição étnica, demonstrada no censo 2012.

No que concerne à metodologia que consiste na espinha dorsal do estudo, é de se registrar que a tipologia da pesquisa é exploratória pois visa a conhecer com maior profundidade o assunto da pesquisa, usando uma abordagem quantitativa e qualitativa. Nesse contexto, segundo (GIL, 2008, p. 43): “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.”

Para a definição dos métodos de pesquisa, utilizou-se o modelo exposto por ANDRADE (2009). Em primeiro lugar, para uma pesquisa científica é importante estabelecer “o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos ou no caminho para chegar-se à verdade” (ANDRADE, 2009, p. 120). Desta forma, o método de abordagem usado por este mestrando foi o hipotético-dedutivo, o qual “não se limita à generalização empírica das observações realizadas, podendo-se, através dele, chegar à construção de teorias e leis” (ANDRADE, 2009, p. 122).

Em relação às etapas do trabalho, foram usados basicamente quatro tipos de métodos de procedimento. Em primeiro lugar, foi utilizado o método histórico, para investigar os acontecimentos do passado e verificar sua influência na sociedade de hoje (ANDRADE, 2009). Para o tratamento dos dados relativos aos resultados eleitorais e sua correlação com a composição étnica, foi necessário usar o método estatístico, que “permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado” (ANDRADE, 2009, p. 123). Ao lançar mão do método estruturalista, pretendeu-se transitar “do concreto para o abstrato e vice-versa, dispondo, na segunda etapa, de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos” (ANDRADE, 2009, p. 124). Por fim, também foi utilizado o método monográfico para analisar “determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações” (ANDRADE, 2009, p. 124).

Quanto às técnicas de pesquisa, relacionadas com a coleta de dados, foram utilizadas a documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e a direta (observação direta intensiva mediante entrevista semiestruturada). A pesquisa bibliográfica abrangeu a consulta a livros, artigos, teses e dissertações sobre assuntos correlatos. A pesquisa documental foi realizada com a análise de relatórios e documentos oficiais que dizem respeito às eleições realizadas na Guiana.

Para a análise de dados que compõe o quinto capítulo, optou-se por utilizar como estratégia de pesquisa o estudo de caso, pois como ensina Yin (2001, p. 19):

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Por fim, é de se registrar que, infelizmente, não foi possível obedecer ao cronograma original, que preconizava o término da dissertação no prazo de um ano, principalmente porque, como explanado no tópico 6.1, o Departamento de Estatística da Guiana atrasou em muito a publicação dos resultados do censo de 2012. Apenas no dia 30 de junho de 2016 foi liberado para o público o relatório que apresentava a composição étnica da sociedade guianense. Tendo em consideração que esses dados eram fundamentais para a consecução da presente pesquisa, não havia como concluí-la antes de sua divulgação.

Assim, como exposto, esta pesquisa se volta à análise da democracia guianense, realizando uma pesquisa histórica das eleições, culminando com a comparação dos dados do censo de 2012 com as votações das eleições de 2011, 2015 e 2016.

2 CAPÍTULO 1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

Passando à delimitação do tema, é importante registrar inicialmente que a República Cooperativa da Guiana é um país jovem, que conquistou sua independência em 26 de maio de 1966. Sua população é composta predominantemente por descendentes de africanos e de indianos. Ocorre que a convivência entre as diversas etnias guianenses não tem sido pacífica. Com efeito, sua população já se viu à beira da guerra civil por várias vezes, com inúmeros episódios de violência inter-racial e enorme prejuízo financeiro. No campo político, a situação não é menos turbulenta. Em sua curta história, enfrentou um período de sérias restrições ao pleno exercício da cidadania (órgãos internacionais já levantaram diversas suspeitas de irregularidade quanto à maioria das 15 eleições gerais já realizadas desde 1940). A correlação desses e de outros fatores permite supor que talvez a rivalidade entre as duas etnias preponderantes tenha alguma ligação com a instabilidade democrática, tema que dá margem a muitos outros debates. Por corolário, o autor deste projeto se propõe a estudar a questão eleitoral sob uma perspectiva étnica, para verificar se há alguma relação entre os fatores e qual sua natureza.

No curso deste trabalho esta e outras questões serão destrinçadas, culminando com o cruzamento de dados eleitorais com composição étnica para verificar se há qualquer tendência de os eleitores votarem em determinada etnia.

2.1 RECORTE GEOGRÁFICO

Neste ponto, é oportuno apresentar uma paisagem do objeto de pesquisa, mostrando a miríade de aspectos que caracterizam a República Cooperativa da Guiana, uma nação de contrastes.

Sob a perspectiva topográfica, pode-se caracterizá-lo como localizado no extremo norte da América do Sul, fazendo limites com o Suriname a leste; o Brasil a sul e sudoeste; a Venezuela a oeste; e o Oceano Atlântico a norte. Com 214.969 km², é o terceiro menor Estado independente no continente sul-americano, maior

apenas que Uruguai e Suriname (CIA, 2015c). Possui um planalto central no interior e uma região montanhosa nas fronteiras com a Venezuela e o Brasil. O interior do país é ocupado por densa floresta amazônica. Sua faixa costeira é constituída por um terreno plano, pantanoso e, em grande parte, posicionado abaixo do nível do mar, o que, para evitar inundações das águas do Atlântico, obrigou a construção de um sistema de diques e canais na metade do século XVII (CAVLAK, 2014). Os principais rios que cortam seu território são o Essequibo, o Demerara e o Berbice.

A economia da Guiana, de acordo com a CIA (2015c), se baseia na agricultura e no extrativismo mineral, sendo altamente dependente da exportação de seis *commodities*: açúcar, ouro, bauxita, camarão, madeira e arroz. Seu PIB é o 172.º (dentre 230 países). A inflação tem estado sob controle, tendo chegado inclusive a se registrar deflação de 0,3% no ano de 2015. Apesar disso, possui alta taxa de desemprego: 11,1% (estimativa de 2013).

A flora guianense é exuberante. Mais de 80% do território do país é composto por florestas inabitadas, que constituem uma das maiores florestas virgens da América do Sul, proporcionalmente (OTCA, 2013). Metade das suas mais de oito mil espécies de plantas são encontradas preponderantemente em território guianense, o que demonstra sua relevância botânica.

A zona demográfica mais habitada é a faixa litorânea, com mais de 90% de sua população concentrada em apenas 4% do território (TURNO A., 1988). De acordo com o censo de 2012 (GUYANA, 2016b), sua população é composta por descendentes de indianos (39,83%) e de africanos (29,25%), mestiços (19,88%), ameríndios (10,51%) e outras etnias (0,53%), dentre portugueses, chineses e ingleses. O país registra a expectativa de vida mais baixa da América do Sul: 68,09 anos² (CIA, 2015a). Sua densidade demográfica é de 3,5 hab/km² (GUYANA, 2014), o sexto país independente menos habitado do mundo (QUEIROZ, 2014). Apenas 26,4% de sua população pode ser considerada como urbana, sendo o restante suburbano ou rural (GUYANA, 2014). Apesar disso tudo, curiosamente, possui um alto nível de alfabetização³: 88,5% (CIA, 2015b). De acordo com o censo de 2012, sua população é de 747.884 habitantes (GUYANA, 2014), tendo-se mantido estável

² Estimativa de 2015.

³ Estimativa de 2015.

desde a década de 70 do século passado, em razão da migração massiva e progressiva da população (TURNO A., 1988). Ramkarran (2004) estima que por volta de 400.000 guianenses vivam nos EUA, Canadá, Reino Unido e Caribe.

Pela ótica cultural, além de fazer parte do Caribe anglófono, a Guiana é a única nação da América do sul que tem o inglês como idioma oficial. Além dela, outras são faladas por uma pequena minoria indígena (principalmente o Arawak). Há, ainda, o chinês, o hindustani (um dialeto do hindi) e o crioulo guianense⁴ (CIA, 2015c).

Num ângulo mítico, acreditou-se por algum tempo que a cidade de El Dorado poderia estar localizada no platô das Guianas. Walter Raleigh fez duas expedições, em 1596 e em 1617, para precisar a localização da cidade que seria coberta de ouro e conteria riquezas inimagináveis. Uma cidade tão opulenta que fazia parte da cerimônia de entronização encobrir o chefe com pó de ouro e jogar ouro e pedras preciosas no fundo de um lago para apaziguar o deus que supostamente viveria lá no fundo (DRYE, [s.d.]). “Outros escritores dedicaram, igualmente, sua imaginação para essas paragens, como Shakespeare, no *Falstaff*, Voltaire, no *Candido*, Milton, no *Paraíso Perdido*, e Arthur Conan Doyle, em seu *Lost Word (sic)*.” (CAVLAK, 2014, p. 241).

No aspecto religioso, mais da metade da população é cristã: 63,8%, distribuídos em 22,8% pentecostais, 7,8% católicos, 5,2% anglicanos, 5,4% adventistas, 1,35% metodistas, 1,29% testemunhas de jeová e 20,76% outros. Os demais se dividem entre hinduísmo (24,83%), islamismo (6,77%) e outras religiões (1,38%). Por fim, 3,14% se declararam sem religião (GUYANA, 2016b, p. 28).

Sob uma perspectiva da soberania, pode-se dizer que seu nome oficial é *Co-operative Republic of Guyana*. Conquistou sua independência do Reino Unido em 26 de maio de 1966, mantendo *Elizabeth II* como chefe de Estado até 23 de fevereiro de 1970, quando se tornou uma república. É o único membro da *Commonwealth*⁵ situado na América do Sul.

⁴ Um crioulo baseado no inglês com sintaxe dos países africanos e da Índia, cuja gramática não é padronizada.

⁵ Comunidade de países independentes que, em sua maioria, faziam parte do Império Britânico.

Quanto à organização política interna, hoje, é uma república democrática representativa parlamentarista dividida em três poderes, sendo o presidente eleito indiretamente. O poder legislativo é composto pelo Presidente e por uma única câmara chamada de *National Assembly*, com 65 membros. Possui 10 divisões administrativas, sendo a mais importante a região 4, Demerara-Mahaica, que, por sinal, foi fundamental para o resultado da eleição 2015. Como é discutido especificamente na seção 6.3 desta dissertação, seus 184.806 eleitores votantes em 2015 (GUYANA, 2015c), tiveram impacto decisivo. Apesar de ser o menor distrito em extensão (com apenas 2.232 km²) é o maior em população (com 313.429 habitantes) o que faz com que tenha a densidade demográfica de 140,4 hab/km², quase cinco vezes superior à segunda região mais densa, a região 3, Ilhas Essequibo-Demerara Ocidental (28,6 hab/km²) (GUYANA, 2014). Na outra ponta do espectro ficam empatadas as regiões 7 e 9, que possuem apenas 0,4 hab/km² (GUYANA, 2014), bem menos que a Mongólia, país com o menor índice do mundo, de 1,89 hab/km² (QUEIROZ, 2014).

Quanto às relações internacionais, faz parte da CARICOM, inclusive abrigando a sede em sua capital, Georgetown. É membro pleno da UNASUL e signatário do TCA. A maior parte de seu território é objeto de disputas fronteiriças. Como pode se constatar na Gráfico 2, a Venezuela reivindica a propriedade de mais de 70% do território guianense, área conhecida como Território Essequibo, correspondente à região a oeste do rio de mesmo nome (LINHARES, 2013). Do outro lado, a Erro: Origem da referência não encontrada mostra que o Suriname reclama uma área de 15 mil quilômetros às margens do Rio *Courentyne* (SILVA, 2004).

Sob uma perspectiva de desenvolvimento humano, o relatório publicado pela UNDP atribui à Guiana o IDH de 0,636, posicionando-a em 124.º, numa relação de 188 países e territórios (UNDP, 2015).

Entretanto, nenhuma dessas estatísticas consegue capturar a quintessência da alma guianense, esse país recheado de contradições, idiosincrasias e curiosidades. Apenas para exemplificar, pode-se tomar como exemplo seu lema: *One People, One Nation, One Destiny*. O preceito exterioriza uma desejada união, dissimulando o fato de que sua sociedade é marcada por acirradas disputas étnicas,

tendo passado por diversas turbulências em sua curta história como país independente.

Apenas para que se tenha uma idéia do nível das divergências entre as etnias preponderantes na Guiana, pode-se mencionar que, segundo Granger (2005), 80% dos militares guianenses são negros. Ou seja: a instituição que deveria manter defender o país é dominada por uma das etnias. Na realidade, o fator étnico exerce grande influência sobre a segurança doméstica e as relações entre civis e militares na Guiana (GRANGER, 2005). Para o PPP, as forças armadas se constituíam em um nicho de emprego historicamente reservado pelo PNC aos afro-guianenses. Granger (2005) afirma, ainda, que, mesmo com a realização de campanhas de recrutamento que tinham o objetivo deliberado de diversificar a composição étnica das forças armadas, a maioria negra permaneceu inalterada talvez por razões sociológicas inexploradas.

2.2 RECORTE HISTÓRICO

É de se ver que a análise isolada de apenas uma eleição é incapaz de fornecer elementos suficientes para visualizar em sua inteireza a realidade a ser estudada. Para se compreender com propriedade toda a extensão da controvérsia pesquisada, faz-se necessário tecer um ligeiro panorama histórico das disputas eleitorais gerais realizadas no país, demonstrando os principais pontos de tensão entre os diversos grupos que compõem o cenário político guianense. Escolheu-se o ano de 1947 como marco inicial para o estudo histórico das eleições guianenses por dois motivos. Nesse ano, pela primeira vez, fica claro que as diferenças étnicas poderiam ser utilizadas para fins políticos. Outrossim, houve um hiato eleitoral de 12 anos, no qual, em razão da II Guerra Mundial, os parlamentares eleitos em 1935 mantiveram-se em seus cargos, no que ficou conhecido como *Long Parliament*.

Com o objetivo de se libertar do jugo inglês, algumas personalidades influentes resolveram deixar de lado temporariamente diferenças étnicas e políticas para juntarem forças, formando um único partido, o PPP, que obteve várias vitórias eleitorais na virada da década de 1940 para 1950. Entretanto, o líder dos indo-guianenses, o dentista Cheddi Berret Jagan, tinha propensões comunistas. Do outro

lado, o principal representante dos afro-guianenses, um advogado negro formado em Londres chamado Linden Forbes Sampson Burnham, era mais moderado, com inclinações social-democratas. As diferenças econômicas e a política do *apanjaht*⁶ precipitaram uma cisão no final da década de 1950, com a criação de um novo partido, o PNC, para o qual Forbes Burnham conseguiu atrair muitos descendentes de africanos. Em contraposição, Cheddi Jagan manteve-se no PPP, que passou a ser majoritariamente formado por descendentes de indianos. É importante aclarar que essa cisão teve motivações mais políticas que propriamente raciais. Com efeito, muitas personalidades negras permaneceram no PPP, assim como muitos descendentes de indianos migraram para o PNC, atraídos pelo carisma político de Burnham. Não havia uma divisão maniqueísta.

Com o agravamento das divergências, o país foi sacudido por uma série de convulsões sociais étnicas que beiraram a guerra civil. Várias grandes greves foram organizadas no período, com violência e incêndios, deixando muitos mortos e feridos e vários milhões de dólares de prejuízos decorrentes do vandalismo. Por ter uma política mais moderada, o PNC recebeu apoio dos britânicos, que tinham receio da política comunista do PPP. Apesar de ter ganho a eleição de 1964, o PPP foi impedido de se manter no poder por uma manobra do PNC, que se aliou à UF (um partido de direita apoiado pelos interesses de comerciantes portugueses), formando uma coalizão contra os indo-guianenses, sob o beneplácito britânico. Dessa forma deu-se início a um período de preponderância política dos negros.

Com a aparente estabilidade, criou-se um ambiente favorável à independência política. Contudo, tal preponderância foi assegurada em sucessivas vitórias nas urnas, por meio de fraudes eleitorais (NOHLEN, 2005), que levaram a uma longa ditadura alinhada com os interesses dos descendentes de africanos. Com a morte de Burnham em 1985, seu sucessor, Desmond Hoyte, também do PNC, foi forçado a uma gradual abertura democrática pela conjuntura econômica mundial, regional e nacional.

A redemocratização permitiu aos indo-guianenses a reconquista do poder pelas urnas, e a nomeação de Cheddi Jagan (do PPP) para a Presidência da República, em 1992. Mesmo depois de sua morte em 1997, outros líderes do PPP

⁶ Política do *Apanjaht*: *vote for your own kind*, que é tratado no tópico 3.1.3.

mantiveram o poder, inclusive tendo sua viúva, Janet Jagan, sido eleita Presidente. Porém as vitórias eleitorais do PPP no período de 1997 a 2011 foram manchadas com novas acusações de fraudes (NOHLEN, 2005). As suspeitas de irregularidades, aliadas à estagnação econômica e à concentração do poder, aumentaram a insatisfação contra a hegemonia indiana. Em 2011, o PNC juntou-se a outros partidos para formar a APNU, mas não conseguiu alcançar a maioria absoluta. Na época, a AFC relutou em se juntar à APNU, com receio de que alguns de seus apoiadores indo-guianenses se recusassem a votar numa coalização que incluísse negros oriundos do PNC. O PPP efetivamente perdeu a hegemonia majoritária em 2011, por ter menos votos que os da APNU somados aos da AFC. Porém, as coalizões pós-eleitorais não eram mais admissíveis, em razão da crise de 1964, em que o PNC aliou-se à UF depois da eleição para obter a maioria dos votos e nomear o Primeiro-Ministro.

Em 2015, diante da conquista moral representada pela derrubada da maioria absoluta do PPP, a APNU conseguiu convencer os setores mais renitentes da AFC a formar uma aliança pré-eleitoral, o que atraiu muitos votos indo-guianenses para a coalizão. Mesmo sem uma significativa mudança na distribuição de votos pelas siglas partidárias, a APNU/AFC conseguiu a maioria absoluta de votos, garantindo a nomeação de David Granger para a Presidência da República. Mesmo reconhecendo que a coalizão APNU/AFC não é composta apenas por descendentes de africanos, a reassunção de um negro ao cargo de Presidente da República é sintomática.

Finalmente, em 2016, com a realização das eleições municipais, o PPP/C conseguiu importantes vitórias que parecem indicar uma insatisfação do povo guianense com o governo da APNU/AFC.

3 CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão abordadas as bases conceituais necessárias à adequada compreensão do objeto de estudo e delineados, em largas pinceladas, alguns institutos fundamentais para a empreitada proposta. Desta forma, serão apresentados alguns conceitos relevantes para a discussão de eleições a serem realizadas em uma contextura multiétnica, assim como das relações que se estabelecem entre os eleitores dentro desse encadeamento. Dentre os institutos relevantes, pode-se mencionar desde já: etnicidade, democracia, sistemas eleitorais e partidos políticos.

3.1 ETNICIDADE

A relação entre etnia, raça e política é um tema instigante mas bastante controvertido. Há muitas posições divergentes nessa seara, inclusive quanto aos próprios conceitos de etnia e raça e quanto à importância de ambos na política. Apenas para exemplificar, doutrinadores do calibre de John Stuart Mill vaticinam peremptoriamente que a democracia é virtualmente impossível em sociedades multiétnicas e completamente impossível em países linguisticamente divididos (*apud* LIJPHART, 1996). Porém, para Lijphart (1996) a teoria do *power-sharing* sustenta que a democracia é possível mesmo nas sociedades profundamente divididas, desde que seja do tipo consensual. Em outras palavras, o compartilhamento do poder é condição necessária para a manutenção da democracia em países profundamente divididos, apesar de não ser suficiente. Este assunto é aprofundado no tópico 3.2.5.

Ao abordar os antagonismos políticos, Maurice Duverger (1966) relaciona os fatores que os determinam, separando-os em duas grandes categorias: individuais e coletivos. Estes últimos são subdivididos em: lutas de classes, embates entre grupos horizontais e conflitos entre raças. O presente tópico foca nesta última modalidade.

3.1.1 Raça

Do ponto de vista genético, hoje é consenso absoluto que a humanidade é formada por uma única espécie: o *homo sapiens*, afinal não há no mundo uma única raça que não seja mestiçada em algum nível; não há raça pura; todas, na realidade, possuem características de outras raças e são produto de miscigenação, em maior ou menor medida.

No entanto, alguns doutrinadores como Duverger (1966) postulam que a espécie humana se subdivide em cinco grandes raças: caucasiana, negróide, mongolóide, ameríndia e australiana. Porém, a Declaração das Raças da UNESCO emitida em 1950 asseverava que a maioria dos antropólogos reconhecia apenas as três primeiras (UNESCO, 1950). Alguns biólogos conseguem subdividir ainda mais essa classificação, com base na frequência de genes, chegando a haver quem identifique até 30 raças, o que é bastante contestado e não possui relevância para este estudo.

O que importa é que, além de inexistir qualquer raça pura, não há base científica alguma que suporte qualquer tipo de preponderância de uma sobre as demais. Elas são distintas; apenas isso. Essa constatação não é nova. Em 1978, a UNESCO emitiu nova declaração (revogando a de 1950), na qual reforça a unidade da humanidade, afirmando em seu artigo 1 que todos os seres humanos pertencem a uma única espécie. O mesmo documento rechaça expressamente qualquer prevalência de algum grupo humano sobre os demais, asseverando que todos os povos do mundo possuem iguais faculdades para atingir o mais alto nível de desenvolvimento, seja ele intelectual, técnico, social, econômico, cultural ou político. Qualquer eventual desnível de realizações ou conquistas é atribuível apenas a fatores geográficos, históricos, políticos, econômicos, sociais ou culturais, desautorizando qualquer tipo de classificação entre povos (UNESCO, 1978).

Quando se fala em raças, é muito comum haver confusão entre realidade e ficção. Em certos casos, classificações podem adquirir uma aparência de realidade, quando, na verdade, tratam de raças míticas, que não possuem nenhum elemento científico a embasar sua pretensa singularidade.

O caso da raça ariana é típico: é uma raça puramente mítica, que só se encontra nos livros. Ninguém jamais encontrou um ariano na rua, nem um esqueleto de ariano nas escavações. O caso da raça judia é ainda mais interessante, pois se refere a uma raça que parece existir. Mas de fato, os judeus são uma comunidade religiosa e cultural, não constituem uma raça. (DUVERGER, 1966, p. 216)

Com efeito, o único critério cientificamente aceitável para a classificação racial é o da frequência genética. Cada raça é caracterizada pela presença de determinados genes no DNA de cada indivíduo. Logo, “as únicas diferenças que a ciência reconhece entre elas são as de ordem biológica: pigmentação, cor dos olhos e dos cabelos, porte, forma do crânio, grupo sanguíneo etc.” (DUVERGER, 1966, p. 217). Fora isso, qualquer outra diferenciação entre os seres humanos pode ser atribuída a qualquer outro fator, menos à raça. A extrapolação dessas especificidades genéticas para o campo da capacidade intelectual, cognitiva ou social não tem nenhuma base científica. Nem mesmo o grau de desenvolvimento tecnológico atual permite qualquer inferência nesse sentido. Afinal,

certas civilizações amarelas, ameríndias e negras foram superiores às civilizações brancas de sua época. As diferenças de desenvolvimento e de comportamento são resultantes das condições de vida (materiais e sociológicas) em que se encontraram colocados os grupos humanos. (DUVERGER, 1966, p. 217).

Isso, porém, não anula a existência do racismo como um dado sociológico real. Tampouco nega a realidade da discriminação racial ou a existência de conflitos a ela relacionados. Estes e aquela existem e são bem reais, em maior ou menor grau, nas diferentes sociedades. “Mas eles não têm a configuração que os racistas lhes atribuem: não se trata de conflitos entre raças superiores e raças inferiores, e sim entre raças diferentes” (DUVERGER, 1966, p. 220).

Há dois tipos de conflitos raciais: os verticais e os horizontais. Os primeiros “contrapõem um grupo racial dominante, colocado no ápice da escala social, e um grupo racial dominado, em posição inferior ao primeiro” (DUVERGER, 1966, p. 221). Nos horizontais, “as duas raças que se defrontam não estão diretamente subordinadas uma à outra e colocadas em níveis diversos de uma mesma escala social” (DUVERGER, 1966, p. 221), mas estão niveladas e se relacionam no mesmo patamar social.

Da mesma forma que os conflitos entre diferentes raças, as disputas entre nações, conjuntos culturais ou etnias não são menos relevantes. Nesses casos, mesmo que, eventualmente, a palavra raça seja utilizada de forma não muito técnica, ainda assim, podem haver sérios conflitos. Em alguns casos, pode-se até chegar a originar guerras civis, como é o caso do Afeganistão, onde se confrontam sunitas e xiitas, duas seitas muçulmanas; os constantes conflitos na faixa de Gaza contrapõem israelitas (judeus) e palestinos (muçulmanos); o desejo de independência da Irlanda do Norte em relação ao Reino Unido. Todos esses conflitos opõem grupos religiosos e não raciais, mas nem por isso deixam de ser violentos e trágicos. “Todas as sociedades dão, portanto, origem, por sua história, seu gênero de vida, seus costumes, seu sistema de educação, a um tipo de personalidade básica” (DUVERGER, 1966, p. 222) que não pode ser confundido com raça. São, mais propriamente, etnias, como é visto no tópico subsequente.

3.1.2 Etnia

Em suas primeiras acepções, nos Estados Unidos da América da década de 1940, o termo etnicidade referia “simplesmente a pertença a um grupo outro que não anglo-americano” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 22). Ou seja, sua primeira conceituação é extremamente egocêntrica e não apenas etnocêntrica, pois entendia por grupo étnico qualquer associação de pessoas que não fosse composta por “membros integrais da sociedade local” (HUGHES *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 23). Claro que esse conceito tautológico demonstra uma espécie de xenofobia disfarçada. Posteriormente, na década de 60, as primeiras caracterizações não tautológicas “utilizam o termo etnicidade para designar não a pertença étnica mas os sentimentos que lhe estão associados” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 23), seja o sentimento de formar um povo como o sentimento de lealdade para com esse povo.

Somente na década de 70 o termo se impõe nas ciências sociais para descrever “fenômenos de competição e de conflito nos quais os grupos se opõem em nome de sua pertença étnica” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 25). Se anteriormente a etnicidade era encarada como potencial fonte de lealdade, a partir de então passou a ser entendida como uma “unidade que engloba

os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 26), que faz com que seja encarada numa perspectiva mundial.

Para alguns pesquisadores, a etnicidade é um fenômeno universal justamente pelo fato de se tratar de um produto do desenvolvimento econômico. Isso ocorreria porque “o aumento dos contatos ligado à modernização surge agora como um fator que facilita a emergência de identidades particularistas” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 28). Afinal,

o aumento considerável dos contatos intergrupais foi percebido por um significativo número de indivíduos como uma ameaça contra a sobrevivência de suas tradições culturais específicas, favorecendo uma ideologia de resistência à uniformização ou à dominação cultural e linguística (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 28).

Porém, outros autores encaram-na como um novo paradigma para as ciências sociais, designando, na realidade, nova roupagem para antigos fenômenos. “O pluralismo provavelmente foi sempre e em todos os lugares um traço maior de distinção e identificação natural” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 30). No chamado mundo primitivo, anterior à civilização ocidental atualmente dominante, os grupos não formavam uma unidade contraposta à cultura invasora. Formavam um mosaico de culturas com similaridades e diferenças entre si. Sob essa perspectiva, “o conceito de etnicidade exprime a unidade de um fenômeno social universal e onipresente” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 31). Durante o século XIX, foi profícuo o debate sobre etnicidade, distinguindo-o de noções correlatas como as de povo, raça ou nação, sempre tentando responder à mesma questão fundamental: “como abranger os princípios sobre os quais se fundamentam a atração e a separação das populações?” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 33).

Para a sociologia anglo-saxônica, “os grupos raciais diferem dos grupos étnicos pelo fato de serem definidos não em termos de diferenças socioculturais, mas a partir de diferenças percebidas no fenótipo” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 41). Via de consequência, os traços biológicos seriam referidos como raciais, enquanto os socioculturais seriam étnicos. Entretanto, segundo

demonstram Poutignat e Streiff-Fenart, essa distinção pode se constituir em um eufemismo se tiver por objetivo apenas a disfarçar a conotação pejorativa do termo raça. É que, para algumas pessoas, “as variações fenotípicas são, elas próprias, socialmente construídas” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 42). Significa dizer que, apesar de efetivamente ser determinado pelo genótipo e pelas condições ambientais, o fenótipo pode ser identificado com características que determinada sociedade entende como indicadores da estratificação social. Apenas para citar um exemplo, algumas sociedades podem associar a cor da pele à condição econômica, pressupondo que todos os negros são pobres.

Problema maior é distinguir etnia de nação, tendo em consideração que alguns doutrinadores entendem esta como “o grupo mais amplo ao qual as pessoas creem estar ligadas por uma filiação ancestral” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 45). Apesar de serem noções inequivocamente distintas, possuem “um elemento comum, a capacidade de sustentar o senso de uma história e de uma cultura comuns” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 52). Entretanto, não se pode olvidar que “a nação é uma entidade simultaneamente cultural e política” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 46). Hobsbawn deixa bem claro que a nação é um projeto político e a etnia “não faz parte da teoria política, mas da antropologia ou da sociologia” (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 54).

Apesar do uso generalizado do termo nas ciências sociais, a maioria das definições são vagas e imprecisas, muito aproximadas à de raça, povo ou nação. Não é objeto do presente estudo alcançar uma definição que esgote o sentido do termo; entretanto, é interessante citar as diversas abordagens que pretendem caracterizar a etnicidade.

A primeira teorização da etnicidade considerou-a como um dado primordial, uma “similaridade intrínseca entre aqueles que, sem tê-la escolhido, compartilham a herança cultural transmitida por ancestrais comuns, a fonte de ligações primárias e fundamentais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 88). Posteriormente, buscou-se aplicar a teoria sociobiológica às relações étnicas, entendendo-se a etnia como uma extensão do parentesco, traduzindo-se “numa tendência geneticamente programada para favorecer seus próximos em detrimento

dos estranhos” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 93).

Outras teorias buscam traduzir o mesmo conceito como uma expressão de interesses comuns compartilhados por um grupo de pessoas para a conquista de alguma utilidade, poder político ou bens econômicos. Essas teorias podem ser subdivididas em três teorias:

- a) grupos de interesse: “A etnicidade é vista como uma solidariedade de grupo emergente em situações conflituais entre indivíduos que possuem interesses materiais em comum” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 97);
- b) escolha racional: “os grupos étnicos se formam quando os indivíduos desejam adquirir bens (a riqueza, o poder) que não chegam a conseguir segundo estratégias individuais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 100);
- c) colonialismo interno: baseia-se na hipótese da divisão cultural do trabalho, decorrendo a etnicidade do “aval de indivíduos a tipos de empregos e de papéis específicos na base de traços culturais observáveis” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 103).

De seu turno, as teorias neomarxistas caracterizam a etnicidade como um reflexo dos antagonismos econômicos. Diversas abordagens neoculturalistas veem o mesmo fenômeno “como um sistema cultural que permite aos indivíduos situar seu espaço em uma ordem social mais ampla” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 109). Por fim, as teorias interacionistas entendem-no como uma forma de interação social, “um processo contínuo de dicotomização entre membros e *outsiders*, requerendo ser expressa e validada na interação social” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 111).

Uma definição bastante satisfatória nos é dada por Barth, que ensina que “eticidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 141).

Complementando tal noção, Schnapper, ao analisar a integração dos imigrados à cultura em que se inserem, visualiza “um processo dinâmico de reinterpretação, de negociação e de ajustes culturais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 175). Mas a mesma doutrinadora demonstra haver um limite para essa integração, que é justamente as características culturais nucleares, associadas a populações referenciadas etnicamente. Esse núcleo pétreo “corresponde a um sistema de normas e de comportamentos, que são transmitidos por meio da relação íntima com a mãe na primeira infância” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 176). É justamente esse nódulo cultural que dá sentido à etnicidade e faz com que o indivíduo pertença a um grupo étnico, dotando-o das práticas próprias de seu grupo. É esse nódulo que coage o indivíduo “sob forma de normas morais que lhe são impostas e que ele não pode deixar de respeitar em seus comportamentos” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 176).

É de se ver que essa concepção não está tão distante da ideia primordialista, já abordada, que identifica etnia com a classificação preconcebida de “populações às quais são atribuídos traços culturais específicos vistos como sua posse e cuja manutenção é garantida de forma endógena pelo processo de socialização” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 176). Neste sentido, é interessante notar que a aplicação de uma política de integração étnica acaba por fazer “parte paradoxalmente integrante das ações e dos procedimentos socialmente organizados pelos quais a etnicidade é produzida como um dado factual” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 175). Em outras palavras: ao se buscar a assimilação das etnias minoritárias, as políticas afirmativas acabam por evidenciar essa mesma condição, criando oposição entre essas e o restante da população, eventualmente, acentuando divergências e oposições e, por vezes, incentivando o enfrentamento.

A variedade de teorias sobre etnicidade poderia representar confusão se o pesquisador supuser que as identidades raciais ou étnicas possuem uma essência imanente e que essa variedade de fenômenos tão semelhantes impede a utilização de um mesmo quadro de análise. A realidade é que a pesquisa sobre etnicidade, “renunciando a qualquer ideia de universalidade dos critérios e dos fatores da identidade coletiva” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 178), deve

“historicizar as representações que um grupo se faz ao longo de sua existência e a pôr em evidência as ambiguidades da noção de diferença” (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 178).

Na busca por uma definição do fenômeno estudado, a melhor caracterização encontrada são as quatro características eleitas por Fredrik Barth (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 189):

- a) perpetua-se biologicamente de modo amplo;
- b) compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais;
- c) constitui um campo de comunicação e de interação;
- d) possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.

O próprio Barth ensina que (*apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 183):

A melhor utilização do termo *etnicidade* é um conceito de organização social que nos permite descrever as fronteiras e as relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma emblemática para organizar as identidades e as interações.

Para os objetivos da presente pesquisa, utiliza-se especificamente o conceito de *etnicidade* como uma escolha racional, em que se analisam “as interações raciais e étnicas com trocas competitivas em uma situação de mercado na qual os indivíduos buscam maximizar suas vantagens segundo uma avaliação custo/benefício” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 101). Portanto, considera-se que os indivíduos usualmente se identificam com uma determinada *etnia* na medida em que agem racionalmente “no sentido weberiano de ações que empregam meios apropriados (o reagrupamento sobre uma base étnica) para uma finalidade dada (a obtenção de bens raros numa situação de competição econômica e política)” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 101). A tentativa de Banton⁷ de aplicar essa perspectiva parece se ajustar muito bem à história dos partidos políticos já explicitada neste trabalho: “os indivíduos utilizam diferenças

⁷ Michael Banton, especialista britânico sobre relações raciais, foi “quem desenvolveu de modo mais completo as possibilidades de aplicação da teoria da escolha racional nas relações raciais e étnicas” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 100).

culturais e raciais para criar grupos e categorias por um processo de inclusão e de exclusão” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 101).

É importante aclarar que, quando se fala em escolha racional, não significa dizer que essa escolha é necessariamente consciente. Uma escolha racional é aquela baseada na razão, mesmo que seja inconsciente ou até mesmo induzida. Contudo quando a etnicidade é aplicada a uma teoria do poder político,

encontra-se implícita ou explicitamente uma distinção entre interesses reais e interesses imaginários e insiste-se no papel fundamental das elites na politização da etnicidade. Esta emerge não através da agregação de interesses individuais, mas como estratégia própria a um grupo particular que manipula, em proveito próprio, o apelo à lealdade étnica (POUTIGNAT; STREIFF-FENART; BARTH, 2011, p. 105).

3.1.3 *Apanjaht*

Na sucinta e bem colocada expressão de João Nackle Urt (2010, p. 71), “O *apanjaht* era o sistema de partidos com identificação étnica e correspondente disposição popular de votar por sua própria raça.” Como já demonstrado na parte histórica no tópico 2.2, após a eleição de 1947, Cheddi Jagan percebeu que o cidadão guianense tinha uma tendência a defender a etnia com a qual se identifica. Em 1950, criou o PPP com uma proposta de união racial para lutar contra a opressão britânica. Porém, essa harmonia durou pouco tempo. Já na eleição de 1957, o partido concorreu com uma cisão interna, gerada principalmente pelos desentendimentos raciais e pelas divergências econômicas. A disputa eleitoral gerou uma situação insustentável, fazendo com que Burnham abandonasse o partido logo após a eleição para se unir à UDP (também formada pela classe média urbana negra) e criar o PNC.

É importante registrar que ambos os líderes extrapolaram suas divergências de política econômica para o campo étnico, incitando um enfrentamento entre as duas etnias. É dizer: apesar de o afastamento ter iniciado em razão das diferentes visões de mundo dos respectivos líderes, os eventos da eleição de 1957 demonstraram que a força de cada ala do PPP residia no agrupamento racial e não ideológico. Tendências separatistas das bases populares e o voto racial demonstraram que a etnicidade compunha a verdadeira motricidade do apoio

político. A ruptura interna do PPP não dividiu radicais e moderados; separou descendentes de indianos e negros. A aparência do líder do partido, e não o seu tom de voz, determinou a coloração de seu apoio (KRUIJF, 2006).

Na eleição de 1957, tanto Jagan como Burnham perceberam que a barreira cultural limitava o poder de massa acessível a qualquer um dos dois às trincheiras étnicas de cada um deles. Foi essa percepção que viria a manchar indelevelmente a política guianense daquele ano em diante (KRUIJF, 2006). A partir daquele ponto, a satisfação dos interesses de sua própria etnia se tornou a principal preocupação do partido de situação. A sensação geral de satisfação da fatia do eleitorado de mesma etnia que a do partido dirigente garantiria aos respectivos líderes a votação necessária à manutenção do poder. A realidade provou que esse tipo de votação era a chave para a conquista da maioria parlamentar. Por corolário, um acordo de troca de votos pelo favorecimento étnico pareceu uma estratégia lucrativa o suficiente para entusiasmar os líderes partidários a sistematizar esse tipo de favoritismo (KRUIJF, 2006). Esse acordo de troca de votos de mesma etnia pelo favoritismo étnico constitui a essência do *apanjaht*. É por isso que, para uma perfeita compreensão do embate étnico e eleitoral na Guiana, é necessário compreender o conceito de *apanjaht*. Essa política representa uma espécie de coação moral, pois constitui uma pressão informal, indireta e não expressamente confessada para que os eleitores votem em candidatos de sua própria etnia, a despeito de qualquer identificação ideológica. Faz parte de um conjunto de medidas específicas implementadas voluntariamente, através de apelos sub-reptícios e velados.

Segundo St. Pierre, entre 1957 e 1961, um montante desproporcional de atenção governamental foi destinada especificamente à população indo-guianense (*apud* KRUIJF, 2006). Todas as atitudes administrativas, políticas econômicas e produções legislativas demonstravam sinais de parcialidade administrativa (DESPRES *apud* KRUIJF, 2006). Claro que a política de beneficiar a própria etnia não era exclusiva do PPP. Quando o PNC assumiu o poder em 1964, deu início a uma política de sistemática discriminação contra os indo-guianenses, reduzindo-os a cidadãos de segunda classe e negando-lhes direitos (ISHMAEL, 2012). Referindo-se à cisão do PPP, ocorrida em 1955, e aos eventos políticos subsequentes, Eusi Kwayana, líder do WPA, afirmou em um artigo no *Caribbean Contact*:

Since that date (1955) the behaviour of the two main parties resulting from the split—the PPP, led by Cheddi Jagan, and the PNC led by Forbes Burnham—has been largely determined by racial defensiveness. This has largely remained the case, regardless of the slogans the parties inscribed on their banners (*apud* ISHMAEL, 2012, p. 185).

O argumento central da política do *apanjaht* era de que, ao votar em um candidato de mesma etnia, o eleitor asseguraria a manutenção dos interesses de sua própria comunidade. O próprio termo pressupunha uma promessa de prosperidade para aquela etnia que tivesse mais eleitores votantes.

3.2 DEMOCRACIA

O segundo instituto teórico a ser estudado como preparação para as discussões sobre o objeto de pesquisa é a democracia. Os tópicos subsequentes tratarão, respectivamente, de sua conceituação e histórico.

3.2.1 Conceituação e histórico

O primeiro a esboçar um conceito de democracia foi Platão, ao discutir o célebre problema das formas de governo. Seu pupilo Aristóteles elabora ideias similares. Em apertada síntese, pode-se dizer que o Estagirita distingue os governos em bons (que buscam o interesse comum) e maus (que exercem o poder no interesse pessoal). Ainda os divide segundo o quantitativo de pessoas que exercem o poder, seja um, poucos ou muitos (ARISTÓTELES, 1991). É possível, destarte, consolidar suas ideias na seguinte tabela:

Tabela 1 – Formas de governo aristotélicas

PODER	INTERESSE COMUM	INTERESSE PRIVADO
Um	Monarquia	Tirania
Poucos	Aristocracia	Oligarquia
Muitos	Timocracia	Democracia

Fonte: Elaborado com base em (ARISTÓTELES, 1991)

Anote-se desde já que, apesar de Aristóteles entender que a democracia era a forma degenerada de timocracia, houve durante a história uma transmutação dos significados dos termos, de forma que hoje se compreende a democracia como algo

positivo e não negativo ou degenerado. Porém, essa conceituação é insatisfatória principalmente porque não se preocupa exatamente com as características, mas procura explicar as formas de governo em termos do beneficiário último do poder e do quantitativo de pessoas que o exercem. Outra dificuldade dessa classificação reside numa complicação bastante trivial: não explica quem teria autoridade para distinguir o interesse comum do privado.

Um exemplo bastante simplório para ilustrar a dificuldade: com o objetivo de estimular o desenvolvimento local, uma cidade interiorana oferece isenções tributárias para as fábricas que venham a se instalar em seu território. Esta iniciativa privilegia de forma direta um interesse privado com o objetivo de favorecer indiretamente o interesse comum daquela comunidade. Extrapolando o exemplo, poder-se-ia argumentar que muitas ações que privilegiam imediatamente os interesses de grandes grupos financeiros poderiam beneficiar mediatamente a sociedade. Afinal, o fomento da atividade econômica de uma empresa normalmente resulta por via oblíqua em melhoria das condições de vida da população, nem que seja pela criação de novos postos de trabalho.

Em sua origem, a palavra democracia vem da junção de duas palavras do grego antigo *δημοκρατία*, formada a partir das palavras *δῆμος*, que significa povo e *κράτος*, que significa poder, dando a entender a forma de governo na qual o poder seria exercido pelo povo. Porém, os pensadores contemporâneos ocidentais, ao reinterpretarem o conceito original da democracia grega, resumem-no nas três categorias básicas referidas por Nitti (*apud* BONAVIDES, 2014):

- a) isonomia (igual norma): livre acesso ao gozo dos direitos;
- b) isotimia (igual honra): livre acesso ao exercício das funções públicas; e
- c) isogoria (igual expressão): livre acesso ao uso da palavra.

3.2.2 Conceituação: formal e material

A conceituação de democracia é extremamente complicada pois não é um fenômeno uniforme, que tenha se apresentado com as mesmas características em todos os tempos e lugares. Pelo contrário. Manifestou-se de formas radicalmente

diferentes, com características por vezes excludentes. Uma coisa pode se dar como certa: ao contrário do que parece entender o senso comum, democracia não é antônimo de monarquia, mas de autoritarismo. A contraparte de monarquia seria, desta forma, a república. Nesta esteira, há que se reconhecer a existência de monarquias democráticas e ditatoriais; assim como de repúblicas ditatoriais e democráticas (ROMANO, 2011).

Há duas formas de se entender o conceito: a formal e a material. Democracia formal pode ser entendida como consenso quanto às regras de competição. Nas palavras de Norberto Bobbio:

um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 326).

O mesmo Bobbio ensina que a democracia formal é caracterizada por um conjunto de regras comportamentais através das quais se pode tomar decisões a respeito de qualquer assunto ou conteúdo. Significa dizer que uma sociedade é democrática na medida em que as decisões a respeito de qualquer assunto são tomadas de acordo com um rito adequado e preestabelecido.

Em contraposição, a democracia substancial ou material “faz referência prevalentemente (*sic*) a certos conteúdos inspirados em ideais característicos da tradição do pensamento democrático, com relevo para o igualitarismo” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 328). No aspecto material, uma conceituação bastante famosa é a de Abraham Lincoln: democracia é “*that government of the people, by the people, for the people*” (LINCOLN, 1863). Analisando melhor estes três aspectos, pode-se dizer que:

- a) governo do povo: qualquer pessoa do povo pode participar do governo, o que equivaleria, grosso modo, à isotimia;
- b) governo pelo povo: as pessoas eleitas representam aquelas que os escolheram para exercer o cargo (mandato representativo); e
- c) governo para o povo: o objetivo principal do governo é o bem-estar do próprio povo.

3.2.3 Características

Nesse ponto, cabe indagar qual seria então a nota característica da democracia, se é que existe alguma. Acaso haveria algum traço distintivo que pudesse permitir seu reconhecimento em qualquer de suas multifacetadas formas? Algo que, independentemente de qualquer idiosincrasia, pudesse fornecer ao pesquisador um critério taxionômico confiável; um distintivo que permitisse agrupar essa miríade de exemplares sob um gênero cognoscível.

Robert Dahl (2001), ao se lançar nessa empreitada, elegeu uma nota que poderia representar a quintessência do fenômeno democrático: a igualdade. Segundo esse doutrinador, uma das características mais importantes da democracia “é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25) Com efeito, ao contrário das demais formas de governo, esta se caracteriza pela circunstância de que não admite privilégios. Nas demais, há um poder especial, que não pode ser compartilhado indistintamente, sem critérios usualmente rígidos; um poder legitimado seja pela tradição, pela razão ou pelo carisma. Na monarquia (e na tirania), há uma pessoa especial, diferente das demais. Na aristocracia (e na oligarquia), há uma elite que se aparta do populacho, inferior àquela. Porém, na democracia todos estão “igualmente qualificados para participar da discussão das questões e discutir as políticas” (DAHL, 2001, p. 48). Portanto, “porque estamos todos igualmente qualificados, devemos nos governar democraticamente” (DAHL, 2001, p. 48).

Robert Dahl identifica cinco requisitos para assegurar tal igualdade política⁸, ou seja, “para satisfazer a exigência de que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar nas decisões da associação sobre sua política” (DAHL, 2001, p. 49). São eles:

- a) isogoria: “Participação efetiva. Antes de ser adotada uma política pela associação, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões sobre qual deveria ser esta política.” (DAHL, 2001, p. 49).

⁸ Este tema será aprofundado no tópico 3.2.6.

b) isonomia: “Igualdade de voto. Quando chegar o momento em que a decisão sobre a política for tomada, todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto e todos os votos devem ser contados como iguais.” (DAHL, 2001, p. 49).

c) transparência: “Entendimento esclarecido. Dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis conseqüências.” (DAHL, 2001, p. 49).

d) espírito crítico: “Controle do programa de planejamento. Os membros devem ter a oportunidade exclusiva para decidir como e, se preferirem, quais as questões que devem ser colocadas no planejamento.” (DAHL, 2001, p. 49).

e) universalidade: “Inclusão dos adultos. Todos ou, de qualquer maneira, a maioria dos adultos residentes permanentes deveriam ter o pleno direito de cidadãos implícito no primeiro de nossos critérios.” (DAHL, 2001, p. 49).

De seu turno, Amartya Sen registra que “os pontos centrais de uma compreensão mais ampla da democracia são a participação política, o diálogo e a interação pública” (SEN, 2011, p. 269). Entretanto, é importante lembrar que muitos “ditadores no mundo tem conseguido gigantescas vitórias eleitorais, mesmo sem coerção evidente sobre o processo de votação, principalmente suprimindo a discussão pública e a liberdade de informação” (SEN, 2011, p. 270).

3.2.4 Modelos de democracia

Há basicamente dois modelos distintos de democracia: a majoritária ou de *Westminster* e a consensual ou consociativa.

3.2.5 Democracia consociativa ou consensual

Como referido brevemente no tópico 3.1, a teoria do *power-sharing* preconiza que a única forma de vivenciar a democracia em sociedades multiétnicas é através do modelo consensual. Em outras palavras, o compartilhamento do poder é

condição necessária (mas não suficiente) para a manutenção da democracia em países plurais profundamente divididos. Por outro lado, democracias com sistemas eleitorais majoritários do estilo WTA dificilmente alcançam alguma estabilidade democrática nas mesmas sociedades (LIJPHART, 1996), justamente porque lhes faltam as condições necessárias para o exercício do consenso necessário para a convivência democrática. Segundo Lijphart (1996), quatro são as características fundamentais da democracia consensual: coalização, autonomia, proporcionalidade e veto minoritário.

Governos de grande coalização devem ser inclusivos, devem buscar incluir representantes de todos os grandes grupos linguísticos e religiosos, contemplando a maior parte possível de diversos matizes étnicos. Além disso, é necessário garantir autonomia cultural aos grupos, permitindo que todas as etnias tenham liberdade de expressão cultural e possam vivenciar todos os aspectos de sua comunidade. Essa autonomia pode se dar em três níveis: territorial, por meio da qual limites estatais e linguísticos coincidem; escolar, garantido que cada minoria possa estabelecer e administrar suas próprias escolas; e legal, promulgando regulamentos específicos para cada minoria, disciplinando separadamente, para cada etnia, questões fundamentais da vida civil, como casamento, divórcio, herança etc.

Ainda segundo Lijphart (1996), o sistema eleitoral padrão nas democracias consensuais é o da representação proporcional, já que os sistemas majoritários possuem uma tendência a privilegiar as maiorias e os partidos grandes, discriminando os partidos de minorias, que, por motivos óbvios, são menores. Além da proporcionalidade eleitoral, os sistemas consensuais são caracterizados por garantirem uma certa proporcionalidade na concessão de oportunidades de nomeação para o serviço público, visando a proporcionar isotimia⁹ para todas as etnias. O veto minoritário “*consists of merely an informal understanding that minorities can effectively protect their autonomy by blocking any attempts to eliminate or reduce it*” (LIJPHART, 1996, p. 261).

⁹ A respeito do conceito de isotimia, consultar o tópico 3.2.1.

3.2.6 Responsividade enquanto característica da democracia

Ao propor o conceito de poliarquia como um substitutivo para a desgastada palavra “democracia”, Dahl pressupõe que uma das principais características da democracia seria a “contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25). Para ele, democracia consiste em um sistema político que consegue responder às preferências de todos os seus cidadãos. Porém, quando se fala em responsividade, há duas dimensões distintas a serem consideradas: a contestação pública e a inclusividade.

O direito de voto em eleições livres e idôneas, por exemplo, participa das duas dimensões. Quando um regime garante este direito a alguns de seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. Mas, quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime. (DAHL, 1997, p. 28)

Claro que essas duas dimensões são independentes e normalmente inversamente proporcionais. Um regime pode conceder a poucos cidadãos um grande poder de contestação ou reservar amplo direito de contestação para poucos afortunados. O certo é que a ampla contestação concedida para uma grande massa é algo raro, até pelas inerentes e óbvias dificuldades operacionais: ou se consulta frequentemente um reduzido número de pessoas ou são realizadas poucas consultas a um grande número de cidadãos. Até hoje não há meio eficiente e seguro para realizar frequentes aconselhamentos a um número muito grande de pessoas.

O que é importante deixar registrado é que o fato de existirem frequentes eleições não significa necessariamente que as garantias democráticas estão sendo devidamente respeitadas. Dahl (1997) registra que um dos grandes avanços do século passado foi a quase universalização das eleições, mesmo que através de votações nominais meramente ritualísticas:

mesmo os ditadores mais repressivos geralmente se dizem favoráveis, hoje em dia, ao legítimo direito do povo de participar no governo, isto é, de participar na 'administração', ainda que não na contestação pública (DAHL, 1997, p. 28).

Ocorre que a possibilidade de opinar na vida pública sem o direito de contestar tem pouco valor real. Na maioria das vezes, serve apenas para dar uma aparência de legitimidade popular a práticas pouco democráticas. Até porque qualquer país, mesmo com sufrágio universal, que tenha “um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposições do que um país com um sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante” (DAHL, 1997, p. 28).

Assim, desde que se tenha claro que o direito de participar é apenas uma das características das democracias, o sufrágio pode ser “útil para distinguir regimes por sua capacidade de inclusão” (DAHL, 1997, p. 29). Ou, em outras palavras, a realização de eleições periódicas não é necessariamente equivalente a garantir uma democracia. Justamente por esses motivos, alguns sustentam que, mesmo com constantes eleições, os governos de Bharrat Jagdeo, no período de 1999 a 2011, alguns sustentam que houve sérias restrições às liberdades democráticas, como referido na Introdução desta dissertação.

Quando o estado, enquanto governo controlado por determinado partido, deixa de ser responsivo aos anseios de parte de sua população, já não mais pode se apresentar como uma democracia. Apesar de não se aproximar de qualquer conceito de ditadura, certamente se afasta do conceito de democracia plena.

3.2.7 Eleição e Democracia

Uma das características mais importantes da democracia é a realização de eleições. Tanto que alguns teóricos pensam que a democracia se resume à eleição, o que não é verdadeiro. Ocorre que, na eleição, o cidadão é onipotente. Tem poder de escolha absoluto, podendo escolher até mesmo abrir mão desse poder. Já no período entre eleições, o cidadão é absolutamente impotente (PRZEWORSKI, 2010, p. 111). Tanto que alguns consideram o presidencialismo uma espécie de monocracia a termo ou uma monarquia temporária, pois durante o período que intermedeia as eleições, o cidadão não tem como responsabilizar o representante eleito.

Perceba-se que a questão aqui posta é como duas necessidades paralelas: de um lado, a independência necessária para gerir a coisa pública (mesmo contra a vontade da maioria); de outro, o direito de depor o representante que viola as condições de sua representação. Para realizar uma boa gestão, é imprescindível que o representante eleito tenha independência para tomar todas as medidas necessárias para a boa gestão, mesmo que sejam impopulares ou contrárias aos interesses de parcelas da população. Mas, ao mesmo tempo, também é fundamental que os eleitores tenham à sua disposição mecanismos para responsabilizar o representante, caso este extrapole suas atribuições. Theodore Beza asseverava que: *“the right of revocation is implicit in the act of election”* (apud PRZEWORSKI, 2010, p. 112).

Esse direito de depor os governantes praticamente foi institucionalizado e automatizado através da instituição de eleições periódicas e da reeleição: os cidadãos podem demonstrar que concordam com as atitudes do bom governante simplesmente votando para reelegê-lo. A insatisfação fica clara votando-se na oposição.

Para compreender a relação entre votação e democracia, é importante partir da noção de que *“moreover, among all mechanisms of political participation, voting is the most egalitarian one”* (PRZEWORSKI, 2010, p. 117). A votação é a mais verdadeira expressão da igualdade. É na votação que se mostra mais clara a equivalência de todos os cidadãos. Cada um possui o mesmo peso para a determinação da vontade coletiva. Além disso, há ainda a sensação de poder, de exercício pessoal da autotutela. Se a democracia é conhecida como o governo de todos, é no exercício do voto que cada pessoa desse todo possui a mesma força. *“The mere possibility that we can choose and replace our rulers appears sufficient to render plausibility to the myth that we are ruling ourselves”* (PRZEWORSKI, 2010, p. 117).

Para Przeworski (2010, p. 122), *“the magic of elections is that they enable intertemporal horizons”*. Segundo o autor, um partido que perca um pleito pode se ver tentado a manifestar sua irresignação recorrendo à força *“if it expects the defeat to be permanent or just indefinite, yet it may respect the result if it believes that at some fixed time it will have a chance to win”* (PRZEWORSKI, 2010, p. 122).

Concluindo o raciocínio, essa é a contribuição do processo eleitoral à paz social: a perspectiva da alternância no poder.

Quando um partido perde a eleição, a probabilidade de ele aceitar a derrota é inversamente proporcional à possibilidade de prevalecer em um eventual conflito armado. Os atores políticos enfrentam, assim, “*two lotteries with different payoffs and different probabilities: elections and violent conflict*” (PRZEWORSKI, 2010, p. 122). Na realidade, a eleição é uma forma de resolver conflitos de maneira não violenta. Segundo Londregan e Vindigni, “*elections are a cheap way to learn the military strength for the parties*” (apud PRZEWORSKI, 2010, p. 123). Como os eleitores são considerados iguais, a maioria tem a força física para coagir a minoria; assim, a votação serve ao propósito de evitar a contraposição imediata de forças e descobrir seu resultado potencial pela contagem de votos, para que a minoria se convença de que sua resistência é inútil.

Przeworski (2010) assevera ainda que o resultado de uma eleição é obedecido, independentemente de como foi gerado, se o partido que reclama a vitória tem suficiente força militar, diminuindo, assim, a chance de sucesso de uma eventual resistência violenta.

3.2.8 Sistemas eleitorais

Sistemas eleitorais são um conjunto de regras que permitem traduzir os votos de uma eleição em cargos conquistados por candidatos (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2005a). O tipo de sistema eleitoral determina diversas características da eleição disputada: limites das circunscrições eleitorais, forma de registro do eleitorado, concepção da cédula de votação, forma de contagem dos votos, dentre outras. A determinação do sistema eleitoral é fundamental em qualquer eleição, pois a mesma votação determina resultados completamente diferentes, dependendo do sistema escolhido¹⁰, podendo levar a um governo unitário, de coalizão ou de minoria.

Em se tratando de tipos diferentes sistemas eleitorais, há infinitas variações sobre um mesmo tema. São tantas as possibilidades de regras específicas que é

¹⁰ Este assunto também é retratado por Basílio (2016).

impossível categorizar exhaustivamente a todas. Uma possível justificativa para essa miríade de espécies é que nenhum sistema é capaz de satisfazer inteiramente todos os critérios de razoabilidade de qualquer julgamento. Sempre haverá alguma voz dissonante que se sentirá excluída do resultado pelo simples motivo de que o resultado nunca poderá corresponder completamente à opinião de todos os votantes. Quando fazemos qualquer escolha, damos preferência a determinados valores em detrimento de outros. Para alcançar o consenso, é sempre necessário que haja alguma concessão e quem fez a concessão terá que aceitar alguma coisa de que não concorda.

Outra dificuldade é a imensa diversidade de denominações que por vezes confundem mais que ajudam. Apenas para citar um exemplo, o sistema que é conhecido no Brasil como maioria simples pode ser conhecido em outros lugares como FPTP (*first past the post*), pluralidade ou WTA (*winner take all*). Porém, apesar de não existir uma uniformidade de nomenclaturas, o IDEA classifica 12 sistemas principais, agrupados em três grupos: majoritário, proporcional e misto (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2005b).

A distinção mais básica é que, no majoritário, apenas uma opinião prevalece ao final do processo; apenas uma ideologia é privilegiada. Apenas uma proposta ou um candidato será declarado vencedor, aquele que tiver mais votos. “Os sistemas majoritários eleitorais têm como propósito assegurar que os candidatos que receberam mais votos sejam eleitos” (NICOLAU, 2012, p. 21). Já o segundo reconhece que a realidade é multifacetada e busca representar proporcionalmente todas as ideias; as ideologias são proporcionalmente representadas ao final do processo. Este gênero foi deliberadamente criado para reproduzir uma correspondência o mais fiel possível “entre a proporção do total de votos lançados para um partido nas eleições e a proporção de assentos que o partido obtém na legislatura” (DAHL, 2001, p. 148). Por fim, o sistema misto possui características dos dois anteriores.

O sistema majoritário, também conhecido como pluralidade ou *winner-take-all* (WTA), é subdividido em cinco espécies distintas: FPTP, TRS, AV, BV e PBV (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2005b). Na modalidade de maioria simples, também conhecido como *first-past-the-post* (FPTP), o vencedor é aquele que obtém mais

votos que qualquer outro candidato, mesmo que não tenha obtido a maioria de todos os votos válidos. Na maioria absoluta, também conhecido como *two round system* (TRS), caso nenhum candidato alcance na primeira rodada de votação determinada quantidade de votos (usualmente mais que a metade), é feita uma segunda rodada, da qual participam os mais votados na primeira (comumente os dois mais votados). No *alternative vote* (VA), além de cada eleitor votar na sua escolha principal, vota também em candidatos alternativos, permitindo aos eleitores que expressem suas preferências entre candidatos. No *block vote* (BV), cada eleitor vota no número de candidatos equivalente às vagas em disputa e os mais votados são eleitos. Quando os eleitores votam nos partidos e não nos candidatos, há o *party block vote* (PBV).

O sistema proporcional inclui dois tipos distintos: LPR e STV (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2005b). Na *list proportional representation* (LPR), os eleitores votam nos partidos, que apresentam listas de candidatos, que podem ser abertas, fechadas ou livres. As vagas são distribuídas proporcionalmente à quantidade de votos de cada partido. As listas fechadas são feitas pelos partidos e não podem ser alteradas pelos eleitores. Nas abertas, os eleitores podem indicar não apenas seu partido de preferência, mas também seus candidatos preferidos dentro de um partido. No sistema de listas livres, os eleitores possuem tantos votos quantas vagas em disputa e podem distribuir seus votos para candidatos em qualquer lista de qualquer partido. No segundo modelo, conhecido em inglês como *single transferable vote* (STV), os votos dos eleitores classificam os candidatos em ordem de preferência e a contagem é iniciada com o estabelecimento de cotas de votos para a eleição e o resultado é obtido por uma série de contagens. Este modelo “é um sistema bastante complexo e está mais preocupado em assegurar que opiniões relevantes na sociedade estejam garantidas no Legislativo, mesmo que elas não encontrem abrigo em um único partido” (NICOLAU, 2012, p. 44).

Por fim, nos sistemas mistos, há duas fórmulas usando características dos sistemas majoritário e proporcional ao mesmo tempo e possui dois modos distintos: Paralelo e MMP (REYNOLDS; REILLY; ELLIS, 2005b). De um lado, no modelo *mixed member proportional* (MMP), os assentos proporcionais são distribuídos para compensar qualquer distorção produzida pelos resultados da aplicação do sistema majoritário. Já o *parallel system* (PS) é a aplicação paralela de um sistema

majoritário e outro proporcional, sem que um tente compensar o outro.

3.3 PARTIDOS POLÍTICOS

Segundo Bonavides (2014, p. 448), a primeira caracterização de Partido Político que se pode encontrar na literatura política clássica é a de Burke, em 1770, nos seguintes termos: “um corpo de pessoas unidas para promover, mediante esforço conjunto, o interesse nacional, com base em algum princípio especial, ao redor do qual todos se acham de acordo” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 448). Depois, em 1816, Benjamin Constant representou o fenômeno como “uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 448). Em 1862, Bluntschli oferece visão similar: “grupos livres na sociedade, os quais, mediante esforços e idéias básicas de teor político, da mesma natureza ou intimamente aparentados, se acham dentro do Estado, ligados para uma ação comum” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 448).

Já no século XX, vários doutrinadores apresentaram variadas caracterizações para esse instituto, principalmente Jellinek, Max Weber, Nawiasky, Kelsen, Hasbach, Field, Schattschneider, Sait, Goguel e Burdeau. De todos esses, Hasbach foi quem introduziu, pela primeira vez, em 1912, uma noção fundamental: a de obtenção do poder governamental. Para ele, o Partido Político é: “uma reunião de pessoas, com as mesmas convicções e os mesmos propósitos políticos, e que intentam apoderar-se do poder estatal para fins de atendimento de suas reivindicações” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 450). Field o acompanha, dizendo tratar-se de uma “associação voluntária de pessoas com a intenção de galgar o poder político” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 450). Fazendo-lhes coro, Schattschneider o conceitua como “uma organização para ganhar eleições e obter o controle e direção do pessoal governante” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 450).

Por fim, na visão de Goguel, trata-se de “um grupo organizado para participar na vida política, com o objetivo da conquista total ou parcial do poder, a fim de fazer prevalecer as idéias e os interesses de seus membros” (*apud* BONAVIDES, 2014, p. 450).

Ao término desse breve apanhado histórico, Paulo Bonavides conclui que Partido Político seria “uma organização de pessoas que inspiradas por idéias ou movidas por interesses, buscam tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados.” (BONAVIDES, 2014, p. 450). A partir daí, aquele doutrinador deduz cinco requisitos que seriam indispensáveis “na composição dos ordenamentos partidários” (BONAVIDES, 2014, p. 451):

- a) grupo social;
- b) princípio de organização;
- c) ideário que inspira a ação do partido;
- d) interesse de tomada do poder;
- e) sentimento de manutenção do poder obtido.

De seu turno, José Jairo Gomes dá conta de outro requisito igualmente importante para a caracterização dessa entidade: a estabilidade (2015, p. 95). Com efeito, Gomes afirma que, segundo Joseph Lapalombara, o Partido Político é “uma organização cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes no poder” (*apud* CHARLOT, 1984, p. 10, *apud* GOMES, 2015, p. 95). Afinal, não faz sentido buscar o poder para concretizar uma visão de mundo e não dar condições de manutenção desse ideário.

Com base no que foi demonstrado, é possível elaborar outro conceito um pouco mais amplo, com o qual se trabalha no resto desta dissertação. Por corolário, para os fins deste trabalho, considerar-se-á Partido Político como um grupo estável de pessoas que, partilhando dos mesmos ideais ou interesses, se organizam para alcançar e manter o poder governamental. Nessa conceituação, pode-se vislumbrar diversas características para o reconhecimento do instituto objeto do presente tópico. Ampliando e reformulando os requisitos deduzidos por Paulo Bonavides, poder-se-ia afirmar que, para formar um Partido Político, é necessário que exista:

- a) grupo de pessoas;
- b) dotado de relativa estabilidade;
- c) organizado segundo normas preestabelecidas;
- d) com um ideário que inspira a prática dos associados;

- e) com o objetivo comum de tomada do poder;
- f) com o interesse de manutenção do poder obtido.

Ao lado de sua caracterização formal, é importante aclarar a função exercida pelo Partido Político: é responsável por canalizar as opiniões da sociedade para conhecimento do Poder Estatal. Neste particular, o mesmo doutrinador nos dá conta de que:

A irresistível pressão oriunda das camadas economicamente inferiores da sociedade produziu pois a necessidade do emprego de um instrumento que de pronto servisse à comunicação dos anseios populares de teor reivindicatório. Tal instrumento no século XX não é outro senão o partido político (BONAVIDES, 2014, p. 358).

Conclui, desta forma, sintetizando sua função com a seguinte assertiva: “o partido político é hoje o poder institucionalizado das massas” (BONAVIDES, 2014, p. 359). Constata-se daí que o Partido Político é justamente o instrumento que dá voz ao corpo social como um todo, o agente que canaliza o anseio geral da população, permitindo a cristalização da vontade popular. Desta forma, “cresce concomitantemente o prestígio do partido, e se firma no consenso geral a convicção de que ele é imprescindível à democracia em seu estado atual” (BONAVIDES, 2014, p. 358).

Para Maurice Duverger (1966), há basicamente dois tipos distintos de partidos políticos: os partidos de quadros e os partidos de massas, podendo haver outras tipologias intermediárias. Há duas modalidades distintas de partidos de quadros: a europeia e a americana. De outro lado, são distinguíveis três variedades de partidos de massa: o socialista, o comunista e o fascista. Dentre as tipologias intermediárias, podem-se identificar: os partidos indiretos e os partidos de países subdesenvolvidos.

Os partidos de quadro do tipo europeu não almejam reunir um grupo numeroso de participantes, mas sim “reunir os mais notáveis: a qualidade importa mais que a quantidade” (DUVERGER, 1966, p. 359). Esta modalidade de partidos busca afiliados pelo prestígio que estes podem lhes emprestar. “Estes mais notáveis são procurados por causa de seu prestígio, que lhes confere uma influência moral, ou por causa de sua fortuna, que lhes permite ajudar a cobrir as despesas das

campanhas eleitorais.” (DUVERGER, 1966, p. 359). Sua estrutura corresponde à do Estado liberal, com um sufrágio limitado ou um sufrágio universal incipiente. Portanto, usualmente não são agremiações com multidões de militantes. “Apesar de adotarem mecanismos formais de adesão, o público se indispôs contra as velhas organizações; os comitês de notoriedades constituídos em torno de personalidades parlamentares continuaram porém a desempenhar o papel principal” (DUVERGER, 1966, p. 360).

Os partidos de quadro do tipo americano não chegaram a enfrentar a concorrência dos partidos de quadro tradicionais; portanto, desenvolveram algumas características que lhes são particulares. A introdução paulatina do sistema de prévias impediu o estabelecimento dos estreitos quadros dos comitês de notoriedades, obrigando “os comitês a se abrirem à influência das massas eleitorais” (DUVERGER, 1966, p. 361). As prévias são uma espécie de eleição interna dos partidos em que os cidadãos são convocados para escolher os candidatos que os representarão na eleição. Entretanto, essas características não foram suficientes para fazer das agremiações americanas partidos de massa. “Eles continuam a ser partidos de quadros, em que as diretivas essenciais emanam de comitês de notoriedades que não são democraticamente escolhidos” (DUVERGER, 1966, p. 362). Quanto aos partidos de massa, o mesmo doutrinador, Maurice Duverger ensina que:

Inicialmente, a técnica do partido de massas é um processo destinado a permitir o financiamento das eleições a candidatos operários, considerados na época como revolucionários, e não podendo conseqüentemente esperar o apoio material de banqueiros, industriais, comerciantes, grandes proprietários etc., que cobriam as despesas de propaganda dos candidatos liberais ou conservadores (1966, p. 362).

A ideia dos partidos de massa do tipo socialista era reunir em uma mesma agremiação, o maior número de simpatizantes, os quais contribuiriam com uma prestação regular para sustentar as necessidades da coletividade. “Não podendo enchê-la com grandes participações financeiras de notoriedades, como os partidos de quadros, ela seria alimentada por uma multidão de pequenos óbulos (*sic*) regulares, dados por simples cidadãos” (DUVERGER, 1966, p. 363). Claro que o objetivo não era apenas financeiro. Aproveitava-se a estrutura das reuniões

regulares do partido em assembleias gerais locais ou nacionais para “promover a educação cívica das massas populares e permitir-lhes exercer plenamente seus direitos” (DUVERGER, 1966, p. 363). Para alguns, essa educação cívica tinha o objetivo sub-reptício de doutrinar os afiliados, propagando o ideário do partido para que estes tivessem condições de discutir e replicar as bandeiras pelas quais a agremiação lutava.

A estreiteza dos partidos traduzia a estreiteza do campo político e a natureza profunda de uma democracia da qual a maior parte do povo estava praticamente excluída. Os partidos de massas, pelo contrário, correspondem à ampliação da democracia, que se abre à quase totalidade da população; esta só pode realmente exercer seus direitos se não se limita a votar uma vez em cada quatro ou cinco anos, mas participa realmente, de modo permanente, na gestão do Estado (DUVERGER, 1966, p. 363).

A necessidade de organização e planejamento da educação cívica e de arrecadação e controle da cotização exigiam que a organização administrativa fosse mais rígida que a dos partidos de quadros. Essa administração foi ficando mais complexa e hierarquizada, fomentando o aparecimento de um grupo forte e coeso de dirigentes, o que enfraqueceu os parlamentares. Outrossim, as circunstâncias faziam com que os partidos socialistas desconfiassem da “atmosfera parlamentar e do perigo de corrupção que ela comportava para os deputados operários: daí o princípio de subordinação estreita dos mesmos aos dirigentes internos, eleitos pelos militantes” (DUVERGER, 1966, p. 364). Isso fez com que os partidos socialistas tivessem uma tendência a ser mais rígidos, adotando a disciplina de voto, e fazendo com que a orientação das lideranças fosse mais impositiva na direção da votação em bloco. Nesse contexto, os líderes acumulam uma série de atribuições importantes, principalmente ligadas à articulação política e ao trabalho de unificação do discurso partidário e de viabilização das votações em bloco.

Os partidos de massas do tipo comunista nasceram a partir de cisões ocorridas no interior dos partidos socialistas. Sua origem clandestina garantiu-lhes “um enquadramento ao mesmo tempo flexível e sólido das grandes massas humanas” (DUVERGER, 1966, p. 364). Sua organização é baseada no conceito de células. Os partidos do tipo comunista também procuram grandes hordas de adeptos, mas não os distribuem de maneira uniforme. “Em vez de agrupá-los segundo seu domicílio, eles os agrupam segundo seu local de trabalho: aos comitês

e seções locais sucedem-se assim as 'cédulas de empresa' ” (DUVERGER, 1966, p. 365).

A utilidade é dupla: as solidariedades profissionais são mais constantes e mais estreitas do que as relações nas comunidades de bairros, afinal normalmente passa-se mais tempo em companhia dos colegas de trabalho do que dos vizinhos. E, como as células são baseadas no local de trabalho, os problemas relacionados à empresa, à economia e ao trabalho podem ser facilmente introduzidos não apenas na célula, mas em qualquer conversa. Portanto, relacionar os problemas do dia a dia com os da “política geral, dá a esta uma fisionomia concreta, faz-se com que cada membro do partido sinta concretamente a importância e o significado de sua adesão” (DUVERGER, 1966, p. 365). Outra distinção é que as células comunistas são usualmente menores do que as seções socialistas. “A solidariedade é evidentemente mais forte no interior de um pequeno grupo homogêneo que no interior de um grupo mais vasto e mais heterogêneo” (DUVERGER, 1966, p. 365). Ademais, os partidos comunistas são normalmente organizados de modo autoritário e centralizado. A doutrina tem papel ainda mais forte nos partidos comunistas do que nos socialistas. Nenhum outro partido “se preocupa tanto com o fato de dar a seus adeptos uma formação teórica; nenhum faz tantos esforços para explicar sua estratégia prática por seus princípios doutrinários” (DUVERGER, 1966, p. 366).

Por fim, há também o partido de massa do tipo fascista, que possui algumas características em comum com os outros dois tipos: construção rígida e forte centralização. Porém, “a originalidade dos partidos fascistas está em aplicar ao enquadramento político das massas técnicas militares” (DUVERGER, 1966, p. 367).

Os membros das milícias fascistas fazem um treinamento análogo ao do soldado. Aprendem a usar uniforme, a saudar, a desfilar, a manejar armas, a bater-se; são ensinados sobre a maneira de sabotar uma reunião ou de lutar contra os diversos sabotadores, a tomar de assalto o plantão de um partido ou de um sindicato, a como fazer os inimigos 'passarem a cigarro', a orientar uma guerra de rua (DUVERGER, 1966, p. 367).

Em resumo, um partido fascista é um exército particular com o objetivo específico de tomar e manter o poder à força. Nada disso, óbvio, impede que os partidos fascistas eventualmente se sirvam das eleições para alcançar seus objetivos. Mas a violência (física ou moral) é sua principal forma de convencimento.

Os partidos de massa do tipo intermediário podem assumir duas modalidades: os indiretos e os dos países subdesenvolvidos. Os indiretos não recrutam “adeptos diretos; seus comitês de base eram formados pelos diversos representantes dos sindicatos, cooperativas e associações intelectuais” (DUVERGER, 1966, p. 369). Na verdade, estes partidos são uma adaptação dos partidos de quadros, só que, em vez das “notoriedades tradicionais, escolhidas em virtude de sua própria pessoa (título ou riqueza), os comitês são compostos por notoriedades 'funcionais', representantes oficiais das organizações” (DUVERGER, 1966, p. 369). As massas populares não são filiadas diretamente aos partidos; participam de uma organização que, esta sim, é um membro coletivo do partido.

Por fim, os partidos de massa dos países subdesenvolvidos não são essencialmente diferentes dos demais tipos de partidos de massa, mas possuem um caractere distintivo.

Em todos os partidos de massas, os dirigentes formam um grupo nitidamente distinto do resto dos adeptos e dos militantes: este 'círculo interno' se assemelha um pouco, em síntese, a um partido de quadros imerso em uma organização de massa (DUVERGER, 1966, p. 370).

Nos países desenvolvidos, essa distinção não é tão rigorosa; “o 'círculo interno' permanece bem aberto e os membros da base podem nele penetrar com facilidade” (DUVERGER, 1966, p. 370). Já nos países subdesenvolvidos essa distinção é bem mais marcante, uma vez que a distribuição desigual de renda cria um abismo entre os membros do 'círculo interno' e a massa. “Os primeiros estão no nível intelectual e técnico das sociedades modernas, os segundos dele se distanciam ainda de muito” (DUVERGER, 1966, p. 370).

Há outra distinção mencionável que também é bastante relevante. Há partidos políticos que são flexíveis. Estes não possuem disciplina de voto, permitindo que seus filiados parlamentares tenham grande liberdade de posicionamento. Na outra extremidade, há partidos políticos que são rígidos nesse quesito, com disciplina de voto e, em geral, maior centralização, chegando a penalizar os filiados parlamentares que não votem de acordo com a orientação partidária.

4 CAPÍTULO 3 – GUIANA: UMA DEMOCRACIA ÉTNICA POLARIZADA

Neste capítulo, é apresentado um panorama histórico com ênfase nas relações étnicas partidárias na Guiana, desde o período colonial até a eleição de 2016. Será analisada com mais detalhes a eleição de 2015, especialmente quanto a seus antecedentes e desdobramentos. Esses elementos montam um mosaico que serve de referência para o desenvolvimento do restante da pesquisa.

Antes de iniciar, entretanto, faz-se mister uma consideração sobre o título do capítulo. Apesar da participação de quase 40 agremiações políticas registradas num período de quase 60 anos, todas as eleições gerais realizadas na Guiana desde 1947 foram dominadas por duas forças políticas antagônicas: os descendentes de indianos e os de africanos. Essa acentuada divisão permite afirmar que, apesar de possuir incontáveis partidos, a democracia guianense pode ser considerada como fortemente polarizada. Na realidade, hoje existem apenas três agremiações representadas na *National Assembly*: as coalizões APNU, AFC e PPP/C (GUYANA, [s.d.]). Entretanto, além dessas, outras foram autorizados pelo GECOM a participar da eleição de 2015: IP, NIP, TUF, URP, OVP e HTNTP (PAUL, 2015).

4.1 O PASSADO: FORMAÇÃO DE UMA NAÇÃO MÚLTIPLA

Apesar de Cristóvão Colombo ter avistado a Guiana em sua terceira viagem em 1498 (TURNO A., 1988), os holandeses foram os primeiros a estabelecer colônias de Essequibo (1616), Berbice (1627) e Demerara (1752), com o objetivo de produzir açúcar, café e tabaco. Porém, os holandeses não visavam à colonização cultural, apenas à exploração comercial.

Dentre as peculiaridades dessa nação, destacou-se a procura pela expansão comercial sem a preocupação de povoar ou mesmo estabelecer um enclave de valores e costumes próprios. Diferente dos ibéricos, os holandeses não tentaram evangelizar os nativos e nem mesmo reforçar o pacto colonial, pois, desde cedo, liberaram a Guiana para o comércio e também o assentamento de latifundiários de outras nacionalidades. (CAVLAK, 2014, p. 241)

A área que viria a ser posteriormente conhecida como Guiana chegou a “trocar de soberania nove vezes entre os séculos XVI e XIX, fruto das disputas entre a Grã-Bretanha e a Holanda” (CAVLAK, 2014, p. 239). Em 1796, os britânicos assumiram definitivamente o controle total daquela região. Entretanto, as disputas territoriais entre britânicos, holandeses e franceses somente foram completamente encerradas com a Convenção de Londres, no ano de 1814, que “finalmente dividiu as guianas entre britânicos, que dominaram Essequibo, Demerara e Berbice, holandeses, limitados à faixa costeira central (Suriname), e franceses, com um grande pedaço a leste (Guiana Francesa)” (CAVLAK, 2014, p. 242). Por fim, todas as três colônias britânicas foram unificadas sob o nome de Guiana Inglesa no ano de 1831.

Os colonizadores (tanto os britânicos como os holandeses), depois de perceberem a dificuldade de escravizar os ameríndios, trouxeram milhares de escravos africanos para as plantações da Guiana. Com a abolição da escravatura pela Grã-Bretanha em 1833 e com o término da aprendizagem (espécie de período de transição) nas colônias britânicas em 1838, muitos dos recém-libertos se recusaram a continuar trabalhando para seus antigos senhorios (mesmo passando a ser remunerados) e migraram para as áreas urbanas, localizadas na região costeira. Os que permaneceram nas plantações buscaram negociar melhores salários e condições de trabalho (RAMKARRAN, 2004). Para não diminuir seu lucro, os britânicos tiveram que buscar trabalhadores contratados, os quais, apesar de nominalmente não serem escravos, eram “um tipo de mão de obra o mais semelhante possível com as antigas condições compulsórias” (CAVLAK, 2014, p. 242).

Desta forma, tiveram que trazer portugueses e chineses para trabalhar nas lavouras. Porém, ambos os grupos tiveram dificuldade para se adaptar ao ambiente inóspito tropical e, em pouco tempo, migraram para as áreas urbanas para trabalhar com o comércio. Então, os britânicos se voltaram para a Índia, onde já tinham forte presença, trazendo trabalhadores em grandes quantidades no final do século XIX e início do século XX (quando a importação de mão-de-obra foi oficialmente finalizada). Como os indianos já estavam acostumados ao tipo de clima, adaptaram-se mais facilmente às condições tropicais.

Nesse período, “os ingleses promoveram a maior imigração de asiáticos para o continente, cerca de 370 mil, na sua maioria oriundos da Índia e da ilha de Java” (CAVLAK, 2014, p. 239). Esses indianos, junto com os portugueses e chineses que foram trazidos como tentativa de substituição dos africanos, aliados aos britânicos e holandeses que colonizaram a região e somados “aos mais de 100 mil escravos advindos da África, a região sul-americana se tornou, desta forma, um dos lugares mais pluriétnicos do Ocidente” (CAVLAK, 2014, p. 239).

Constata-se daí que a divisão racial remonta às origens coloniais e decorre de vários fatores, inclusive da política britânica de dividir para dominar. De seu lado, os descendentes de africanos consideravam-se os verdadeiros donos da terra, por terem chegado ao país no século XVII. Por sua vez, os indianos não reconheciam a primazia negra, por terem chegado no final do século XIX e início do século XX para desempenhar trabalhos a que os negros se recusavam. Segundo assevera Miller (2006), os afro-guianenses, por um lado, se ressentiam dos ameríndios pois no início da época colonial estes perseguiram, capturavam e traziam de volta os escravos fugidos; por outro lado, se melindravam em relação aos indo-guianenses por responsabilizarem estes pela diminuição do poder de barganha nas plantações.

Registre-se que os negros e indianos não eram os únicos coeficientes nessa equação: os muçulmanos se recusavam a ser dominados por cristãos ou hindus. E com o objetivo de defender os próprios interesses, criaram o primeiro partido islâmico do continente americano, no início da década de 1960, com o apoio financeiro dos britânicos (ISHMAEL, 2013a). Além do partido muçulmano, outros partidos eminentemente étnicos foram criados na Guiana, tais como o ROAR, fundado no ano de 1999 como primeiro partido oficialmente étnico da Guiana, criado por Ravi Dev para representar os indo-guianenses ou a UF, criado em 1960 por um grupo de ricos comerciantes portugueses, mas que posteriormente atraiu também a população chinesa e ameríndia.

Não se pode negligenciar tampouco a importância dos ameríndios na intrincada questão étnica guianense. Historicamente, suas necessidades são menosprezadas. Ao discutir as convenções internacionais e o indigenismo, Procópio (2007, p. 128) assevera que:

Na Guiana e no Suriname, por causa das guerras raciais e rivalidades entre a progênie africana com os muçulmanos e hindus – pensando não engrossar o caldo das rivalidades étnicas – ambos os governos postergam a entrada dessas rivalidades (indígenas) na pauta da questão das minorias nativas. Procedem como se elas não existissem.

Porém, como demonstrado no tópico 6.1, enquanto houve diminuição dos indo-guianenses e afro-guianenses (tanto em números absolutos como em percentuais), a população ameríndia teve um pequeno aumento, subindo de 66.675 em 2002 para 78.492 em 2012. Analisado isoladamente, não parece ter grande impacto sobre o resultado de uma eleição. Entretanto, como demonstrado no item 6.2, as regiões de maioria indígena desempenharam papel nas decisões das últimas duas eleições que não pode ser ignorado.

4.2 A COLÔNIA: UNIÃO ÉTNICA EM PROL DE UM IDEAL POLÍTICO

Antes mesmo da independência, foram realizadas eleições legislativas na Guiana nos anos de 1947, 1953, 1957, 1961 e 1964. Nos tópicos seguintes, cada uma é brevemente comentada. É interessante anotar que, nesse período histórico, todas as etnias que compunham a sociedade guianense foram unidas por uma causa em comum: a libertação da dominação britânica.

4.2.1 A formação dos partidos e as primeiras eleições

Diante de algumas conquistas eleitorais nos anos 1920, o Reino Unido outorgou à Guiana a Constituição de 1928. Entre outras coisas, esta criou um Poder Legislativo unicameral, chamado de *Legislative Council*, composto pelo Governador, como Presidente, um Secretário Colonial, um Procurador-Geral, oito oficiais nomeados, cinco não oficiais nomeados e 14 eleitos, totalizando 30 membros. Essa composição dava poderes absolutos para o Governador, que, junto com os 15 que podia nomear, mantinha sempre a maioria do *Legislative Council* (ISHMAEL, 2013b). Como apenas a minoria dos parlamentares seria eleita pela população, não era difícil controlar a influência dos nacionalistas e seu desejo de secessão (ISHMAEL, 2013c). A Constituição de 1928 impunha o voto censitário. Naquele período, somente poderiam votar as pessoas que possuíssem (ISHMAEL, 2013c):

- a) propriedade, ocupação ou arrendamento de, pelo menos, seis hectares;
- b) propriedade de terra no valor de \$350;
- c) aluguel de propriedade no valor de \$96 por ano;
- d) aprovação em um teste de alfabetização em qualquer idioma; e
- e) renda anual de \$300.

Essa foi a organização que imperou nas legislaturas de 1930 e 1935, sendo que esta última ficou conhecida como *Long Parliament*, já que o advento da II Guerra Mundial impediu a realização de eleições até 1947 (ISHMAEL, 2013d). Ademais, essas restrições foram a causa de muitas greves nos anos 1930, exigindo o sufrágio adulto universal. As autoridades britânicas, cedendo às pressões populares por reformas e visando a corrigir o balanceamento da representação, introduziram mudanças constitucionais em março de 1943. De um lado, foi reduzido o quantitativo de componentes do Executivo e do Legislativo, passando o *Legislative Council* a ser integrado por 25 membros: o Governador, o Secretário Colonial, o Procurador-Geral e o Tesoureiro Colonial, sete nomeados e 14 eleitos. Desta forma, os representantes diretos do povo passaram a compor a maioria do parlamento: 14 a 11 (ISHMAEL, 2013c). De outro lado, as mudanças reduziram as exigências para ser eleitor, que passaram a ser (ISHMAEL, 2013c):

- a) propriedade, ocupação ou arrendamento de, pelo menos, três hectares de terra (antes eram seis hectares);
- b) propriedade de terra ao valor de \$150 (era \$350);
- c) aluguel de propriedade ao valor de \$48 por ano (em vez de \$96);
- d) aprovação em um teste de alfabetização em qualquer idioma; e
- e) comprovar renda anual de \$120 (\$300 anteriormente).

4.2.2 A eleição de 1947

A luta pela independência, apesar de ter começado bem antes, foi intensificada com o fim da II Guerra Mundial. Porém, como o censo anterior havia sido feito em 1931 e diante da ampliação do sufrágio, era preciso atualizar a relação de eleitores. Assim, o eleitorado, que era de 9.514 eleitores em 1935, passou a 59.193 em 1947 (MANGAR, 2010), um aumento da ordem de mais de 620%.

Tabela 2 – Resultado da Eleição de 1947

PARTIDO	VOTOS	VAGAS
BGLP	n.d.	5
MCAP	n.d.	1
Independentes	n.d.	8
Total	n.d.	14
Comparecimento	59.193	28

Fonte: Elaborado com base em (MANGAR, 2010)

Dentre os candidatos que concorreram à eleição de 24 de novembro de 1947, dois chamaram atenção. Um deles era o jovem candidato indo-guianense chamado Cheddi Berret Jagan. Com a idade de 29 anos, ele se tornou o parlamentar mais jovem daquela legislatura, concorrendo pelo PAC. A outra era sua esposa, uma norte-americana que se chamava Janet Jagan e que disputou pelo WPEO (MANGAR, 2010).

Já nesse pleito, é perceptível a exploração das diferenças étnicas para fins políticos. O próprio Cheddi Jagan percebeu que os eleitores estavam votando em favor de sua própria etnia (MILLER, 2006). Em seu discurso de vitória, declarou de forma pouco modesta e profética: *“The people have won. Now the struggle will begin”* (MANGAR, 2010). Cheddi Jagan percebeu que, se quisesse garantir uma vitória nas urnas, seria necessário unir as comunidades de ascendência indiana e africana. Para tanto, buscou se aliar a Forbes Burnham, um afro-guianense. Com efeito, “as lideranças chegaram ao acordo da necessidade de um partido político de inspiração socialista que reunisse todas as etnias em torno da perspectiva marxista” (CAVLAK, 2014, p. 245).

Em 1.º de janeiro de 1950, eles fundaram um novo partido, o PPP, com Cheddi Jagan como líder, Forbes Burnham como presidente e Janet Jagan como secretária. Surgia o primeiro partido de massa moderno da Guiana, apoiado por trabalhadores e intelectuais, independentemente de etnia. Seu principal foco era lutar pelo fim do imperialismo e sua preocupação era proteger os interesses dos trabalhadores (NOHLEN, 2005). Nascia ali a aspiração de uma democracia suparracial, que, entretanto, não durou muito tempo, como é visto no tópico subsequente.

Em 08 de outubro de 1950, as autoridades britânicas instituíram uma comissão chefiada por Sir E. J. Waddington para avaliar o sistema eleitoral. Essa Comissão Waddington, como ficou conhecida, chegou à Guiana em 15 de dezembro de 1950. Após quase sete meses de trabalhos, propuseram várias mudanças. Em 07 de abril de 1953, foi outorgada nova Constituição à Guiana, que incorporava muitas das recomendações daquela comissão (UNIVERSITY OF CENTRAL ARKANSAS, [s.d.]). Com essa nova Constituição, foi instituída a *House of Assembly*, composta por 24 membros eleitos por voto direto. Desta forma, acabou-se com a nomeação de parlamentares independentemente de voto: todos teriam que ser eleitos.

4.2.3 A eleição de 1953

Em 27 de abril de 1953, foi realizada nova eleição, com o seguinte resultado:

Tabela 3 – Resultado da Eleição de 1953

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS
PPP	77.695	51,04	18
NDP	20.032	13,16	2
PNP	3.000	1,97	0
Independentes	51.504	33,83	4
IBV	3.995	–	–
Total	156.226	100	24
Comparecimento	208.939	74,77	–

Fonte: Guiana (1953)

Essa foi a primeira eleição com sufrágio universal da Guiana (NARAIN, 2007), o que resultou em outro significativo crescimento do eleitorado. Os 59.193 eleitores em 1947 passaram a 208.939 em 1953; incremento de mais de 350%. Quase 40.000 eram analfabetos (ISHMAEL, 2013e). Possivelmente por isso e pela união étnica entre as principais etnias, o PPP conquistou 18 dos 24 assentos disponíveis, com 51% dos votos, enquanto o NDP obteve apenas duas cadeiras (GUYANA, 1953). Em outras palavras, alavancou sua representatividade de uma única cadeira (o próprio Jagan) para possuir a maioria dos deputados. Este arranjo de poder prometia a implantação da democracia suparracial sonhada em 1950, uma época de harmonia étnica sem precedente na Guiana (PREMDAS *apud* MILLER, 2006). Contudo, essa bonança durou míseros 133 dias (RAMKARRAN, 2004).

Após assumir o cargo de Líder da Casa em 18 de maio de 1953, Jagan começou a colocar em prática diversas políticas comunistas de reforma social. Em plena Guerra Fria, os britânicos ficaram desconfortáveis com a implementação de políticas de esquerda do PPP, combinado com sua vitória acachapante nas eleições para o *Legislative Council*, tendo ganho 18 dos 24 assentos, e com o fato de ter unificado os dois maiores grupos raciais (RAMKARRAN, 2004). Por esses motivos, a Inglaterra suspendeu a Constituição em 09 de outubro do mesmo ano (poucos meses após sua outorga), montando um governo conservador de transição. Muitos líderes do PPP foram presos sem qualquer julgamento e um estado de emergência foi declarado, com a suspensão dos direitos civis (ISHMAEL, 2013f).

As medidas drásticas adotadas pelos britânicos foram incentivadas por políticos de oposição ao PPP, derrotados na eleição de abril daquele ano, que o acusaram de organização comunista, que tinha como objetivo subverter o governo guianense e tornar o país um aliado da União Soviética. Em 25 de abril de 1956, foi outorgada nova Constituição, que compunha o *Legislative Council* com 14 membros eleitos.

Nessa época, as diferenças ideológicas e pessoais entre Jagan e Burnham vinham criando paulatinamente uma fratura dentro do partido. As tendências comunistas de Jagan contrastavam com a postura mais moderada de Burnham. A bipolaridade ideológica acabou sendo evidenciada pela divisão racial e pelos contrastes geográficos e sociais, já que, por um lado, a população indo-guianense era composta de pequenos fazendeiros e agricultores e, de outro, os negros formavam o proletariado e a classe média urbana (NOHLEN, 2005). Aprofundando as divergências, os afro-guianenses criaram uma facção dentro do PPP em apoio a Burnham, sendo chamados de *burnhamites*. Em oposição, os indo-guianenses formaram os *jaganite*, em apoio a Cheddi Jagan.

4.2.4 A eleição de 1957

Nova eleição geral foi realizada em 12 de agosto de 1957, com nova vitória do PPP, desta vez dividido em duas facções:

Tabela 4 – Resultado da Eleição de 1957

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP (<i>Jaganite</i>)	55.552	47,50	9	-6
PPP (<i>Burnhamite</i>)	29.802	25,48	3	
NLF	13.465	11,51	1	Novo
UDP	9564	1,97	1	Novo
GNP	199	0,17	0	-
Independentes	8.357	7,15	0	-4
IBV	1.625	-	-	-
Total	118.564	100	14	-10
Comparecimento	212.518	55,79	-	-

Fonte: Guiana (1957)

Após a eleição, o PPP rachou definitivamente, mantendo apenas os descendentes dos indianos. Os *burnhamites* se uniram à UDP (também formada pela classe média urbana negra) para formar o PNC, fundada em 05 de outubro de 1957. Com isso, acentuou-se o alinhamento racial dos partidos políticos e Burnham gradualmente se tornou o líder de todos os negros. A partir daí, os conflitos entre o PPP e o PNC aumentaram e passaram a ser determinados cada vez mais pelas diferenças étnicas (NOHLEN, 2005). Encerrava-se desta forma a promessa de uma democracia superracial, após apenas sete anos.

4.2.5 A eleição de 1961

Para a eleição geral de 21 de agosto de 1961, houve nova reforma, resultando no quantitativo de 35 cadeiras a serem eleitas:

Tabela 5 – Resultado da Eleição de 1961

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP	93.085	42,63	20	+11
PNC	89.501	40,99	11	+7
TUF	35.771	16,38	4	Novo
IBV	1.768	-	-	-
Total	220.125	100	35	+21
Comparecimento	246.120	89,44	-	-

Fonte: Guiana (1961)

Apesar de ter tido apenas 1,6% a mais de votos, a estrutura eleitoral permitiu que o PPP de Jagan obtivesse 20 assentos, quase o dobro do que o PNC de Burnham, que ficou com 11 cadeiras. Tal disparidade originou diversos protestos, uma greve geral e violência interracial incentivados pelo PNC. Novamente, as autoridades inglesas intervieram com tropas militares, sendo declarado outro Estado de Emergência.

Em 1961, a Guerra Fria tinha se intensificado enormemente e os EUA receavam que a Guiana, diante da postura esquerdista do PPP, fosse influenciada por Cuba. Assim, Kennedy convenceu os britânicos a promover uma campanha de desestabilização do governo para enfraquecer ou destruir o PPP (RAMKARRAN, 2004).

No sistema até então em vigor, o PPP sempre obtinha uma porcentagem maior de assentos do que votos. Para tentar reverter a situação e minar a superioridade do PPP, os EUA sugeriram a mudança do sistema eleitoral majoritário para o proporcional. Uma eventual aliança entre o PNC e a UF conseguiria garantir a nomeação do primeiro-ministro, impedindo o PPP de se manter no poder. Por corolário, motivos oportunistas relacionados à Guerra Fria fizeram da Guiana o único país na *Commonwealth* no qual o sistema proporcional foi imposto. Os demais usam o sistema majoritário (RAMKARRAN, 2004).

4.2.6 A eleição de 1964

A primeira eleição realizada pelo sistema proporcional ocorreu em 07 de dezembro de 1964, demonstrando que havia um equilíbrio entre os dois principais partidos contendores. Porém, mesmo com a mudança no sistema eleitoral, o PPP ainda manteve a maioria dos assentos, com uma margem de apenas 5,3% do total de votos.

Porém, depois da eleição, o PNC se uniu à UF de Peter D'Aguiar, formando a maior bancada. Porém, Jagan não aceitou o resultado, o que causou a grave crise institucional que é pormenorizada no tópico 5.1.1.

Tabela 6 – Resultado da Eleição de 1964

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP	109.332	45,8	24	+4
PNC	96.657	40,5	22	+11
UF	29.612	12,4	7	+3
JP	1.334	0,6	0	Novo
GUMP	1.194	0,5	0	Novo
PEPP	224	0,1	0	Novo
NLF	177	0,1	0	Novo
IBV	1.590	–	–	–
Total	240.120	100	53	+18

Fonte: Guiana (2006a)

Uma vez no poder, Burnham, que era muito mais flexível que Jagan, mostrou-se alinhado com os países capitalistas e distante das ideias socialistas do PPP. Com a adoção de uma política moderada, a colônia começou a se estabilizar e se desvincilhou de sua breve experiência comunista. Desta forma, Burnham conseguiu apoio britânico para voltar a pleitear a independência, que foi concedida no dia 26 de maio de 1966. Em consequência, a Guiana herdou a constituição pós-colonial padrão adotada pelas ex-colônias britânicas, conhecida como modelo de *westminster*. Esse modelo tinha certas características: um primeiro-ministro como chefe de governo; separação de poderes entre o executivo, legislativo e o judiciário; direitos fundamentais; serviços público, judicial e eleitoral independentes. A única exceção, no caso da Guiana, era o sistema eleitoral (RAMKARRAN, 2004).

4.3 A LIBERTAÇÃO: DA CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA AO AUTORITARISMO

A vitória em 1964 foi consolidada nas eleições que se seguiram. Porém, a hegemonia afro-guianense acabou por se traduzir em um forte controle do sistema eleitoral, que visava a assegurar a ascendência negra (NOHLEN, 2005). Este tópico abrange as primeiras eleições do país independente: 1968, 1973, 1980 e 1985. Todas foram marcadas por alegações de fraudes generalizadas: lista de eleitores adulteradas, excesso de votações por procuração, urnas adulteradas e a falsidade de quase todos os votos no exterior (RAMKARRAN, 2004). Segundo afirma Nohlen (2005), os casos de manipulação foram confirmados por observadores estrangeiros.

As eleições sempre resultavam em maioria expressiva em favor do PNC. Apenas para exemplificar, em 1964, a diferença da votação dos dois principais partidos foi de apenas 5,3% em favor do PPP; em um espaço de apenas quatro anos, essa diferença foi convertida em favor do PNC, chegando a 19,3%. Isso significa uma reviravolta de quase 25 pontos percentuais em apenas quatro anos.

4.3.1 A eleição de 1968

Em 16 de dezembro de 1968, foi realizada nova eleição geral, desta feita com vitória expressiva do partido governista, o PNC, que amealhou 30 dos 53 cargos em disputa:

Tabela 7 – Resultado da Eleição de 1968

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PNC	174.339	55,8	30	+8
PPP	113.991	36,5	19	-5
UF	23.162	7,4	4	-3
GUMP	899	0,3	0	0
IBV	1.855	–	–	–
Total	314.246	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

A eleição de 1968 foi fraudada pelo PNC com o apoio dos EUA, pois a vitória de Burnham atendia aos seus objetivos na Guerra Fria, de evitar que o marxista Cheddi Jagan retomasse o poder (ISHMAEL, 2012). A concentração de poder permitiu a Burnham se isolar tanto interna como externamente. Na política interna, foi possível se desvencilhar da aliança de conveniência com a UF de Peter D'Aguiar, que havia sido fundamental para assegurar o poder em 1964. Na política externa, permitiu que se distanciasse das potências capitalistas. Passou a implantar paulatinamente sua forma de socialismo moderado, denominando-o de cooperativismo, um meio termo entre o capitalismo americano e o comunismo soviético. Em 23 de fevereiro de 1970, mudou o nome oficial do país para *Co-operative Republic of Guyana*. Alterou a Chefia de Estado, que era ocupada pela Rainha *Elizabeth II*, instituindo uma Presidência da República meramente decorativa, que passou a ser exercida por Arthur Chung, um sino-guianense.

4.3.2 A eleição de 1973

Em 17 de julho de 1973, o governo assegurou sua terceira vitória consecutiva, obtendo 37 cadeiras das 53 disputadas. Contudo, assim como em 1968, novamente a eleição foi questionada, com suspeitas de fraude (NOHLEN, 2005).

Tabela 8 – Resultado da Eleição de 1973

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PNC	243.803	70,1	37	+7
PPP	92.374	26,6	14	-5
LP/UF	9.580	2,8	2	-2
PDM	2.053	0,6	0	Novo
IBV	1.780	–	–	–
Total	349.590	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

Todos os três partidos de oposição (PPP, LP e PDM), diante das irregularidades, rejeitaram completamente o resultado daquela eleição e resolveram emitir uma declaração conjunta afirmando que a eleição havia sido fraudada (ISHMAEL, 2012). O PPP e o LP, que conseguiram votos suficientes para terem direito a assentos na *National Assembly*, afirmaram que, em protesto, não iriam assumir as suas respectivas cadeiras no Parlamento. Porém, dois membros da UF que haviam sido arrolados na lista do LP rejeitaram a decisão do partido e resolveram assumir os lugares conquistados pela agremiação na eleição. Um deles chegou a ser nomeado Líder da Oposição. A Guiana tornou-se singular por ter eleito parlamentares de um partido que nunca chegou a efetivamente participar da eleição (ISHMAEL, 2012).

O PPP chegou a boicotar o parlamento no período de 1973 a 1975, mas, depois disso, constatando a inutilidade do boicote, passou para uma política de apoio crítico ao socialismo não alinhado do governo (NOHLEN, 2005). Com a maioria de dois terços do parlamento, Burnham obteve poder para instituir a supremacia do partido sobre o estado e a sociedade, tomando controle total sobre o país.

A Constituição em vigor à época previa que determinadas alterações somente poderiam ser realizadas se autorizadas por referendo, tais como o sistema de governo; os limites dos poderes presidenciais; a composição, sessões e dissolução do parlamento; o sistema eleitoral. Para aumentar seu poder, Burnham pretendia excluir essa limitação, passando a permitir que qualquer parte do texto constitucional pudesse ser alterada por simples emenda constitucional. Burnham aproveitou o controle da maioria absoluta da *National Assembly* e suspendeu a eleição geral que deveria ser realizada em 1978. No lugar, convocou um referendo para deliberar sobre a proposta de alteração constitucional (RAMKARRAN, 2004).

Para evitar a farsa armada, toda a oposição se uniu para formar o CDD. Outro comitê foi formado por grupos profissionais apolíticos, o CCC. Ambos os comitês coordenaram seus esforços para tentar barrar as alterações propostas pelo PNC, convocando um boicote ao referendo. De acordo com o CCC e o CDD, o boicote foi bem-sucedido e apenas de 10% a 14% do eleitorado teria comparecido (RAMKARRAN, 2004). Contudo, após dois dias de contagem de votos, os resultados oficiais declararam que 71,45% do eleitorado havia votado, com 97,7% aprovando o referendo. Houve uma condenação generalizada de diversas organizações dentro e fora da Guiana da flagrante irregularidade dos resultados. Havia uma concordância generalizada de que o regime do PNC estava construindo uma ditadura na Guiana (ISHMAEL, 2012). As mudanças constitucionais permitiram a Burnham suspender a eleição que ocorreria naquele ano e converter o parlamento eleito em 1973 em Assembleia Constituinte, prorrogando-o até 1980 (NOHLEN, 2005). Segundo Ishmael (2012), estava claro que o objetivo da farsa era adiar a eleição geral prevista para aquele ano e garantir a perpetuação do PNC no governo.

Em 06 de outubro de 1980, uma nova constituição proclamou a Guiana um estado democrático em transição do capitalismo para o socialismo. O parlamentarismo até então em vigor foi invertido, concentrando-se a chefia do estado e do governo no cargo de Presidente da República, que passou a ser exercido por Burnham. Em consequência, o PNC (e seu líder em particular) assegurou o poder através do clientelismo, usando de suas prerrogativas quase ilimitadas para generalizar a nacionalização da economia, aumentar o aparato militar e expandir a burocracia estatal (NOHLEN, 2005).

4.3.3 A eleição de 1980

Em 15 de dezembro de 1980, o governo teve sua quarta vitória consecutiva, com 41 cadeiras das 53 disputadas:

Tabela 9 – Resultado da Eleição de 1980

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PNC	312.988	77,7	41	+4
PPP	78.414	19,5	10	-4
UF	11.612	2,9	2	0
IBV	3.251	–	–	–
Total	406.265	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

Contudo, mais uma vez a eleição foi questionada, com suspeitas de fraude (NOHLEN, 2005). Essa eleição provou ser uma das mais difíceis experiências da curta história guianense. Nessa eleição, o PNC, com o apoio das forças armadas, assegurou o poder contra a vontade da maioria do povo guianense, usando de táticas grosseiras de fraude eleitoral (ISHMAEL, 2012). Com a inesperada morte de Burnham em 06 de agosto de 1985, durante uma cirurgia de garganta, seu Primeiro-Ministro Desmond Hoyte assumiu o poder.

4.3.4 A eleição de 1985

Nova eleição ocorreu em 09 de dezembro de 1985. Nova vitória do PNC. Novas alegações de fraude (NOHLEN, 2005). O governo obteve 42 dos 53 assentos em disputa. Desta vez, tanto o PPP como o WPA desistiram no dia da eleição. Entretanto, posteriormente, aceitaram os assentos conquistados no certame.

Diante da situação econômica desastrosa do país e da pressão exercida pelos Estados Unidos, em 1988, Hoyte foi obrigado a mudar para uma política neoliberal de privatização e apoio ao investimento privado, abandonando o cooperativismo (assim como os setores que haviam apoiado Burnham). Entretanto, com o declínio do comunismo soviético, a transição para o capitalismo não mais era suficiente.

Tabela 10 – Resultado da Eleição de 1985

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PNC	228.718	78,5	42	+1
PPP	45.926	15,8	8	-2
UF	9.820	3,4	2	0
WPA	4.176	1,4	1	Novo
DLM	2.167	0,7	0	Novo
PDM	232	0,1	0	Novo
NDF	156	0,1	0	Novo
IBV	3.606	–	–	–
Total	294.801	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

Os organismos internacionais começaram a exigir também reformas democráticas como condição para ajuda financeira (NOHLEN, 2005). Hoyte foi obrigado a aceitar diversas mudanças: convidou observadores eleitorais internacionais, reinstalou a comissão eleitoral independente, determinou a revisão do eleitorado e reintroduziu a contagem de votos em seções eleitorais. A eleição prevista para 1990 foi adiada várias vezes e finalmente cancelada pois a comissão eleitoral criada não conseguiu apresentar em tempo a relação do eleitorado atualizada (NOHLEN, 2005).

4.4 DEMOCRATIZAÇÃO: A SEGUNDA TENTATIVA

A morte de Burnham redundou no enfraquecimento da hegemonia negra, diante da pressão interna e externa. Com a redemocratização, foi possível aos indo-guianenses recuperarem o poder que tinham perdido desde 1964. Este tópico trata rapidamente das eleições de 1992 e 1997.

4.4.1 A eleição de 1992

No dia 05 de outubro de 1992, foi realizada a primeira eleição livre e justa desde 1964, ainda que observadores internacionais tenham constatado pequenas irregularidades (NOHLEN, 2005). O PPP conseguiu pôr fim aos 28 anos de domínio do PNC, conquistando 28 dos 53 assentos em disputa, com 53,5% dos votos:

Tabela 11 – Resultado da Eleição de 1992

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP/C	162.058	53,5	28	+20
PNC	128.286	42,3	23	-19
WPA	6.086	2,0	1	0
UF	3.183	1,0	1	0
DLM	1.557	0,5	0	0
URP	1.343	0,4	0	Novo
PDM	270	0,1	0	Novo
UGI	134	0,0	0	Novo
NRP	114	0,0	0	Novo
UWP	77	0,0	0	Novo
NDF	68	0,0	0	Novo
IBV	5.666	–	–	–
Total	308.842	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

A mudança de poder foi relativamente tranquila. Jagan, que tinha abandonado suas ideias comunistas, conseguiu se eleger Presidente, nomeando Samuel Hinds como Primeiro-Ministro. Porém, depois de menos de cinco anos de governo, Jagan sofreu um ataque cardíaco no dia 15 de fevereiro de 1997 e teve que ser levado para tratamento em Washington, nos Estados Unidos. Mesmo submetido a cirurgia, Cheddi Jagan faleceu no dia 06 de março de 1997. Hinds assumiu a Presidência e nomeou Janet Jagan para seu lugar. Um dos maiores políticos guianenses, Cheddi Jagan lutou por toda a sua vida para exercer o poder apenas por quase oito anos (nos períodos de 1961 a 1964 e de 1992 a 1997).

4.4.2 A eleição de 1997

Dando continuidade à consolidação democrática, na eleição de 15 de dezembro de 1997, o PPP obteve 29 dos 53 assentos disponíveis. Com sua vitória, o PPP nomeou Janet Jagan para o cargo de Presidente da República. O PNC, insatisfeito com o resultado, incitou protestos violentos na capital. Como o impasse não se resolvia, mediadores da CARICOM auxiliaram a alcançar o chamado acordo Herdmanston, assinado em janeiro de 1998, pelo qual os dois partidos se comprometiam ao diálogo político e a um programa de mudanças que deveriam ser

implementadas em uma reforma constitucional a ser realizada antes da eleição seguinte, previstas para 2001 (NOHLEN, 2005).

Tabela 12 – Resultado da Eleição de 1997

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP/C	220.667	55,3	29	+1
PNC	161.901	40,5	22	-1
UF	5.937	1,5	1	0
WPA/GLP	4.783	1,2	1	0
GDP	2.528	0,6	0	Novo
GGG	1.552	0,4	0	Novo
JFAP	1.265	0,3	0	Novo
GBG	314	0,1	0	Novo
NIP	258	0,1	0	Novo
NDF	105	0,0	0	0
IBV	8.747	–	–	–
Total	408.057	100	53	0

Fonte: Guiana (2006a)

Devido a problemas de saúde, Janet Jagan foi obrigada a renunciar, passando a Presidência para Bharrat Jagdeo, que poucos dias antes tinha assumido o lugar de Samuel Hinds. O mandato de Jagdeo terminaria em 15 de janeiro de 2001, mas a eleição teve que ser adiada por motivos organizacionais. Isso levou a uma atmosfera de crescente tensão racial.

4.5 O IMOBILISMO POLÍTICO: O ESGOTAMENTO DO SISTEMA

A assunção de Bharrat Jagdeo ao poder coincidiu com a volta das acusações de fraudes eleitorais e representou nova concentração de poder na pessoa do Presidente, com o aumento da corrupção. Este tópico versa concisamente sobre as eleições de 2001, 2006 e 2011.

4.5.1 A eleição de 2001

Em 19 de março de 2001, o PPP obteve nova vitória amealhando 34 assentos dos 65 disponíveis:

Tabela 13 – Resultado da Eleição de 2001

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP	210.013	53,0	34	+5
PNC	165.866	41,8	27	+5
GAP/WPA	9.451	2,4	2	+1
RORG	3.695	0,9	1	Novo
UF	2.904	0,7	1	0
JFAP	2.825	0,7	0	0
GDP	1.345	0,3	0	0
NFA	417	0,1	0	Novo
IBV	7.218	–	–	–
Total	403.734	100	65	+12

Fonte: Guiana (2006a)

A eleição foi marcada por violentos incidentes seguidos de protestos nas ruas organizados pelo PNC. Novamente, houve rumores de irregularidades na eleição (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2006), apesar de observadores internacionais terem concluído que o processo eleitoral fora livre e justo (NOHLEN, 2005).

4.5.2 A eleição de 2006

Em 02 de maio de 2006, o Presidente Bharrat Jagdeo, usando de poderes que lhe eram assegurados constitucionalmente, resolveu dissolver a *National Assembly*. A eleição originalmente marcada para o dia 04 de agosto de 2006 somente foi realizada no dia 28 do mesmo mês, alcançando-se o seguinte resultado:

Tabela 14 – Resultado da Eleição de 2006

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
PPP	183.867	54,6	36	
PNC	114.608	34,0	22	
AFC	28.366	8,4	5	
GAP/ROAR	4.249	1,2	1	
TUF	2.864	0,8	1	
JFAP	2.571	0,8	0	
IBV	5.051	–	–	
Total	341.576	100	65	
Comparecimento	492.369	68,8	–	–

Fonte: Guiana (2006b)

Os confrontos raciais irromperam durante a campanha, que foi marcada por discussões sobre estagnação econômica e tensão étnica. No dia da eleição, tropas patrulharam as ruas para prevenir conflitos.

4.5.3 A eleição de 2011

Em 28 de novembro de 2011, o PPP foi vitorioso pela quinta vez consecutiva, obtendo 32 dos 65 assentos disponíveis. Os principais candidatos à presidência foram Donald Ramotar (secretário-geral do PPP e conselheiro do então presidente Bharrat Jagdeo) e David Granger (ex-comandante da GDF, indicado pela APNU, aliança entre o PNC, GAP e WPA). Apesar de vitorioso, o PPP não obteve a maioria dos assentos, pela primeira vez desde 1992. O candidato do PPP foi eleito presidente, mas a oposição tinha a maioria no parlamento:

Tabela 15 – Resultado da Eleição de 2011

PARTIDO	VOTOS	%	REGIONAL	NACIONAL	TOTAL	+/-
PPP	166.340	48,60	13	19	32	-4
APNU	139.678	40,81	10	16	26	+3
AFC	35.333	10,32	2	5	7	+2
TUF	885	0,26	0	0	0	-1
IBV	4.481	-	-	-	-	-
Total	346.717	100	25	40	65	0
Eleitorado	475.496	72,92	-	-	-	-

Fonte: Guiana (2011)

4.6 O PRESENTE: UMA NOVA ESPERANÇA

A eleição realizada em 2015 guarda semelhanças curiosas com a de 1992. É irônico notar que, no início da década de 1990, o PPP representava a esperança de interrupção de uma hegemonia do PNC que já durava 28 anos. Depois, no meio da década de 2010, a aliança APNU/AFC, sucessora do já extinto PNC, representa para os guianenses uma esperança de encerrar o domínio de 23 anos exercido pelo PPP. Claro que somente o tempo poderá dizer se, novamente, não se estará apenas substituindo a etnia opressora.

4.6.1 O contexto

A hegemonia do PPP vinha sofrendo com esgotamento de prestígio social, perdendo paulatinamente sua força. Por um lado, diante das sucessivas derrotas eleitorais, os afro-guianenses sentiam-se marginalizados e excluídos do poder político. De outro lado, a comunidade indo-guianense preocupava-se com a habilidade do PPP de governar, dada a preponderância de afro-guianenses tanto no funcionalismo público como na capital do país. Essas tensões étnicas dificultavam o diálogo. Ademais, o ambiente de desconfiança e as várias ondas de violência interétnica impediram a implementação completa das medidas inclusivas da reforma constitucional de 2000 (decorrente do acordo Herdmanston, tratado no tópico 5.1.2).

Uma terceira força política, a AFC, entrou em cena em 2005, alterando a balança de forças. Apesar de possuir representantes de ambas as etnias dominantes, não se alinhava especificamente com nenhum dos dois partidos que se jactavam de representá-las. Por isso, a AFC conseguiu minar a base dos dois partidos hegemônicos, atraindo votos, em 2006, do PNCR (antigo PNC) e, em 2011 e 2015, do PPP. Diante desse novo equilíbrio, o PPP e seu candidato Donald Ramotar tiveram dificuldade para manter o poder com uma vitória bastante apertada em 2011. Pela primeira vez em muitos anos, não detinha a maioria absoluta na AN e perdeu o controle do legislativo mantido por muitos anos. Toda a oposição (APNU e AFC) se uniu contra o PPP, dificultando a governabilidade e lançando o país em um clima de contestação e impasse.

Várias propostas legislativas aprovadas pela oposição esbarravam no Presidente Ramotar, enquanto projetos de finanças públicas e desenvolvimento eram obstruídos pela oposição. O confronto entre situação e oposição foi evoluindo até alcançar uma situação insustentável, quando a oposição diminuiu o orçamento original do ano de 2014 (\$220 bilhões) em 37,4 bilhões de dólares guianenses. Insatisfeito com o corte orçamentário, o governo procurou meios para reverter a situação.

No dia 19 de junho de 2014, o Ministro das Finanças, Ashni Singh, apresentou na *National Assembly* uma *Statement of Excess*¹¹ a respeito das

¹¹ Comunicação de excesso.

estimativas correntes e de capital, no total de 4,8 bilhões de dólares guianenses, o primeiro de uma série de saques, que teriam como objetivo recompor os cortes no orçamento de 2014 (NARINE, 2014). Em 12 de julho, o líder da AFC, Khemraj Ramjattan, encaminhou uma carta (datada de 17 de julho de 2015) ao Presidente Ramotar, na qual anunciava que a AFC entendia ser completamente inaceitável que o governo estivesse gastando do *Consolidated Fund*¹² além das provisões da lei orçamentária ou de qualquer outra lei aprovada pela *National Assembly*. Por isso, o referido gasto seria inconstitucional, o que abriria margem para a propositura de uma moção de desconfiança do governo perante a *National Assembly* (NEWS SOURCE GUYANA, 2014b).

Em resposta no mesmo dia, o Presidente Ramotar afirmou que, apesar de ser seu direito constitucional de mover a moção de desconfiança, o líder da AFC teria escolhido um pretexto espúrio e completamente inconstitucional. Ramotar defendeu a constitucionalidade das medidas adotadas pelo Ministro das Finanças e redarguiu estar preparado, acompanhado de seu partido, o PPP/C, para enfrentar as consequências da moção. Ao concluir a resposta, Ramotar reiterou ainda que nunca ficaria no caminho de qualquer pessoa ou partido político que procure exercer seu direito constitucional, poder ou liberdade de que disponha (DEMERARA WAVES, 2014).

Com o desenrolar dos eventos, no início de agosto do mesmo ano, o líder da oposição e da APNU, David Granger, anunciou aderir à moção de desconfiança. Na oportunidade, justificou sua atitude no fato de que, além de o governo ter efetuado gastos não aprovados pelo congresso, Ramotar ainda se recusava em realizar as prometidas eleições para os governos locais, que não ocorriam desde 1994 (NEWS SOURCE GUYANA, 2014a). Em 07 de agosto daquele ano, pouco antes do recesso parlamentar, Moses Nagamootoo oficializou a moção de desconfiança do Governo Ramotar, protocolizando o pedido junto ao Secretário da *National Assembly* (NEWS SOURCE GUYANA, 2014b).

Uma vez instalado o impasse, passaram-se alguns meses em uma quebra de braço entre o Governo e a oposição. Esta acusava aquele de prolongar deliberadamente o recesso da *National Assembly*, para evitar a discussão sobre o

¹² Fundo Consolidado, o que equivaleria ao Tesouro Nacional no Brasil.

voto de desconfiança, que havia sido apresentada antes do recesso parlamentar (STABROEK NEWS, 2014). Caso aprovada, o presidente e seu gabinete seriam forçados a se demitirem, realizando-se eleição geral no prazo de três meses.

Quando finalmente a *National Assembly* voltou a se reunir, em 11 de novembro, a oposição manteve-se firme no propósito de votar a moção de desconfiança. Via de consequência, Ramotar não viu outra saída senão suspender temporariamente as atividades do Congresso, justificando sua atitude como uma tarefa difícil realizada no interesse da Guiana. Afirmou, ainda, que, durante o tempo em que o congresso estivesse suspenso, buscaria o diálogo com a oposição para chegar a um acordo satisfatório para o país. Porém, a oposição afirmava que as discussões tinham sido encerradas sem que os problemas fossem resolvidos.

Posteriormente, no dia 20 de janeiro de 2015, Ramotar anunciou que, infelizmente, as oportunidades de diálogo buscadas com a suspensão do parlamento foram infrutíferas. Afirmou que a oposição manteve uma posição inflexível, exigindo a reabertura do congresso. Diante do fracasso das negociações, convocou eleição para o dia 11 de maio.

4.6.2 A eleição de 2015

Como visto no tópico precedente, a realização da eleição de 2016 foi antecipada para o ano de 2015 em decorrência de um impasse no Parlamento da Guiana, entre o Presidente e a *National Assembly*. Ramotar negou-se a executar cortes orçamentários impostos por esta. Assim, a *National Assembly* convocou uma moção de censura; em retaliação, Ramotar, usando de poderes que lhe eram assegurados constitucionalmente, suspendeu a assembleia em 10 de novembro de 2014, dissolvendo-a meses depois. Em 20 de janeiro de 2015, não havendo solução para o impasse, Ramotar anunciou que nova eleição ocorreria no dia 11 de maio de 2015.

A atmosfera reinante no dia da eleição era de tensão e ansiedade, gerados pelos principais líderes políticos. Havia rumores de confrontos étnicos. Porém, observadores internacionais relataram que a eleição transcorreu calma, sem

qualquer ocorrência séria. Houve alguns poucos incidentes em Georgetown, com multidões cercando alguns locais de votação, mas que foram debelados sem que houvesse reais confrontos, apenas prejuízos financeiros. Recentemente, o PPP propôs uma indenização para as vítimas da violência no dia da eleição de 2015 (TRIM, 2015). O GECOM demorou alguns dias para anunciar o resultado, período em que os principais contendores não pouparam acusações nem insinuações. Tanto o PPP/C como a APNU/AFC demonstraram-se bastante confiantes da vitória. O resultado somente foi anunciado cinco dias depois, no dia 16 de maio de 2015, com a aliança APNU/AFC conseguindo pôr fim aos 23 anos de hegemonia do PPP, obtendo 33 dos 65 assentos em disputa. Uma diferença de apenas 4.506 votos de um total de 412.012 votantes (margem de apenas 1,09%):

Tabela 16 – Resultado da Eleição de 2015

PARTIDO	VOTOS	%	VAGAS	+/-
APNU/AFC	207.201	50,29	33	0
PPP	202.656	49,20	32	0
TUF	1.099	0,26	0	0
URP	418	0,11	0	Novo
IP	342	0,08	0	Novo
NIP	254	0,06	0	Novo
IBV		–	–	–
Total	411.716	100	65	0
Comparecimento			–	–

Fonte: Guiana (2015c)

Ao final, mesmo cooperando resignadamente com a transição, o PPP/C contestou o resultado e requereu a anulação da eleição. No mesmo dia, David Arthur Granger foi nomeado nono presidente (oitavo presidente-executivo) da República Cooperativa da Guiana. Durante a propaganda eleitoral para a eleição de 2015, a aliança APNU/AFC apresentou uma plataforma de governo que pressupunha uma ampla aliança multiétnica, o que parecia apontar para um horizonte de entendimento interracial e a restauração do sonho de uma democracia suprarracial (suspense desde 1957).

4.6.3 Um observador eleitoral internacional: o Centro Carter

O Centro Carter é uma ONG fundada e mantida pelo ex-presidente dos EUA Jimmy Carter e sua esposa, comprometida com os direitos humanos e o alívio do sofrimento humano. Tem entre suas prioridades a prevenção e solução de conflitos, desenvolvimento de liberdade e democracia e o melhoramento da saúde. Tem atuado ativamente em mais de 80 países com programas diversos, dentre os quais o mais relevante para o estudo em comento é o Programa de Democracia, que tem por objetivo incentivar eleições democráticas e governança consistente com os direitos humanos universais. No dia da eleição de 2015, observadores do Centro Carter visitaram 297 locais de votação (13% do total), onde puderam observar todo o processo eleitoral e tiveram uma impressão positiva. Como registrado no Relatório Preliminar (CARTER CENTER, 2015), a atmosfera manteve-se calma e pacífica durante toda a eleição, sem que houvesse qualquer irregularidade digna de nota. Ademais, consta que os mesários estavam no geral bem treinados, o que permitiu a ocorrência de pouquíssimos problemas técnicos no procedimento de votação. Os observadores puderam constatar a proteção da integridade dos votos.

Quase a totalidade das seções eleitorais tinham fiscais dos dois principais partidos contendores. Em 98% das seções observadas, não houve nenhum registro de reclamações. Mesmo após o término da votação, o Centro Carter manteve contato direto com o GECOM e com os partidos, sem qualquer limitação de acesso mesmo aos edifícios do GECOM. Ainda assim, os observadores não relataram qualquer irregularidade significativa. No Relatório Preliminar (CARTER CENTER, 2015), o Centro Carter emitiu diversas recomendações ao GECOM, ao Governo da Guiana e aos partidos políticos daquele país.

Ao Governo da Guiana:

- a) garantia de independência e imparcialidade do órgão de administração das eleições;
- b) consolidação das leis eleitorais;
- c) utilização de listas abertas e que compreendam ambos os sexos;
- d) direito de candidatura independentemente de partido;

- e) permissão de votação em trânsito, inclusive para fiscais;
- f) maior transparência quanto ao financiamento de campanha;
- g) registro formal de partidos;
- h) código de conduta para partidos antecipado;
- i) eleições para governos locais;
- j) delimitação mais igualitária da distribuição de assentos por eleitores.

Ao GECOM:

- a) divulgação imediata dos dados completos de votação;
- b) melhorar a confiabilidade da relação de eleitores, permitindo, no futuro, auditoria;
- c) melhoria no processo de tabulação do resultado;
- d) aumento da acessibilidade para votantes portadores de necessidades especiais;
- e) localização dos locais de votação; e
- f) comunicação e acesso à informação.

4.6.4 A eleição de 2016

Durante a breve história independente da Guiana, foram realizadas apenas três eleições para a constituição do Governo Regional, o qual, no Brasil, seria comparável ao governo municipal. A mais recente ocorreu no dia 18 de março de 2016. Nesta, estavam em disputa diversas municipalidades e vários cargos de autoridade local.

Tabela 17 – Resultado da Eleição de 2016

PARTIDO	VOTOS	%
APNU/AFC	98.670	44,40
PPP/C	123.564	55,60
Total	222.234	100

Fonte: elaborado com base em Guiana (2016a)

É interessante registrar a vitória do PPP/C em 2016, o que pode ser um sinal da insatisfação dos guianenses com o governo da APNU/AFC, assunto que é aprofundado no tópico 6.4.

5 CAPÍTULO 4 – OS ATUAIS SISTEMAS POLÍTICO E ELEITORAL

Neste segundo capítulo serão analisados os atuais sistemas político e eleitoral da República Cooperativa da Guiana.

5.1 AS REGRAS DO JOGO

Como discutido no tópico 3.2.2, uma das formas de entender a democracia é o consenso quanto às regras de competição. Neste quesito, a democracia guianense já passou por alguns períodos de séria fragilidade, como já demonstrado rapidamente nos tópicos 2.2 e 3.2.6. Cada uma das seções seguintes é dedicada a esmiuçar melhor o fundamento, as circunstâncias e a solução de cada uma dessas crises institucionais.

5.1.1 A primeira grande crise institucional: a eleição de 1964

Como já demonstrado no tópico 4.2.5, no ano de 1964 foi realizada a primeira eleição pelo sistema de representação proporcional, para atender aos interesses dos EUA na política local. Assim, a primeira eleição realizada com o sistema de representação proporcional ocorreu em 07 de dezembro de 1964, demonstrando o equilíbrio entre os dois principais partidos. Porém, mesmo com a mudança no sistema eleitoral, o PPP ainda manteve pequena maioria dos assentos, com uma margem de apenas 5,3% do total de votos.

Entretanto, depois da eleição, o PNC formou uma coalizão anti-PPP com o UF, de Peter D'Aguiar, conseguindo a maior bancada. Efetivamente, o PPP não logrou obter a maioria absoluta, alcançando apenas uma maioria simples¹³. Sua vantagem sobre o PPP (5,3%) não foi suficiente para suplantar a aliança com o UF, com seus 12,4% dos votos. Juntos, PNC e UF detinham a maioria absoluta dos votos daquela eleição (52,9%) bem mais que o PPP (45,8%). Ainda assim, Jagan não reconheceu a legitimidade da coalização posterior à eleição e se recusou a

¹³ Denominada de “pluralidade de votos” no sistema guianense. Sobre os tipos de sistemas eleitorais, ver tópico Erro: Origem da referência não encontrada.

admitir sua demissão. O Governador Richard Luyt, traduzindo o descontentamento britânico com as políticas de Jagan, aproveitou a oportunidade para retirá-lo do cargo de *Premier* e nomear Forbes Burnham em seu lugar (NOHLEN, 2005).

Jagan sempre acusou os EUA de auxiliar financeiramente Burnham com o objetivo de alijá-lo do poder. Porém, a divulgação, em 2005, de documentos sigilosos do Departamento de Estado americano comprovou que o Presidente Lyndon Johnson, temendo que a Guiana se tornasse uma nova Cuba, forneceu auxílio material e intelectual a Burnham para retirar Jagan do poder (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 2005). Tais documentos demonstram que os EUA destinaram mais de dois milhões de dólares para programas de atividades secretas na Guiana, no período de 1962 a 1968 (ISHMAEL, 2012).

5.1.2 O acordo Herdmanston

O resultado da eleição de 1997 gerou violentos protestos e grande tensão étnica entre o PPP/C e o PNC. Diante do impasse, a CARICOM enviou uma missão com o objetivo de negociar um acordo que pudesse restaurar a paz social na Guiana. O resultado dos trabalhos dessa missão ficou conhecido como Acordo Herdmanston, que é o nome do prédio onde o documento foi negociado e assinado (RAMKARRAN, 2004).

O acordo, assinado em 17 de janeiro de 1998 entre a Presidente Janet Jagan e o Líder da Oposição, Desmond Hoyte, declarou reconhecer uma urgente necessidade de diminuição do conflito étnico na Guiana. A missão concluiu ainda que a solução dos problemas somente poderia se dar através de um processo político para o qual todos os envolvidos deveriam contribuir. O objetivo do acordo era reduzir a tensão, promover a harmonia e lançar a base de uma cooperação política de maneira a restaurar a Guiana a um estado de normalidade (CARICOM, 1998).

Em resumo, o acordo consistia em cinco medidas: auditoria, moratória, diálogo, reforma constitucional e um novo ambiente (RAMKARRAN, 2004). Sem embargo de eventuais processos judiciais, a auditoria seria feita em dois estágios: uma urgente recontagem de votos e uma revisão de aspectos sistemáticos do

processo eleitoral. A auditoria seria realizada sob a supervisão da CARICOM por uma equipe por ela indicada, após consulta aos líderes dos dois partidos envolvidos. Tanto o PPP/C como o PNC deveriam cooperar na promulgação de uma legislação eventualmente necessária para a eficaz condução da auditoria. Ambos os partidos aceitariam os resultados do primeiro estágio da auditoria.

Seria declarada uma imediata moratória das demonstrações públicas e marchas, pelo período mínimo de três meses a partir de 17 de janeiro de 1998. Ademais, ambos os partidos iniciariam os arranjos necessários para a manutenção do diálogo com o objetivo de promover uma maior harmonia e confiança.

Seria estabelecida uma Comissão de Reforma Constitucional, com amplos poderes e formado por ampla diversidade de membros, indicados pelos representantes dos Partidos Políticos, do movimento trabalhista, organizações religiosas, setor privado, os jovens e outros parceiros sociais. A *National Assembly* deveria estabelecer as regras para a reforma, após um processo de consulta aos partidos políticos e a sociedade em geral.

A comissão disporia de 18 meses para apresentar relatório à *National Assembly*, que disporia de igual prazo para analisar e implementar as propostas de mudanças. Entre os assuntos a serem tratados pela comissão, constavam medidas e providências para a melhoria das relações raciais na Guiana. Havia, ainda, regras e conceitos para contribuir com a causa da justiça, equidade e progresso na Guiana.

Entretanto, os líderes políticos do PPP/C e do PNC deveriam emitir uma declaração conjunta confirmando seu comprometimento com o que foi acertado e evitar o uso, pelo partido ou seus integrantes, de linguagem acusatória ou que possa produzir efeito inflamatório no contexto político.

Por fim, o Acordo Herdmanston acabou se resumindo a uma lista de intenções. Muito foi discutido e pouco foi realizado para a diminuição da violência interracial (STABROEK NEWS, 2008).

5.1.3 A nulidade da eleição de 1997

No dia 25 de fevereiro de 1998, Esther Perreira, simpatizante do PNC, questionou a legalidade da eleição de 1997 com base em dois argumentos: as diversas irregularidades materiais e a inconstitucionalidade do Ato 22/1997. Essas questões somente foram julgadas em uma sentença de 77 páginas pela Juíza Claudette Singh depois de quase três anos, em 15 de janeiro de 2001 (COMMONWEALTH OBSERVER GROUP, 2001). Quanto à primeira acusação, a Juíza Singh constatou que, apesar de ser indubitável que houve falhas no processo eleitoral, não era possível determinar se tais erros eram intencionais ou mesmo se afetaram efetivamente o resultado. O segundo argumento é fundamental para compreender aquela crise institucional como uma falta de consenso na Guiana quanto à regra do jogo político. O Ato 22/1997, que estava sendo questionado, exigia que qualquer eleitor somente poderia votar se exibisse de um Cartão de Identificação do Eleitor. A Juíza entendeu que tal exigência configuraria a restrição inconstitucional ao exercício do voto, o que tornaria a lei nula. Por corolário, a eleição de 1997 seria ilegal e deveria ser anulada.

Porém, apesar da nulidade detectada, a juíza determinou que a legislatura eleita permanecesse nos respectivos cargos até que nova eleição fosse realizada no dia 31 de março de 2001, com o objetivo de evitar *“the creation of a legal vacuum with grave consequential chaos and in the interests of effective government”* (apud RAMCHARAN, 2001, p. 65). Entretanto, diante da nulidade, o Parlamento não poderia aprovar nenhuma lei, exceto as necessárias à realização da eleição ou ao cumprimento dos termos do Acordo Herdmanston (RAMCHARAN, 2001).

5.1.4 O acordo Bourda

Um pouco mais de 10 anos após a assinatura do Acordo Herdmanston, nova onda de violência exige a assinatura de outro acordo, coincidentemente na mesma rua, *New Garden Street*, em Georgetown, no dia 12 de março de 2008. Em 1998, a ação da CARICOM foi motivada por uma perigosa deterioração da ordem pública após a eleição de 1997. Já o acordo Bourda foi gerado em razão de um massacre no qual 23 pessoas foram assassinadas.

O objetivo deste novo acordo era atingir um amplo consenso contra a violência. Porém, a experiência passada já demonstrava que pouco seria feito. Em verdade, propostas de mudança constitucional eram recorrentes desde 1960 e tinham como base a intenção de resolver várias crises políticas que já faziam parte do panorama político guianense. Dentre as medidas discutidas desde o início da década de 1960 estavam: incrementar a harmonia das relações entre povos de origem étnica diferente, a diminuição dos poderes do presidente, inclusividade, em termos de participação da oposição no governo, a expansão dos direitos individuais e o reforço da independência dos poderes constitucionais (*National Assembly*, Judiciário e outros órgãos) (RAMCHARAN, 2001).

Nos termos do Acordo Herdmanston, foi demonstrada a urgente necessidade de reformas constitucionais. Entretanto, a comissão referida somente iniciou seus trabalhos em 22 de janeiro de 1999, entregando o seu relatório final em 17 de julho do mesmo ano. Porém, as reformas propostas não foram efetivamente implementadas (RAMCHARAN, 2001). Posteriormente, em 06 de maio de 2003, o Presidente Barrhat Jagdeo e o Líder da Oposição e do PNC, Robert Corbin, assinaram um Comunicado Conjunto, resultado de três meses de negociações, por meio expressaram um engajamento produtivo por parte das duas agremiações para encerrar novo impasse entre ambas (THOMAS, 2003).

5.1.5 A reforma constitucional: gênese do problema?

O Parlamento eleito em 1973 para um mandato de cinco anos deveria ser substituído em nova eleição no ano de 1978. Porém, o Primeiro-Ministro à época, Forbes Burnham, tendo obtido a maioria de dois terços na eleição de 1973, propôs, em um referendo, diversas alterações constitucionais que tinham o nítido objetivo de consolidar seu poder e a ascendência do PNC sobre a sociedade.

Em 10 de julho de 1978, foi realizado um referendo que alterou a Constituição em vigor à época. A partir de então, as cláusulas pétreas daquela constituição poderiam ser alteradas sem a necessidade de novos referendos. Bastaria a aprovação por dois terços da *National Assembly*, curiosamente a margem de que o PNC dispunha à época (ISHMAEL, 2006).

Em 06 de outubro de 1980, uma nova constituição proclamou a Guiana um estado democrático em transição do capitalismo para o socialismo. O parlamentarismo até então em vigor foi invertido, concentrando-se a chefia do estado e do governo no cargo de Presidente da República, que passou a ser exercido por Burnham. Em consequência, o PNC (e seu líder em particular) assegurou o poder através do clientelismo, usando de suas prerrogativas quase ilimitadas para generalizar a nacionalização da economia, aumentar o aparato militar e expandir a burocracia estatal.

As principais características da Constituição de 1980 são: estabelecimento da presidência executiva e uma declaração de Princípios Diretivos. Ela é muito criticada por conceder muitos poderes ao Presidente, colocando-o acima da lei e concedendo-lhe diversas imunidades inclusive em relação a crimes comuns (RAMKARRAN, 2004).

Até hoje, a controvérsia permanece. A supressão dos poderes quase ilimitados concedidos ao Presidente faz parte da lista de reformas constitucionais que é a principal plataforma de todos os partidos de oposição desde então. Quando o PPP assumiu o poder em 1992, o governo nomeou uma comissão para fazer a revisão da Constituição. Porém, essa comissão não conseguiu finalizar o trabalho.

5.2 O SISTEMA POLÍTICO ATUAL

De acordo com a Constituição atualmente em vigor, promulgada em 20 de fevereiro de 1980, a Guiana é uma república democrática representativa parlamentarista.

Entretanto, trata-se de um parlamentarismo atípico, já que o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente e não pelo Legislativo (art. 101 (1) da Constituição). Ele deve ser escolhido dentre os membros da assembleia eleitos e atua como principal assistente do Presidente e líder do governo na *National Assembly*. De seu turno, o Poder Legislativo, apesar de bipartido, não é menos atípico, já que o Parlamento é composto pelo Presidente e pela *National Assembly*. Ademais, o Presidente tem poder para dissolver a *National Assembly* (art. 70 (2) da Constituição).

Constata-se daí que o Presidente possui um grande poder, exercendo na prática tanto o Legislativo como o Executivo. A única forma de responsabilizá-lo politicamente¹⁴ é através da moção de censura que pode ser aprovada pela maioria dos membros da *National Assembly* (art. 106(6) da Constituição).

Além disso, o Presidente normalmente compõe o seu gabinete com políticos de seu próprio partido, já que não depende da indicação dos demais partidos. Por isso, é costume do país ser governado exclusivamente a partir do gabinete do Executivo e ter seus projetos legitimados na *National Assembly* com maioria simples, independentemente de debates.

Essa configuração foi justamente um dos motivos para a crise que antecipou a eleição de 2016 para 2015. Na eleição de 2011, o PPP ganhou com uma maioria simples mas não absoluta. Portanto, todos os projetos do governo precisavam do apoio de algum parlamentar da oposição. Ocorre que não há um ambiente de colaboração interpartidária, pois há uma forte cultura de votação em bloco e qualquer membro do parlamento pode ser cassado pelo seu próprio partido se não obedecer às orientações das lideranças.

De acordo com o art. 71 da Constituição, o governo local é parte vital da democracia, subdividindo as 10 regiões em 71 áreas de autoridade local, representadas por seis municípios e 65 NDC's. Porém, antes da eleição de 2016, a Guiana passou 22 anos sem eleger o governo local (GUYANA TIMES, 2015). Antes disso, haviam sido 24 anos sem eleições locais (GUYANA CHRONICLE, 2015). Na prática, tanto os municípios como as NDC's eram exercidos por autoridades nomeadas pelo governo central.

5.3 O SISTEMA ELEITORAL ATUAL

O sistema eleitoral atualmente em vigor na Guiana garante o exercício do sufrágio direto, universal, igual e secreto. Segundo o art. 47 da Constituição de 1980, são considerados eleitores os cidadãos, tanto da *Commonwealth*, que atendam a certos critérios, como da Guiana, que tenham mais de 18 anos. Podem

¹⁴ A responsabilização política é uma série de mecanismos que visam a permitir o controle popular sobre as escolhas políticas de um representante eleito.

concorrer a cargos eletivos cidadãos guianenses adultos que demonstrem conhecimento da língua inglesa (escrita e falada), excluídos os doentes mentais, condenados, alguns oficiais públicos e os membros da polícia e das forças armadas.

As eleições para a *National Assembly* são realizadas pelo sistema proporcional de lista fechada. Significa dizer que os eleitores votam apenas nos partidos e não nos candidatos. Já a eleição para Presidente é feita de forma indireta, com base no desempenho de cada partido na eleição legislativa. Antes da eleição para a *National Assembly*, cada partido deve indicar um líder. O representante do partido que obtiver a maioria simples de votos na eleição para a *National Assembly* automaticamente é eleito presidente. Todos os mandatos, tanto no legislativo como no executivo, têm duração de cinco anos.

No sistema proporcional de lista fechada usado na Guiana, cada partido apresenta duas listas de candidatos a serem eleitos, uma nacional e outra regional, e os assentos são alocados proporcionalmente ao número de votos que cada partido obtém na eleição. Como existem duas listas, cada eleitor vota duas vezes. As regras para o lançamento de candidaturas não são as mesmas, então pode ocorrer de determinado partido lançar um candidato para a lista nacional mas não lançar nenhum para a regional ou lançar um candidato apenas em algumas regiões e não em outras.

A primeira lista é composta de candidatos concorrendo à distribuição nacional de cadeiras da *National Assembly*; a segunda, é composta de pretendentes à distribuição regional. Não mais da metade pode ser eleito regionalmente, sendo o restante eleito nacionalmente. A ordem dos nomes depende de cada partido e não precisa seguir qualquer regra específica, além das cotas de sexo: as mulheres devem representar um terço da relação nacional e um terço das regionais, consideradas estas em conjunto.

Para que possa concorrer nas listas regionais, os partidos necessitam do apoio de pelo menos “150 eleitores provenientes de distritos eleitorais em que ele concorra” (ASSAD, 2011, p. 24). Para concorrer nas listas nacionais, é necessário que o partido demonstre o apoio com “as assinaturas de pelo menos 300 eleitores” (ASSAD, 2011, p. 24).

Para a distribuição das cadeiras a que cada partido tem direito é usado o cálculo do coeficiente nacional, “efetuado com a divisão do número total de votos válidos emitidos nacionalmente para todas as listas de partidos pelo número total de cadeiras na Assembleia Nacional” (ASSAD, 2011, p. 21). A quantidade de cadeiras proporcionais a que cada partido tem direito é obtida pela divisão da quantidade de votos válidos pelo coeficiente nacional.

Em seguida, o “coeficiente usado por cada um dos distritos eleitorais é calculado dividindo-se o número total de votos válidos emitidos na região geográfica/eleitoral pelo número de cadeiras destinadas por lei segundo um critério geográfico” (ASSAD, 2011, p. 22). Após, para se poder determinar quantas vagas cada partido deveria ter direito, o “número total de votos válidos emitidos de cada partido num distrito eleitoral é dividido pelo coeficiente do distrito” (ASSAD, 2011, p. 22). Assim, para manter a representação proporcional, cada vaga obtida regionalmente é subtraída da quantidade conquistada nacionalmente. Ademais, cada partido deve indicar 13 candidatos distribuídos por, pelo menos, seis distritos e suas listas devem ter, pelo menos, dois candidatos a mais do que a quantidade de cadeiras disputadas. Nas listas nacionais, devem apresentar pelo menos 42 candidatos.

Atualmente, a *National Assembly* é composta por 65 membros; desses, 40 são escolhidos em seleção nacional. Os outros 25 são selecionados regionalmente em 10 distritos que coincidem com as 10 regiões da Guiana, as quais possuem diferentes magnitudes:

Tabela 18 – Distribuição de vagas na *National Assembly* por região

REGIÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
4	7
6 e 3	3
8 e 9	1
1, 2, 5, 7 e 10	2

Fonte: Elaborado com base em Assad (2011)

As eleições são organizadas por uma comissão, denominada GECOM, formada por um Presidente, escolhido pela Presidência da República, a partir de uma lista de seis nomes indicados pelo Líder da oposição, preferencialmente dentre

juízes, tanto da Guiana como da *Commonwealth*. Além do respectivo Presidente, o GECOM é formado por outros seis membros, sendo três designados pelo Presidente sozinho e outros três indicados pelo Líder da Minoria para designação pela Presidência da República. Todos exercem mandatos de cinco anos. O GECOM é responsável pelo registro dos eleitores, a manutenção da lista de eleitores e administração das eleições.

Cada região administrativa corresponde a um distrito eleitoral, que se subdividem em 97 subdistritos, que, por sua vez, são subdivididos em várias zonas eleitorais, cada uma com uma ou mais seções.

5.4 OS PARTIDOS POLÍTICOS

Como demonstrado no início desta pesquisa, a Guiana é um país formado por diversas etnias, mas sua política tem sido dominada pelas duas majoritárias. Ao longo dos quase 70 anos de eleições que esta pesquisa cobre, foram identificadas quase 40 agremiações, aí incluídas as coligações entre vários partidos. Diante desse alto número, realizar ampla comparação é inviável e desnecessário. Afinal, como já dito no capítulo 4, a política guianense é fortemente polarizada.

De um lado, há os indo-guianenses, que vêm sendo representados desde 1950 por apenas uma agremiação: o PPP, fundado por Cheddi Jagan (indo-guianense) e Forbes Burnham (afro-guianense) com o objetivo de representar todo povo guianense, independente da etnia. Mas a pretensa unidade não durou muito. Já na eleição de 1957, a parcela do PPP que representava os descendentes de indianos foi chamada de *jaganite*. Depois da cisão em 1957, o PPP passou a propugnar os interesses apenas desse grupo étnico, o que faz até hoje. Porém, após a derrota de 1985, o PPP sentiu a necessidade de formar uma aliança com outros partidos de oposição: WPA, DLM, PDM e NDF. Assim foi formada a PCD, que passou anos discutindo a composição da chapa e o correspondente programa político, mas não alcançava qualquer consenso. Nesse ínterim, um grupo de empresários, profissionais e sindicalistas formou a DRM (também chamado de cidadãos preocupados), com o intuito de apoiar a luta por eleições democráticas. Com uma maior adesão da sociedade civil, o DRM cresceu e se transformou no

GUARD. Dentre seus líderes, estava Samuel Hinds, um engenheiro de Linden. Entretanto, as divergências continuavam a impedir que a oposição se reunisse em uma só legenda. Até que, depois de muitas negociações, o PPP finalmente conseguiu chegar a um consenso com a parte majoritária da GUARD, lançando a coalizão PPP/C, que perdura até os dias de hoje (ISHMAEL, 2012).

Do outro lado, há os afro-guianenses, representados na maior parte do tempo pelo PNC. A primeira organização política a se apresentar como representante da comunidade negra foi a facção do PPP denominada de *burnhamite* e disputou a eleição de 1957. Logo depois da eleição, em 05 de outubro de 1957, rachou com o PPP e juntou-se à UDP para formar o PNC. Depois de ter perdido o controle do poder em 1992, o PNC ainda disputou mais três eleições, sem conseguir reconquistar a Presidência da República. Em 2011, o PNC uniu-se ao GAP e ao WPA, formando a APNU, uma aliança com o claro objetivo de sobrepujar o PPP nas eleições. Diante do novo fracasso, em 2015, resolveu ampliar ainda mais a coligação, trazendo a AFC, finalmente conseguindo suplantar o PPP.

Não há como negar que a história eleitoral guianense seja marcadamente étnica. Apesar de um de seus principais partidos, o PPP, ter sido criado com ambições pan-étnicas, essa harmonia durou poucos anos. A partir de 1955, com o acirramento das divergências entre Burnham e Jagan, foram criadas facções dentro do PPP. Apesar de essa cisão não ter sido exclusivamente étnica e de ter sido originada por divergências quanto à política econômica, foi fortemente marcada por um componente étnico¹⁵. Efetivamente, as divergências ideológicas e pessoais entre os dois líderes iniciaram a fagulha da divergência, mas, paulatinamente, o componente racial foi introduzido como critério de divisão, fazendo com que a maioria afro-guianense apoiasse Burnham, formando a facção *burnhamite*, e a maioria indo-guianense apoiasse Jagan, criando a facção *jaganite*. Foi assim que a bipolaridade ideológica acabou sendo evidenciada pela divisão racial e pelos contrastes geográficos e sociais, já que a população indo-guianense era composta de pequenos fazendeiros e agricultores e os negros formavam o proletariado e a classe média urbana (NOHLEN, 2005). Tudo culminou com a cisão do PPP, com a facção *burnhamite* unindo-se à UDP (também formada pela classe média urbana

¹⁵ Tema melhor explanado no tópico 4.2.3.

negra) para formar o PNC, fundada em 05 de outubro de 1957. Com isso, acentuou-se o alinhamento racial dos partidos políticos e Burnham gradualmente se tornou o líder de todos os negros. A partir daí, os conflitos entre o PPP e o PNC aumentaram e passaram a ser determinados cada vez mais pelas diferenças étnicas (NOHLEN, 2005). Encerrava-se assim a promessa de uma democracia suprarracial, após apenas sete anos. O PNC obteve seu apoio principalmente nas áreas urbanas de ascendência africana e por muitos anos declarou-se um partido de vanguarda socialista. “O funcionamento da estrutura social na Guiana deixava evidente a distinção entre grupos étnicos, mas nesse contexto os brancos eram uma minoria, embora fossem dominantes em função da colonização” (SILVA, 2006, p. 47).

No décimo quinto congresso, o próprio PPP reconhecia que havia muitos em suas *“ranks who in public take a non-racial stand, but who in private crawl into their racial skins”* (ISHMAEL, 2010, p. 74). No décimo sexto congresso, o PPP assevera que, na realidade, *“the issue centres on the racial question. Right opportunism overestimates the strength of racial factors as against economic and class factors”* (ISHMAEL, 2010, p. 95). Na conferência do vigésimo quinto aniversário do PPP, Cheddi Jagan afirmou ainda que:

One of the PPP's greatest achievements was the forging of unity between the two major ethnic groups – Black and Indian. (...) Later, after engineering a split in the party, racial division and animosity was used as the excuse for manipulating the electoral system to remove the PPP from the government in 1964 (ISHMAEL, 2010, p. 137).

Em sua proposta apresentada em 09 de agosto de 1977, o PPP afirma que, *“unlike many Latin American armies, the Guyana Defence Force is relatively new, a creation of the ruling PNC. And it is largely made up of Afro-Guyanese, the ethnic group from which the PNC draws its main support”* (ISHMAEL, 2010, p. 204), o que demonstra a forte clivagem étnica da composição partidária na época.

Desde essa data (1955) o comportamento dos dois principais partidos resultantes da cisão – o PPP, liderado por Cheddi Jagan, e o PNC liderado por Forbes Burnham – foi largamente determinado pela atitude defensiva racial. Este tem sido em grande parte o caso, independentemente dos slogans que os partidos inscrevem em suas bandeiras (ISHMAEL, 2012).

6 CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DE DADOS DAS ELEIÇÕES

Antes de iniciar a análise dos dados, são necessárias algumas observações. A comparação dos dados eleitorais com o censo é complicada e trabalhosa. Porém, a principal dificuldade reside em uma característica específica estranha a nós brasileiros, que deve ser esclarecida. Como demonstrado de relance na seção 5.3, nas eleições guianenses, as vagas para a composição na *National Assembly* são distribuídas através de duas votações simultâneas. Significa dizer que cada eleitor deve depositar dois votos: um na lista nacional e outro na lista regional. Isso complica sobremaneira a comparação, afinal há duas votações paralelas ocorrendo. Caso sejam somados todos os votos, o dobro do eleitorado será contabilizado. Assim, somente uma votação pode ser adotada para comparar com o censo.

Tabela 19 – Comparação entre as listas nacional e regional na Eleição de 2015

REGIÃO	NOME	APNU/AFC LISTA REGIONAL	APNU/AFC LISTA NACIONAL	PPP/C LISTA REGIONAL	PPP/C LISTA NACIONAL
Região 1	Barima-Waini	1,33%	1,35%	3,11%	3,10%
Região 2	Pomeroon-Supenaam	3,53%	3,53%	7,93%	7,92%
Região 3	Ilhas Essequibo- Demerara Ocidental	10,16%	10,09%	19,99%	19,97%
Região 4	Demerara-Mahaica	54,81%	54,95%	34,64%	34,64%
Região 5	Mahaica-Berbice	6,51%	6,47%	8,21%	8,21%
Região 6	Berbice Oriental- Corentyne	10,71%	10,67%	19,53%	19,55%
Região 7	Cuyuni-Mazaruni	2,21%	2,22%	1,47%	1,47%
Região 8	Potaro-Siparuni	0,87%	0,89%	0,91%	0,91%
Região 9	Alto Takutu-Alto Essequibo	1,73%	1,73%	2,85%	2,86%
Região 10	Alto Demerara-Berbice	8,13%	8,10%	1,37%	1,37%
TOTAL		100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2015a, 2015b).

No caso específico da eleição de 2015, as duas votações apresentaram resultados bastante similares: a lista geral (GUYANA, 2015a) e a regional (GUYANA, 2015b). Caso apenas uma votação seja utilizada, a opção por qualquer uma delas é estatisticamente irrelevante, já que, como demonstrado na Tabela 19, as votações dos dois partidos pesquisados foram distribuídos pelas 10 regiões de maneira

virtualmente idênticas em ambas as listas, com pequenas variações percentuais. Inexistindo qualquer diferença significativa, este pesquisador optou por fazer uso da lista regional para todas as tabelas deste capítulo, pois esta representa mais efetivamente a vontade coletiva da região correspondente. Assim, as comparações e ilações dos tópicos subsequentes utilizarão apenas os votos atribuídos na lista regional, a despeito da votação nacional. Com o intuito de permitir uma boa visualização do objeto estudado ao longo dos anos, este capítulo apresenta e esmiuça tabelas que demonstram a distribuição de votos pelos partidos políticos. Essa informação é cruzada com a composição racial da sociedade guianense apresentada no censo de 2012 com o objetivo de saber se é possível deduzir algum padrão ou se há algum parâmetro avaliável que possa fornecer mais informações sobre o objeto pesquisado.

6.1 O CENSO DE 2012

Preliminarmente, há que se registrar que, como já mencionado no final da introdução, o Departamento de Estatística da Guiana atrasou em muito a publicação dos resultados do último censo, realizado no ano de 2012. Com efeito, o Relatório Preliminar foi expedido em junho de 2014. Porém, somente em maio de 2016 foi divulgado o Relatório Final. Logo em seguida, foi expedido um Compêndio que tratava especificamente do tamanho e crescimento da população. Apenas no dia 30 de junho de 2016, foi liberado para o Relatório de Composição da População Guianense, incluindo a composição étnica, a partir da qual se elaborou a Tabela 20.

Tabela 20 – Distribuição das etnias por região no Censo de 2012

ETNIA	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	REGIÃO 4	REGIÃO 5
Ameríndios	17846	8834	2820	7066	1270
Indo-guianenses	472	20861	64183	109105	27234
Afro-guianenses	635	5891	22774	126378	16472
Mestiços	8616	11046	17652	66844	4740
Chineses	14	41	192	737	44
Portugueses	46	105	84	1148	41
Branços	12	31	31	192	16
Outros	2	1	49	93	3
Total	27643	46810	107785	311563	49820

ETNIA	REGIÃO 6	REGIÃO 7	REGIÃO 8	REGIÃO 9	REGIÃO 10
Ameríndios	1801	6833	8009	20808	3205
Indo-guianenses	72406	1569	282	253	1128
Afro-guianenses	23383	2135	858	353	19604
Mestiços	11727	7514	1838	2708	15847
Chineses	178	25	9	10	127
Portugueses	73	223	0	73	41
Branco	60	9	5	29	30
Outros	24	67	76	4	10
Total	109652	18375	11077	24238	39992

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016b)

Na Tabela 21, é apresentada a distribuição percentual das etnias através das regiões guianenses, para que se possa ter uma ideia concreta da repartição de cada etnia pelo território guianense.

Tabela 21 – Distribuição percentual das etnias por região no Censo de 2012

ETNIA	REGIÃO 1	REGIÃO 2	REGIÃO 3	REGIÃO 4	REGIÃO 5
Ameríndios	64,56%	18,87%	2,62%	2,27%	2,55%
Indo-guianenses	1,71%	44,57%	59,55%	35,02%	54,66%
Afro-guianenses	2,30%	12,58%	21,13%	40,56%	33,06%
Mestiços	31,17%	23,60%	16,38%	21,45%	9,51%
Chineses	0,05%	0,09%	0,18%	0,24%	0,09%
Portugueses	0,17%	0,22%	0,08%	0,37%	0,08%
Branco	0,04%	0,07%	0,03%	0,06%	0,03%
Outros	0,01%	0,00%	0,05%	0,03%	0,01%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ETNIA	REGIÃO 6	REGIÃO 7	REGIÃO 8	REGIÃO 9	REGIÃO 10
Ameríndios	1,64%	37,19%	72,30%	85,85%	8,01%
Indo-guianenses	66,03%	8,54%	2,55%	1,04%	2,82%
Afro-guianenses	21,32%	11,62%	7,75%	1,46%	49,02%
Mestiços	10,69%	40,89%	16,59%	11,17%	39,63%
Chineses	0,16%	0,14%	0,08%	0,04%	0,32%
Portugueses	0,07%	1,21%	0,00%	0,30%	0,10%
Branco	0,05%	0,05%	0,05%	0,12%	0,08%
Outros	0,02%	0,36%	0,69%	0,02%	0,03%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016b)

Além da distribuição das etnias pelas regiões, é importante ter clara a distribuição da população pelas regiões, o que se obtém da Tabela 22.

Tabela 22 – Distribuição da população pelas regiões no Censo de 2012

REGIÃO	NOME	POPULAÇÃO	%	ELEITORADO	%
Região 1	Barima-Waini	27.643	3,70%	14.830	2,54%
Região 2	Pomeroon-Supenaam	46.810	6,27%	33.596	5,76%
Região 3	Ilhas Essequibo-Demerara Ocidental	107.785	14,43%	84.515	14,49%
Região 4	Demerara-Mahaica	311.563	41,71%	256.140	43,90%
Região 5	Mahaica-Berbice	49.820	6,67%	40.177	6,89%
Região 6	Berbice Oriental-Corentyne	109.652	14,68%	91.119	15,62%
Região 7	Cuyuni-Mazaruni	18.375	2,46%	12.548	2,15%
Região 8	Potaro-Siparuni	11.077	1,48%	6.056	1,04%
Região 9	Alto Takutu-Alto Essequibo	24.238	3,24%	14.272	2,45%
Região 10	Alto Demerara-Berbice	39.992	5,35%	30.187	5,17%
Total		746.955	100,00%	583.440	100,00%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016b)

Ao analisar o Compêndio II do censo de 2012, Ramkarran (2016) faz observações relevantes a respeito dos números divulgados, em comparação com o censo de 2002.

The Indian population has declined from 326,277 or 43.4% in 2002 to 297,493 or 39.8% in 2012. The African population has declined from 227,062 or 30.2% in 2002 to 218,483 or 29.2% in 2012. The Amerindian population increased from 66,675 or 9.1% in 2002 to 78,492 or 10.5% in 2012. The Mixed population increased from 125,727 or 16.7% in 2002 to 148,532 or 19.9% in 2012 (RAMKARRAN, 2016).

Segundo o mesmo autor (RAMKARRAN, 2016), o PPP obtém seu suporte dos descendentes de indianos e dos ameríndios. Como se percebe da Tabela 40, os indo-guianenses diminuíram em 24,57% de 1980 a 2012, encolhendo de 394.417 para 297.493. O aumento da população ameríndia no mesmo período foi expressivo em percentuais, aumentando em quase 95% (indo de 40.343 para 78.492), mas não foi o suficiente para compensar. A diferença entre a redução dos indo-guianenses e o aumento dos ameríndios demonstra uma diminuição de quase 60 mil eleitores, o que significa a perda de 15% de seu suporte no período de 1980 a 2012.

Aquele mesmo autor ainda assevera que a APNU obtém a maior parte de seu suporte nas comunidades dos descendentes de africanos e dos mestiços (RAMKARRAN, 2016). Enquanto a redução na população afro-guianense desde o último censo foi de 1%, a população mestiça aumentou em 3%. Logo, Ramkarran (2016) conclui houve uma compensação entre a redução na população negra e o aumento dos mestiços, o que fez com que a APNU aumentasse em 7% seu suporte entre 2002 e 2012.

O fato é que, segundo demonstra Ramkarran (2016) a população indo-guianense está declinando mais rapidamente que qualquer outra. De outro lado, a população negra tem diminuído em uma taxa bem inferior. Além disso, aquele autor argumenta que o aumento da população mestiça beneficia muito mais à APNU que ao PPP, pelos motivos analisados no tópico 6.3. Foi justamente o voto dessa clivagem étnica que alavancou a votação da APNU (assim como seus predecessores PNC e PNCR no passado) para o patamar de 40%, apesar de a comunidade negra representar apenas 30% da população. Da mesma forma, a apoio dos ameríndios garante ao PPP uma votação superior aos 40% da população representado pela comunidade indo-guianense.

Ainda segundo Ramkarran (2016), a rapidez do declínio da população indo-guianense sugere que o PPP não deve esperar manter sua preponderância eleitoral e política a longo prazo. Já para a APNU, a diminuição no apoio da AFC coloca a coalização em perigo de voltar a perder a batalha eleitoral para o PPP. Entretanto, a história política conturbada da Guiana parece mostrar que a ânsia de supremacia racial é poderosa demais. Torna difícil almejar qualquer acordo efetivo quanto às necessidades de reforma constitucional que possa alterar o sistema eleitoral e a estrutura do estado de forma a incentivar o compromisso e a inclusão racial no processo político.

6.2 A ELEIÇÃO DE 2011

O apoio dos afro-guianenses à coligação APNU/AFC é devido ao fato de esta ter sido formada por vários partidos, dentre os quais o principal foi o PNC, historicamente um partido fundado por um descendente de africanos para abarcar

outros de sua etnia. O apoio dos mestiços à mesma coligação pode ser explicado por duas circunstâncias distintas. Em primeiro lugar, é muito complicado separar descendentes de africanos de mestiços. Muitos afro-guianenses se identificam como mestiços, enquanto outros têm uma identificação maior com a cultura negra. Ademais, há pessoas que se declaram oficialmente como pertencentes a uma etnia, mas socialmente congregam com pessoas de outra (HARRIS, 2016). Não se pode esquecer de que, como visto na seção 3.1.2, a etnia é uma escolha racional, em que os indivíduos escolhem assumir determinada identidade étnica segundo uma avaliação racional (mas não necessariamente consciente) de custo/benefício.

Por outro lado, os dados parecem indicar que a maioria dos votos do PPP/C teriam vindo das comunidades indo-guianense e ameríndia. Porém, é bem possível que tal constatação seja circunstancial e não configure efetiva aliança entre ambas. Durante o período eleitoral, o PPP/C estava no poder e talvez até tenha se beneficiado por isso, seja pela direta compra de votos, seja pelo uso velado da máquina estatal em seu favor. Com efeito, considerando-se o panorama nacional, pode-se ver que, apesar de a população ser composta por maioria indo-guianense (39,83%), a eleição de 2015 foi vencida por uma margem muito estreita: a APNU/AFC obteve só 2.627 votos a mais que o PPP/C, o que representa apenas 0,64% do total. Entretanto, a análise isolada de cada região parece confirmar a impressão empírica de que há uma real tendência a se observar o *apanjaht*.

Ao analisar a composição racial de cada região administrativa da Guiana e compará-la com a votação que cada partido político teve em 2011, pode-se extrair algumas observações interessantes.

Tabela 23 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2011, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 1	Ameríndios	64,56%	PPP/C	66,77%
Região 2	Indo-guianenses	44,57%	PPP/C	69,43%
Região 3	Indo-guianenses	59,55%	PPP/C	65,71%
Região 5	Indo-guianenses	54,66%	PPP/C	53,02%
Região 6	Indo-guianenses	66,03%	PPP/C	58,97%
Região 7	Mestiços	40,89%	PPP/C	48,95%
Região 9	Ameríndios	85,85%	PPP/C	56,89%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2011, 2016b)

Depreende-se da Tabela 23, que o PPP/C sagrou-se vitorioso tanto nas regiões que são compostas majoritariamente por ameríndios como naquelas de maioria indo-guianense e na única de maioria mestiça. Em alguns casos, as vitórias foram bastante expressivas, ultrapassando 60% da preferência do eleitorado em três distritos. Das sete regiões em que ganhou, teve mais da metade dos votos em seis delas.

Tabela 24 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2011, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 4	Afro-guianenses	40,56%	APNU	54,20%
Região 10	Afro-guianenses	49,02%	APNU	72,88%
Região 8	Ameríndios	72,30%	AFC	38,72%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2011, 2016b)

Por outro lado, a Tabela 24 demonstra que a APNU ganhou nas duas regiões compostas majoritariamente por descendentes de africanos. Mostra, ainda, que a única região composta em sua maioria por ameríndios, a região 8, Potaro-Siparuni, com mais de 72% de sua população ameríndia, concedeu uma vitória apertada para a AFC, com quase 40% dos votos. Um detalhe muito interessante de ser registrado sobre a eleição naquela circunscrição é que, em muitos casos, o percentual de votação de cada uma das coligações acima indicadas é bastante próximo do percentual de composição do algum dos grupos étnicos, o que parece confirmar a tendência a votar na própria etnia, que já foi referida por diversas vezes no curso deste trabalho.

6.3 A ELEIÇÃO DE 2015

Detida comparação entre a votação na eleição de 2015 e a composição racial demonstrada no censo de 2012 parece confirmar a suspeita de Ramkarran (2016), referida no tópico 6.1, de que, enquanto a aliança APNU/AFC tem apoio dos afro-guianenses e mestiços, a coligação PPP/C encontra força nas comunidades ameríndia e indo-guianenses. Analisando-se os dados coletados, pode-se constatar que, à exceção da região 7, Cuyuni-Mazaruni, nas mesmas regiões em que o PPP/C fora vitorioso em 2011, repetiu o feito em 2015.

Depreende-se da Tabela 25 que o PPP/C sagrou-se vitorioso tanto nas regiões compostas majoritariamente por ameríndios como naquelas de maioria indo-guianense. Em alguns casos, as vitórias foram bastante expressivas, alcançando quase 70% da preferência do eleitorado em dois distritos. Das sete regiões em que o PPP/C se sagrou vitorioso, conseguir amearhar mais da metade dos votos em seis deles.

Tabela 25 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2015, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 1	Ameríndios	64,56%	PPP/C	69,02%
Região 2	Indo-guianenses	44,57%	PPP/C	68,56%
Região 3	Indo-guianenses	59,55%	PPP/C	65,74%
Região 5	Indo-guianenses	54,66%	PPP/C	55,20%
Região 6	Indo-guianenses	66,03%	PPP/C	63,94%
Região 8	Ameríndios	72,30%	PPP/C	49,45%
Região 9	Ameríndios	85,85%	PPP/C	60,53%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2015b, 2016b)

Por outro lado, a Tabela 26 demonstra que a APNU/AFC obteve mais votos que o PPP/C tanto nas duas regiões compostas de forma majoritária por descendentes de africanos como na única região que é composta principalmente por mestiços.

Tabela 26 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2015, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 4	Afro-guianenses	40,56%	APNU/AFC	61,05%
Região 7	Mestiços	40,89%	APNU/AFC	58,54%
Região 10	Afro-guianenses	49,02%	APNU/AFC	84,85%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2015b, 2016b)

As considerações obtidas a partir dessas duas tabelas recomendam a ampliação das amostras, agregando o que parece ser o eleitorado de cada uma daquelas coligações, para verificar se, mesmo ampliando a mostragem, o padrão constatado nas linhas precedentes permanece inalterado. Assim, unindo a população ameríndia e indo-guianense, obtém-se a distribuição eleitoral constante da Tabela 27.

Tabela 27 – Regiões de ameríndios e indo-guianenses na Eleição de 2015

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 1	Ameríndios e indo-guianenses	66,27%	PPP/C	69,02%
Região 2	Ameríndios e indo-guianenses	63,44%	PPP/C	68,56%
Região 3	Ameríndios e indo-guianenses	62,16%	PPP/C	65,74%
Região 5	Ameríndios e indo-guianenses	64,18%	PPP/C	55,20%
Região 6	Ameríndios e indo-guianenses	67,68%	PPP/C	63,94%
Região 8	Ameríndios e indo-guianenses	74,85%	PPP/C	49,45%
Região 9	Ameríndios e indo-guianenses	86,89%	PPP/C	60,53%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2015b, 2016b)

A Tabela 28 demonstra as regiões vencidas pela APNU/AFC:

Tabela 28 – Regiões de afro-guianenses e mestiços na Eleição de 2015

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 4	Afro-guianenses e mestiços	62,02%	APNU/AFC	61,05%
Região 7	Afro-guianenses e mestiços	52,51%	APNU/AFC	58,54%
Região 10	Afro-guianenses e mestiços	88,65%	APNU/AFC	84,85%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2015b, 2016b)

À exceção dos Distritos 8 (Potaro-Siparuni) e 9 (Alto Takutu-Alto Essequibo), um impressionante padrão se mostra, confirmando as suspeitas de uma votação determinada pelas etnias. Apesar de o PPP/C ter vencido em sete regiões e a APNU/AFC ter vencido apenas em três, a vitória desta última aliança é explicada pela enorme desproporção da densidade demográfica da Guiana, constatada na Tabela 22. Com mais de 40% da população e quase 44% do eleitorado, a região 4, Demerara-Mahaica, pode ser considerado como o fiel da balança, fundamental para o destino do país como um todo. Ao se considerar que as regiões 3, 4 e 6 agrupam mais de 70% da população, congregando quase 75% do eleitorado, os outros distritos acabam tendo limitada relevância no processo eleitoral.

Novamente há que se registrar a semelhança entre os percentuais de composição de determinados grupos étnicos e a votação de algumas das legendas, o que novamente parece confirmar a tendência de observância do *apanjaht*. Entretanto, no trato do tema, faz-se necessário cercar-se de algumas cautelas. Diante das conclusões acima expendidas, William Harris¹⁶, durante entrevista

¹⁶ William Harris é internacionalista nascido na Guiana, formado em 2008 pela Universidade da Guiana, e é mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima.

realizada por este pesquisador, constante do Apêndice deste trabalho, ponderou ter duas preocupações. Em primeiro lugar, é possível ter sido feita uma relação entre etnias que não correspondem à realidade. Ou seja, é possível que duas etnias distintas tenham votado no mesmo partido em razão do voto étnico (*apanjaht*).

Porém, é igualmente possível que tal coincidência seja apenas casual e tenha motivações diferentes. Segundo Harris (2016), o voto ameríndio é mais um voto de conveniência do que propriamente de comprometimento étnico, afinal o poder constituído pode usar da máquina estatal em seu benefício eleitoral. Assim, é possível que a votação ameríndia em favor do partido da situação não seja explicada por um alinhamento ideológico, mas por interesse circunstancial.

A segunda consideração do mesmo pesquisador diz respeito à relevância das regiões menores. Como a vitória de 2011 foi obtida por uma margem muito estreita, é possível que os partidos tenham dado atenção inédita a essas regiões, com o objetivo de tentar assegurar a vitória. Em outras palavras: em um embate eleitoral tão apertado, qualquer comunidade, por menor que seja, pode vir a ter peso no resultado final.

6.4 A ELEIÇÃO DE 2016

Aplicando a mesma metodologia dos tópicos anteriores à eleição de 2016, pode-se extrair ponderações interessantes. Os dados coletados permitem constatar que, além de ter perdido a região 7 (Cuyuni-Mazaruni) no pleito de 2015, o PPP/C foi vencido em 2016 também as regiões 1 (Barima-Waini) e 9 (Alto Takutu-Alto Essequibo). Ou seja, perdeu em todas as regiões de maioria ameríndia, conseguindo manter a hegemonia apenas nas regiões 2 (Pomeroon-Supenaam), 3 (Ilhas Essequibo-Demerara Ocidental), 5 (Mahaica-Berbice) e 6 (Berbice Oriental-Corentyne). Não há dados para a região 8 (Potaro-Siparuni).

Analisando detidamente a Tabela 29, verifica-se que a votação obtida pelo PPP/C é bastante superior ao percentual de indo-guianenses de cada região, o que permite indagar de onde teria vindo o suporte adicional. Para responder a esta questão, há que se verificar a segunda maior etnia em cada região.

Tabela 29 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2016, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 2	Indo-guianenses	44,57%	PPP/C	77,12%
Região 3	Indo-guianenses	59,55%	PPP/C	70,55%
Região 5	Indo-guianenses	54,66%	PPP/C	51,73%
Região 6	Indo-guianenses	66,03%	PPP/C	73,23%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016a, 2016b)

Como se constata de uma análise criteriosa da Tabela 29 e da Tabela 30, o PPP/C conseguiu sagrar-se vencedor apenas nas regiões que são compostas majoritariamente por indo-guianenses. Ademais, manteve a expressividade de sua hegemonia, obtendo mais de 70% da preferência do eleitorado em três distritos diferentes.

Tabela 30 – Regiões vencidas pelo PPP/C na Eleição de 2016, com as maiores etnias

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 2	Indo-guianenses	44,57%	PPP/C	77,12%
	Mestiços	23,60%		
Região 3	Indo-guianenses	59,55%	PPP/C	70,55%
	Mestiços	16,38%		
Região 5	Indo-guianenses	54,66%	PPP/C	51,73%
	Mestiços	9,51%		
Região 6	Indo-guianenses	66,03%	PPP/C	73,23%
	Mestiços	10,69%		

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016a, 2016b)

Por outro lado, a Tabela 31 demonstra que, em ambas as regiões que são compostas majoritariamente por descendentes de africanos, assim como na única região composta predominantemente por mestiços, quem ganhou foi a APNU/AFC. É interessante chamar a atenção para a obtenção de uma vitória em uma região composta por maioria ameríndia, o que não havia acontecido em nenhuma das duas eleições anteriores. Isso pode ser explicado pela hipótese aventada por Harris (2016) e que foi referida no tópico anterior: o voto ameríndio pode ser um voto mais de conveniência do que propriamente étnico. Outra consideração possível de ser extraída das tabelas analisadas é que os mestiços parecem votar com a etnia majoritária da região em que estão inseridos.

Tabela 31 – Regiões vencidas pela APNU/AFC na Eleição de 2016, por etnia

REGIÃO	ETNIA	COMPOSIÇÃO	PARTIDO	VOTAÇÃO
Região 1	Ameríndios	64,56%	APNU/AFC	50,83%
Região 4	Afro-guianenses	40,56%	APNU/AFC	54,44%
Região 7	Mestiços	40,89%	APNU/AFC	71,42%
Região 9	Ameríndios	85,85%	APNU/AFC	59,16%
Região 10	Afro-guianenses	49,02%	APNU/AFC	94,67%

Fonte: Elaborado com base em Guiana (2016a, 2016b)

6.5 EVOLUÇÃO DA VOTAÇÃO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES

Toda as constatações que foram debatidas nos tópicos que antecederam apontam fortemente para a constatação empírica da votação étnica. Para aprofundar um pouco mais a pesquisa desse tema em específico, este tópico analisará a evolução das votações nas eleições de 2011, 2015 e 2016, comparando-as com a composição étnica verificada no censo de 2012. Vejamos cada região separadamente. Como se constata da Tabela 32, nas quatro regiões de maioria indo-guianense, é patente a hegemonia do PPP/C durante o período que é retratado na tabela, tendo oscilado pouco nas três eleições analisadas. Chama a atenção a circunstância de ter esse partido conseguido boas votações mesmo nas eleições vencidas pela APNU/AFC.

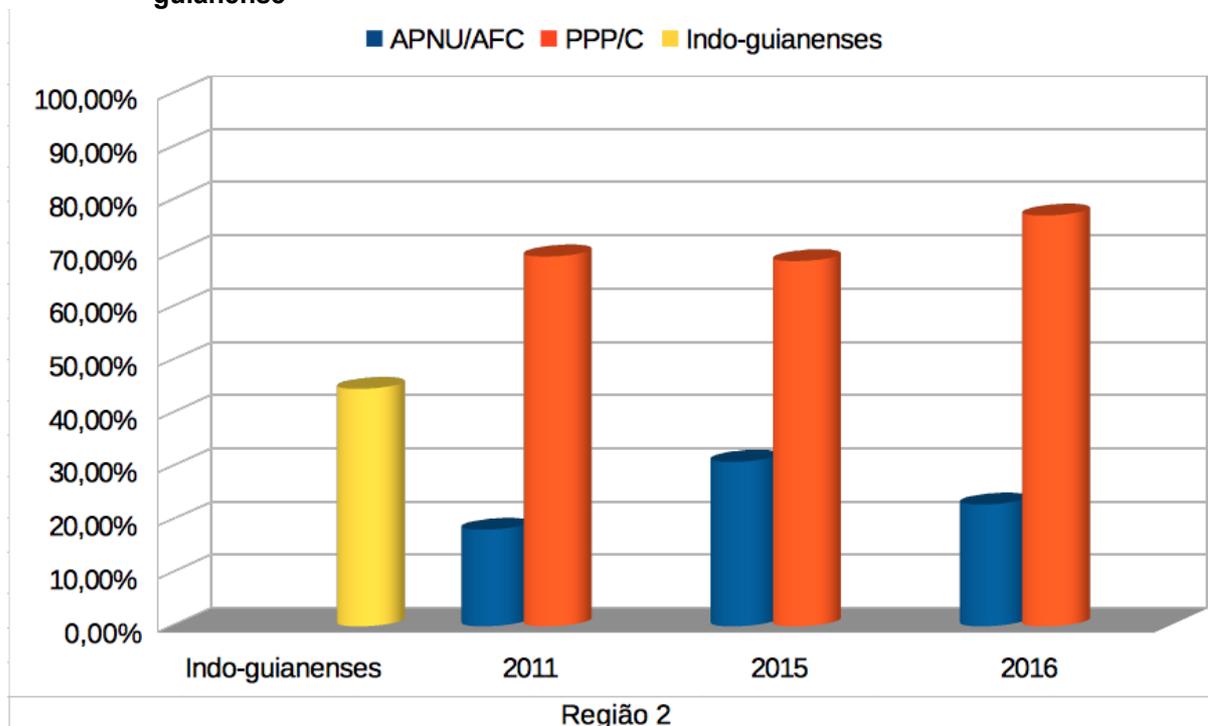
Tabela 32 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria indo-guianense

REGIÃO	ETNIA	%	PARTIDO	2011	2015	2016
Região 2	Indo-guianenses	44,57%	APNU/AFC	18,15%	30,91%	22,88%
	Mestiços	23,60%	PPP/C	69,43%	68,56%	77,12%
Região 3	Indo-guianenses	59,55%	APNU/AFC	26,86%	33,83%	29,45%
	Afro-guianenses	21,13%	PPP/C	66,07%	65,74%	70,55%
Região 5	Indo-guianenses	54,66%	APNU/AFC	34,53%	44,34%	48,27%
	Afro-guianenses	33,06%	PPP/C	52,84%	55,20%	51,73%
Região 6	Indo-guianenses	66,03%	APNU/AFC	19,28%	35,51%	26,77%
	Afro-guianenses	21,32%	PPP/C	58,32%	63,94%	73,23%

Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

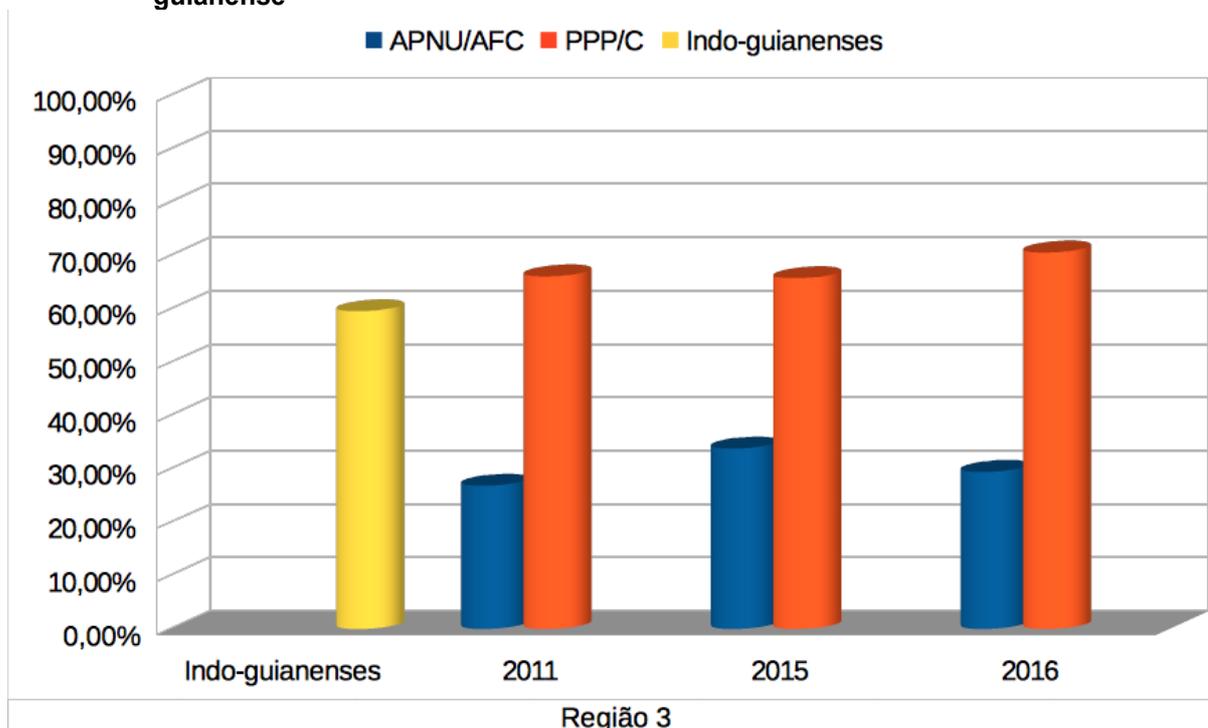
As ilustrações das páginas seguintes apresentam os mesmos dados da Tabela 32 formatados em gráficos, para facilitar a visualização.

Gráfico 1 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 2, de maioria indo-guianense



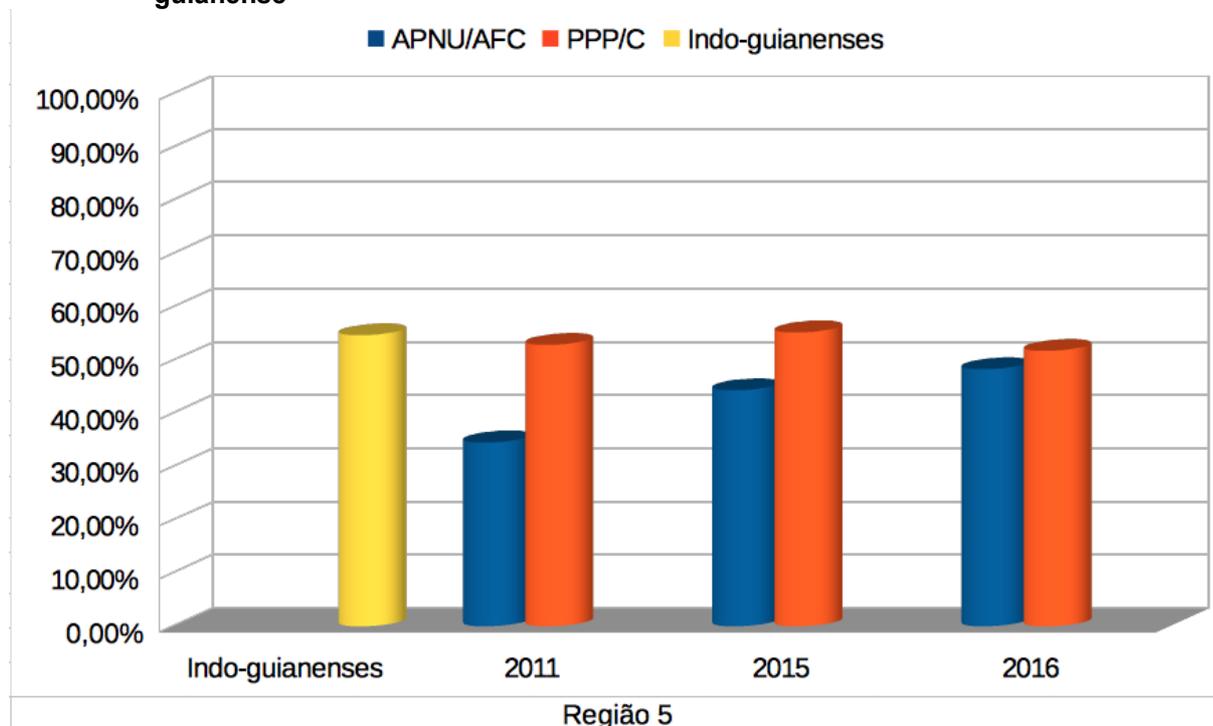
Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 2 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 3, de maioria indo-guianense



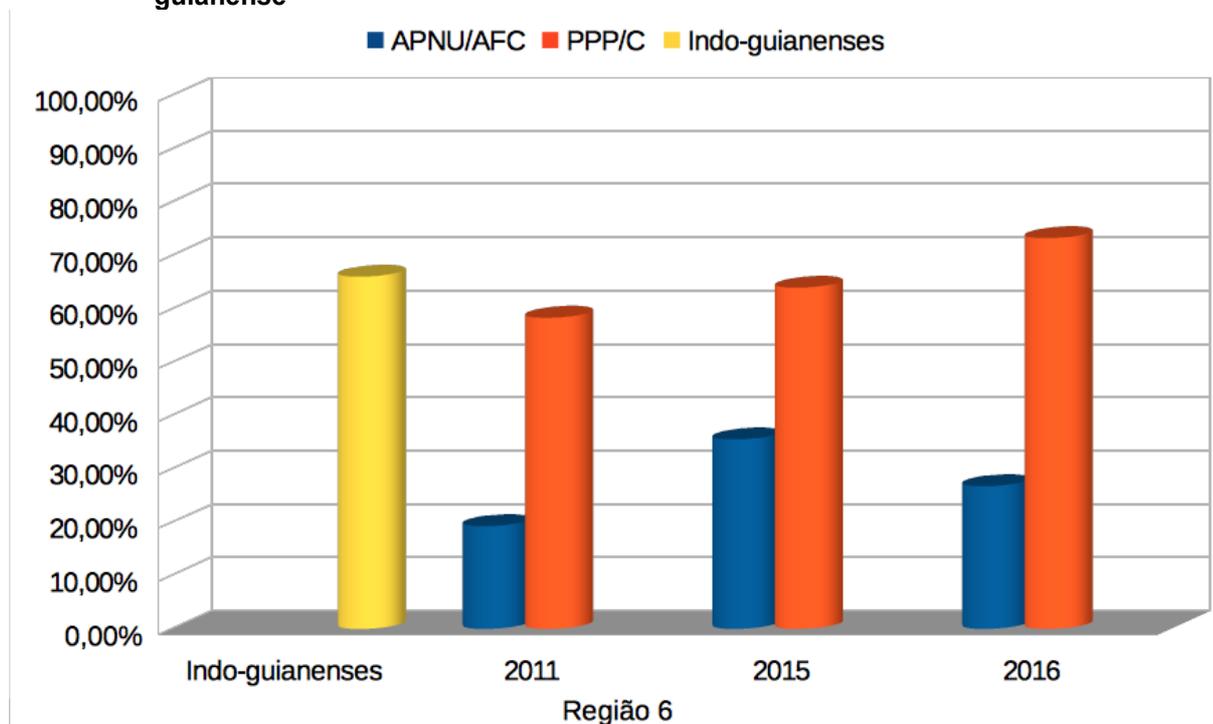
Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 3 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 5, de maioria indo-guianense



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 4 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 6, de maioria indo-guianense



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

A Tabela 33 demonstra que, nas três regiões de maioria negra ou mestiça, a primazia da APNU/AFC é incontestável, sendo que as duas coligações teriam ganho até mesmo a eleição de 2011, se tivessem formalizado sua aliança antes do pleito, como foi discutido no tópico 4.5.3.

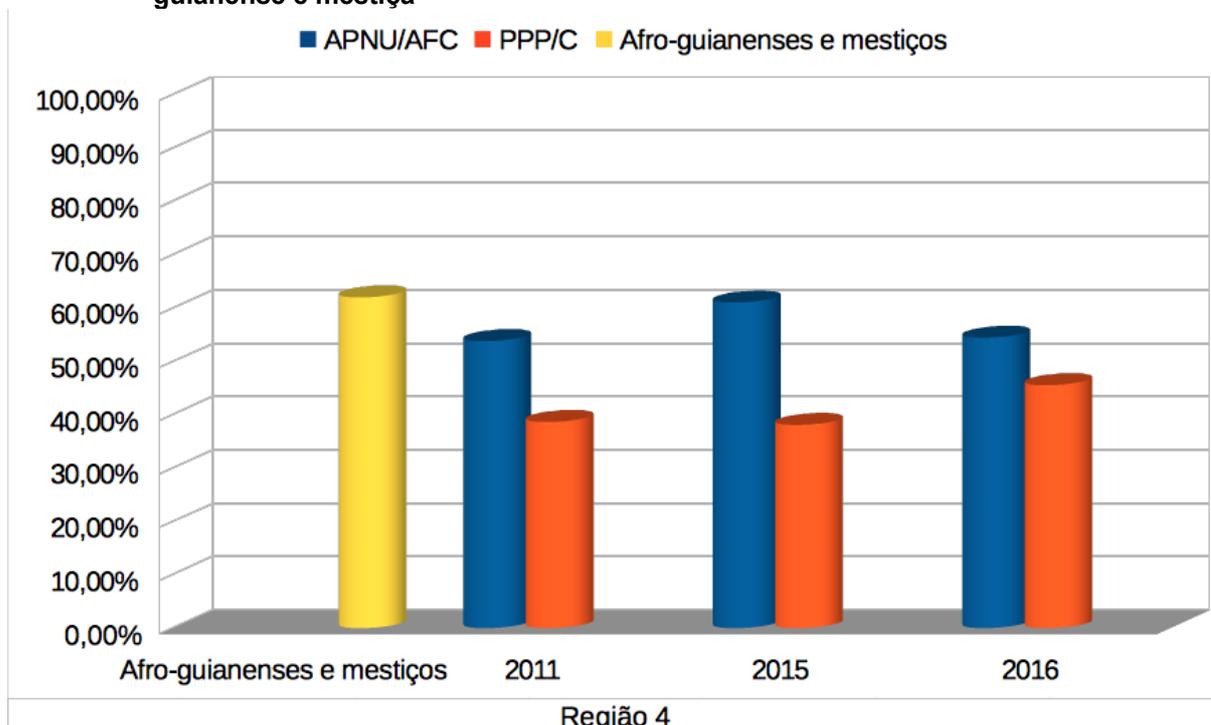
Tabela 33 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria afro-guianense e mestiça

REGIÃO	ETNIA	%	PARTIDO	2011	2015	2016
Região 4	Afro-guianenses	40,56%	APNU/AFC	53,82%	61,05%	54,44%
	Indo-guianenses	35,02%	PPP/C	38,67%	38,08%	45,56%
Região 7	Mestiços	40,89%	APNU/AFC	48,98%	58,54%	71,42%
	Ameríndios	37,19%	PPP/C	40,96%	38,40%	28,58%
Região 10	Afro-guianenses	49,02%	APNU/AFC	72,74%	84,85%	94,67%
	Mestiços	39,63%	PPP/C	17,30%	14,06%	5,33%

Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

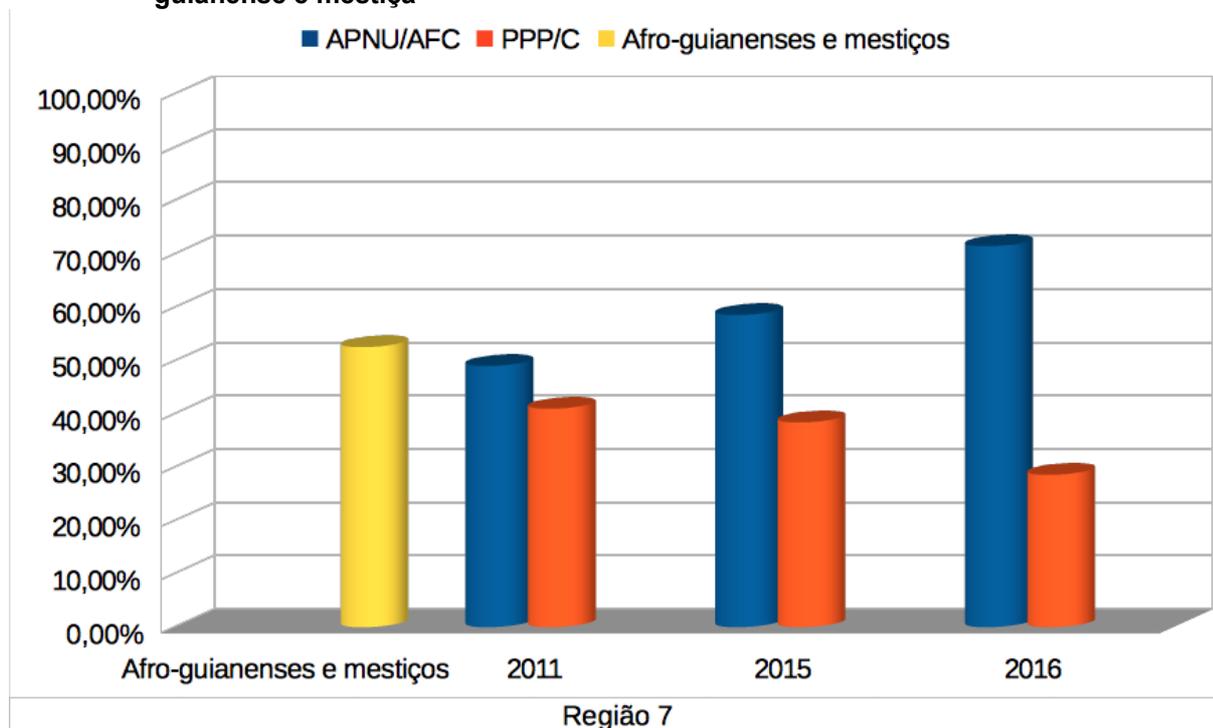
As ilustrações das páginas seguintes apresentam os mesmos dados da Tabela 33 formatados em gráficos, para facilitar a visualização.

Gráfico 5 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 4, de maioria afro-guianense e mestiça



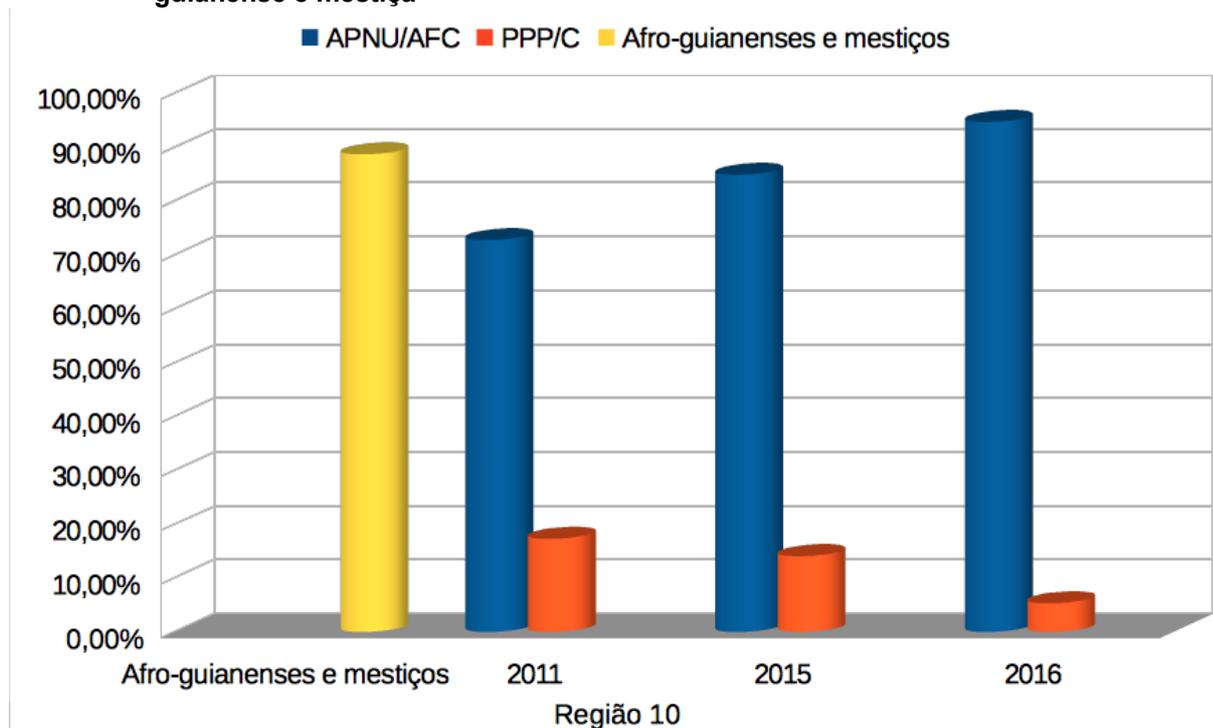
Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 6 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 7, de maioria afro-guianense e mestiça



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 7 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 10, de maioria afro-guianense e mestiça



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Por fim, como se constata da Tabela 34, as três regiões de maioria ameríndia mostraram-se ainda pendulares. Entretanto, se alguma conclusão pode ser extraída dessa titubeação é que o pêndulo parece favorecer o grupo político no poder, seja ela qual for, o que já foi tratado no tópico 6.2.

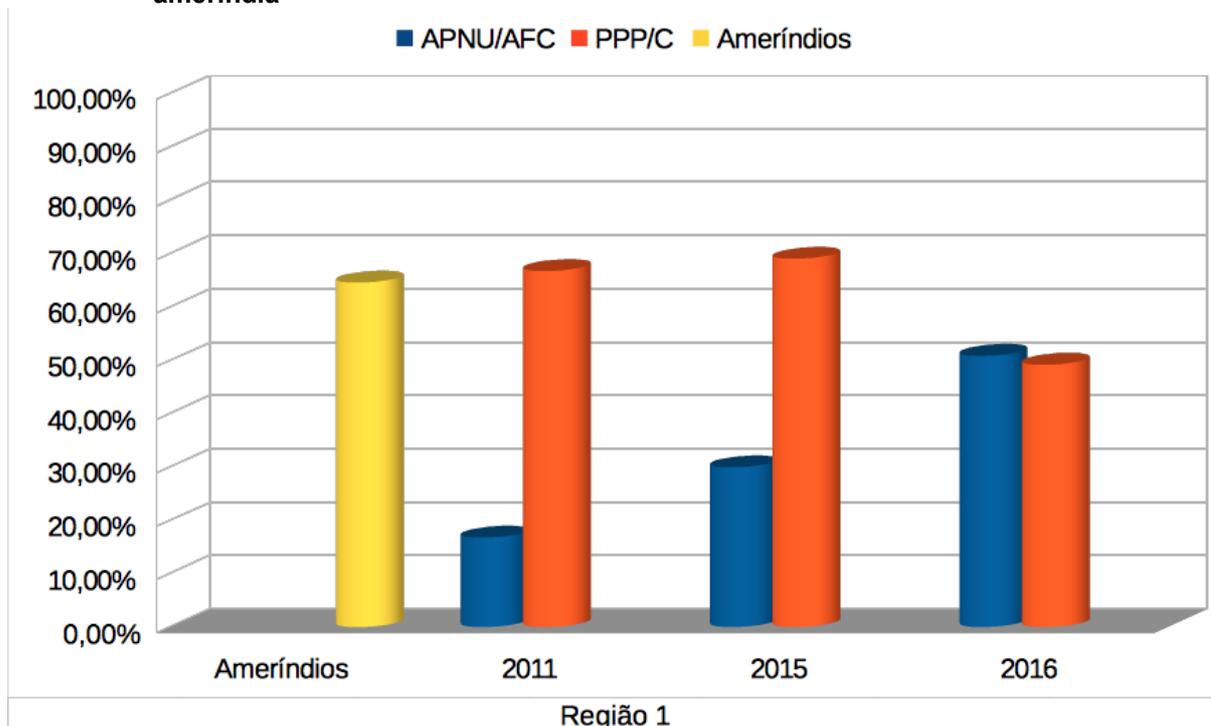
Tabela 34 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 nas regiões de maioria ameríndia

REGIÃO	ETNIA	%	PARTIDO	2011	2015	2016
Região 1	Ameríndios	64,56%	APNU/AFC	16,75%	29,93%	50,83%
	Mestiços	31,17%	PPP/C	66,73%	69,02%	49,17%
Região 8	Ameríndios	72,30%	APNU/AFC	27,27%	48,21%	0,00%
	Mestiços	16,59%	PPP/C	29,28%	49,45%	0,00%
Região 9	Ameríndios	85,85%	APNU/AFC	27,24%	37,31%	59,16%
	Mestiços	11,17%	PPP/C	56,50%	60,53%	40,84%

Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

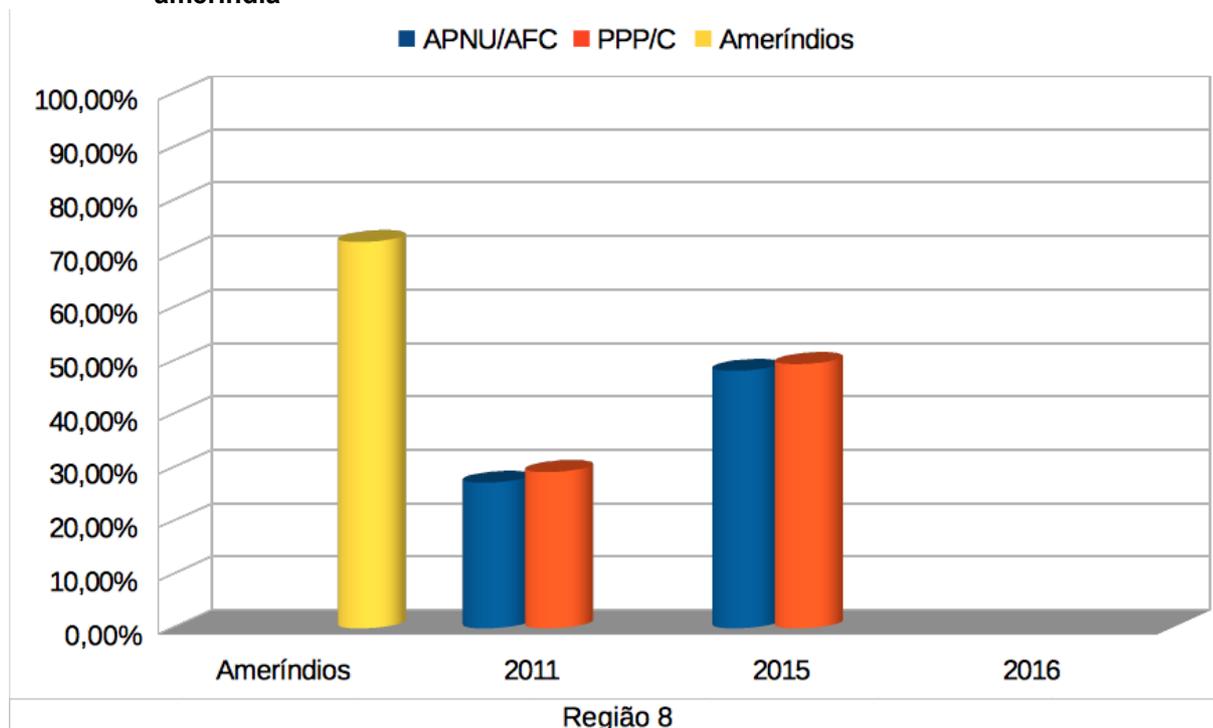
As ilustrações das páginas seguintes apresentam os mesmos dados da Tabela 34 formatados em gráficos, para facilitar a visualização.

Gráfico 8 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 1, de maioria ameríndia



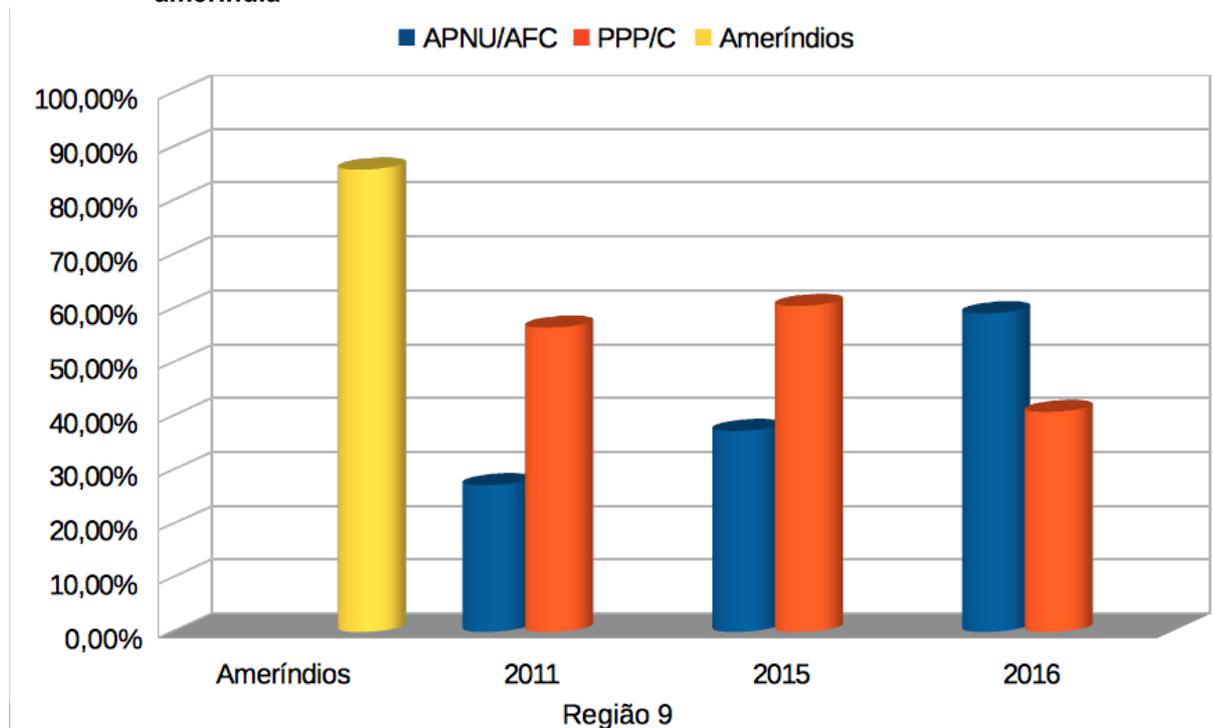
Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 9 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 8, de maioria ameríndia



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

Gráfico 10 – Evolução da votação nas eleições 2011, 2015 e 2016 na região 9, de maioria ameríndia



Fonte: Elaborado com base nas tabelas dos tópicos 6.2, 6.3 e 6.4

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os constantes enfrentamentos ocorridos na curta história guianense permitem formular o problema estudado nesta dissertação, a respeito do papel do voto étnico para o processo eleitoral em uma sociedade plural. A título de hipótese de pesquisa, trabalhou-se com o pressuposto de que, na Guiana, as escolhas eleitorais são fortemente influenciadas pelo alinhamento étnico. Diante desse contexto, para atingir o objetivo estabelecido na introdução, estudou-se o processo de votação em uma sociedade multiétnica.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa (estudar a sociedade guianense, principalmente quanto à história de suas relações étnicas e eleitorais) foi alcançado ao longo do terceiro capítulo, no qual se construiu um panorama histórico das eleições, abrangendo o período de 1947 a 2016. Para a consecução da segunda meta específica (analisar os sistemas político e eleitoral, notadamente quanto à dinâmica multiétnica), o quarto capítulo tratou de esmiuçar diversos aspectos institucionais daquela sociedade. Por sua vez, a terceira finalidade (comparar a votação eleitoral em cada uma das regiões administrativas da Guiana com a respectiva composição étnica, demonstrada no censo 2012) foi atingida no quinto capítulo, com a tabulação e cotejo dos dados coletados.

Ao cabo da empreitada, constatou-se que os números revelam que o voto étnico tem papel relevante na sociedade guianense. A correlação dos dados do censo 2012 com os das votações de cada região nas eleições de 2011, 2015 e 2016, objeto do tópico antecedente, demonstra que a política do *apanjaht* possui forte apelo, mesmo não sendo oficialmente endossada. Detectou-se uma tendência de que, nas três eleições referidas, cada região se mantivesse consistentemente votando no mesmo partido, à exceção das regiões compostas majoritariamente por ameríndios, que apresentaram oscilação. Com efeito, as regiões 1, 8 e 9, que possuem ampla maioria ameríndia (64,56%, 72,30% e 85,85%), concederam vitórias na respectiva circunscrição ao PPP/C em 2011 e 2015 e à APNU/AFC no ano de 2016. Anote-se que o governo central era exercido pelo PPP/C em 2011 e 2015 e pela APNU/AFC em 2016.

Há que se registrar que, apesar do indicativo, os dados não são suficientes para concluir categoricamente que os ameríndios têm efetiva propensão a votar no partido que detém a máquina estatal. A confirmação dessa linha de pensamento demanda ampliação do estudo, açambarcando os dados relativos a mais eleições e censos. Contudo, pode-se desde já especular que a tendência constatada empiricamente pode ser justificada, dentre outros fatores, pela necessidade de melhorias na região que somente podem ser garantidas pelo governo central.

Até mesmo a oscilação das votações das regiões de maioria ameríndia pode reforçar a conclusão da força do voto étnico. É que, mesmo um grupo que não possui identificação étnica com candidato algum, parece adotar o voto em bloco. Como não há agremiação que encampe oficialmente a causa ameríndia, a etnia pode estar optando por votar no partido de situação, que, por ter à sua disposição o aparato estatal, tem melhores condições de corresponder ao apoio demonstrado.

Uma segunda conclusão atingida durante a pesquisa é que os institutos de compartilhamento do poder na política guianense não têm atuado como mecanismos eficientes de amortecimento das insatisfações das etnias aliadas do poder. Essa constatação está relacionada com a observação registrada de relance no tópico 3.1 e aprofundada no item 3.2.5, que trata da democracia consensual: a democracia somente seria viável nas sociedades plurais se for do tipo consensual, que possui as seguintes características: coalizão, autonomia, proporcionalidade e veto minoritário.

Este último aspecto tem sido relativamente respeitado, já que a estrutura política guianense preconiza a figura do Líder da Minoria, com certas prerrogativas. Porém, os demais não têm sido observados na Guiana. Apesar de haver certa autonomia cultural, principalmente territorial e escolar, não há larga autonomia legal. Os governos em *Georgetown* não têm sido compostos de forma proporcional; pelo contrário, tendem a ser constituídos basicamente por uma mesma etnia. E, apesar das coligações das últimas eleições, a coalizão não é exatamente uma característica definidora da política guianense.

É verdade que, nas eleições de 2011 e 2015, a crescente insatisfação com a hegemonia indo-guianense uniu toda a oposição em uma grande coalizão com objetivo de retirar o PPP/C do poder. Entretanto, essa não é a tendência histórica

guianense. Como demonstrado no curso deste trabalho, usualmente, quando uma etnia alcança o poder, trata de alijar as demais da política. Excetuando-se a breve perspectiva unificadora do início da década de 1950, não há uma cultura de aliança entre os partidos que permita o florescimento de uma política interétnica. Novo passo foi dado nesse sentido com a criação de uma coligação entre as alianças APNU e AFC, que possui uma proposta de inclusividade com possibilidade de representar uma mudança de paradigma. Entretanto, não se pode olvidar que o próprio PPP/C nasceu com a ideia de harmonia interétnica, que não prosperou.

É importante anotar que as históricas acusações de irregularidades eleitorais parecem apontar para uma baixa legitimidade, o que pode ser um fator determinando para os constantes desentendimentos e a violência étnica. Afinal, a maioria das crises referidas no tópico 5.1 está relacionada a essa baixa representatividade. Ademais, a baixa responsividade de certas administrações guianenses parece coincidir com as maiores crises institucionais. Isso aponta para a possibilidade de que a realização de eleições livres e legítimas seja uma forma de alcançar a desejada estabilidade das instituições democráticas. Tudo indica que essa bonança tem sido alcançada nos últimos anos, já que houve sensível redução das insinuações de fraude eleitoral.

Assim, se o povo guianense deseja caminhar continuar a melhorar a qualidade de sua democracia e alcançar níveis cada vez maiores de estabilidade institucional, devem buscar mecanismos que permitam o incremento das características da democracia consensual: coalizão, autonomia, proporcionalidade e veto minoritário. É dizer: é necessário que as etnias guianenses coloquem de lado suas diferenças e busquem uma maior coalizão, que permita o exercício do veto minoritário, inclusive para poder formar governos e corpos legislativos que reflitam a proporcionalidade da composição étnica da sociedade, de forma a criar leis e instituições que garantam a autonomia efetiva de cada etnia guianense.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. DE. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ASSAD, A. T. **O sistema político da República Cooperativa da Guiana**. Boa Vista: [s.n.].
- BASÍLIO, A. **O Paradoxo da proporcionalidade e o efeito TiriricaEmpório do Direito**, 8 fev. 2016. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/o-paradoxo-da-proporcionalidade-e-o-efeito-tiririca-por-alexandre-basilio/>>. Acesso em: 3 dez. 2016
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 1993.
- BONAVIDES, P. **Ciência política**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- CARICOM. **Statement at Conclusion of the Mission CARICOM CARIBBEAN COMMUNITY**, 17 jan. 1998. Disponível em: <<http://caricom.org/media-center/communications/press-releases/documents-issued-at-the-conclusion-of-the-caricom-mission-to-guyana-14-18-j>>. Acesso em: 23 ago. 2016
- CARTER CENTER. **Preliminary Statement: Election Observation Mission: Guyana General and Regional Elections of May 11, 2015**. Georgetown, Guyana: The Carter Center, 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartercenter.org/news/pr/guyana-052815.html>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- CAVLAK, I. Aspectos do desenvolvimento político e econômico da Guyana. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, jul. 2014.
- CIA. **Country Comparison: Life Expectancy at Birth**The World Factbook, 2015a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2102rank.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015
- _____. **Field Listing: Literacy**The World Factbook, 2015b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/fields/2103.html#139>>. Acesso em: 29 nov. 2015
- _____. **South America: Guyana**The World Factbook, 19 nov. 2015c. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gy.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015
- COMMONWEALTH OBSERVER GROUP (ED.). **Guyana general and regional elections, 19 March 2001: the report of the Commonwealth Observer Group**. London: Commonwealth Secretariat, 2001.
- DAHL, R. Democratização e oposição pública. In: **Poliarquia**. São Paulo: USP, 1997. p. 25–38.

_____. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEMERARA WAVES. Opposition must deal with consequences of no-confidence vote- Ramotar. **Demerara Waves**, 18 jul. 2014.

DRYE, B. W. **El Dorado Legend -- National Geographic**, [s.d.]. Disponível em: <<http://science.nationalgeographic.com/science/archaeology/el-dorado/>>. Acesso em: 6 mar. 2016

DUVERGER, M. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1966.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, J. J. **Direito eleitoral**. (11a. ed. rev. atual. e ampl.) ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015.

GRANGER, D. **National defence: a brief history of the Guyana Defence Force, 1965-2005**. Georgetown, Guyana: Free Press, 2005.

GUYANA. **Report of the general election, 1953**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 1953. Disponível em: <<http://www.gecom.org.gy/pdf/elections%20results%201953.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Report of the general election, 1957**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 1957. Disponível em: <<http://www.gecom.org.gy/pdf/elections%20results%201957.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Report of the general election, 1961**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 1961. Disponível em: <<http://www.gecom.org.gy/pdf/elections%20results%201961.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Report of the general election, 1964-2006**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 2006a. Disponível em: <<http://www.gecom.org.gy/pdf/Past%20elections%20results%201964%20to%202006%20-%20analysis.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Report of the general election, 2006**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 2006b. Disponível em: <<http://www.gecom.org.gy/pdf/elections%20results%202006%20-%20gazetted.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Election 2011 Official Results**: Results from past elections. Guyana: Guyana News and Information, 12 mar. 2011. Disponível em: <http://www.guyana.org/Elections/elections_2011.html>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. **Guyana Population and Housing Census 2012: Preliminary Report**: National Census Report. Guyana: Bureau of Statistics, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. **Final Summary Results - General**: Results from past elections. Guyana: GECOM, 2015a. Disponível em: <http://www.gecom.org.gy/Results_2015/GE_Summary.pdf>. Acesso em: 22 nov.

2016.

_____. **Final Summary Results - Regional:** Results from past elections. Guyana: GECOM, 2015b. Disponível em: <http://www.gecom.org.gy/Results_2015/RE_Summary.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. **Election 2015 Official Results:** Elections Official Results. Guyana: Guyana News and Information, 16 maio 2015c. Disponível em: <http://www.guyana.org/Elections/elections_2015.html>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. **Local Government Elections 2016 Results:** Results from past elections. Guyana: GECOM, 2016a. Disponível em: <http://www.gecom.org.gy/LGE_RESULTS_2016.html>. Acesso em: 2 dez. 2016.

_____. **Guyana Population and Housing Census 2012 Compendium II:** National Census Report. Guyana: Bureau of Statistics, jul. 2016b. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/download.php?file=93>>. Acesso em: 15 maio. 2016.

_____. **Political Parties | Parliament of Guyana.** Disponível em: <<http://parliament.gov.gy/about-parliament/political-parties/>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

GUYANA CHRONICLE. Local Government Elections. **Guyana Chronicle**, 21 jul. 2015.

GUYANA TIMES. Local Government Elections set for March 18, 2016. **Guyana Times**, 21 nov. 2015.

HARRIS, W. **Considerações sobre a Eleição 2015**, 22 nov. 2016.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Elections in 2006.** Historical Archive of Parliamentary Election Results. Disponível em: <http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/2135_06.htm>. Acesso em: 11 jun. 2015.

ISHMAEL, O. The Rigged Referendum of 1978. **Guyana Journal**, abr. 2006.

_____. (ED.). **The campaign for Socialism and Democracy in Guyana.** Caracas, Venezuela: GNI Publications, 2010.

_____. **From Autocracy to Democracy in Guyana.** Caracas, Venezuela: GNI Publications, 2012.

_____. **The Guyana story: from earliest times to independence.** Bloomington, IN: Xlibris, 2013a.

_____. **New Constitution of 1928The Guyana Story (From Earliest Times to Independence),** 2013b. Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter105.html>>. Acesso em: 7 jun. 2015

_____. **Constitutional Changes (1941-1947)The Guyana Story (From Earliest Times to Independence)**, 2013c. Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter114.html>>. Acesso em: 7 jun. 2015

_____. **Guyana During the Second World WarThe Guyana Story (From Earliest Times to Independence)**, 2013d. Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter111.html>>. Acesso em: 13 jun. 2015

_____. **The General Election of 1953The Guyana Story (From Earliest Times to Independence)**, 2013e. Disponível em: <<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter128.html>>. Acesso em: 8 dez. 2015

_____. **The Suspension of the British Guiana Constitution - 1953Declassified British documents**, 2013f. Disponível em: <http://www.guyana.org/govt/declassified_british_documents_1953.html>. Acesso em: 14 jun. 2015

KRUIJF, J. G. DE. **Guyana junction: globalisation, localisation, and the production of East Indianness**. [S.l.]: Dutch University Press, 2006.

LIJPHART, A. The Puzzle of Indian Democracy: A Consociational Interpretation. **The American Political Science Review**, v. 90, n. 2, jun. 1996.

LINCOLN, A. **The Gettysburg AddressAbraham Lincoln Online**, 19 nov. 1863. Disponível em: <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/gettysburg.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2015

LINHARES, E. **A política externa da terra dos seis povos: a República Cooperativa da Guiana**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

MANGAR, T. C. The 1947 parliamentary elections in colonial British Guiana. **Stabroek News**, 5 jun. 2010.

MILLER, S. **Ethnic Conflict, Electoral Systems, and Power Sharing in Divided Societies**. Atlanta, Geórgia: Georgia State University, 9 jun. 2006.

NARAIN, F. A. **Guyana Parliament History**. Georgetown, Guyana: Parliament of Guyana, 2007.

NARINE, V. Finance Minister tables Paper to restore \$4.6B cut from Budget. **Guyana Chronicle**, 20 jun. 2014.

NEWS SOURCE GUYANA. APNU to join AFC with no confidence motion against the Government. **News Source Guyana**, 5 ago. 2014a.

_____. AFC officially files No Confidence motion with National Assembly. **News Source Guyana**, 7 ago. 2014b.

NICOLAU, J. M. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2012.

NOHLEN, D. (ED.). **Elections in the Americas: a data handbook. Vol. I. North America, Central America, and the Caribbean**. New York: Oxford University Press, 2005.

OTCA. **Guyana**. Disponível em: <http://otca.pagina-oficial.com/about/member_countries/5>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PAUL, J. **6 Parties approved to contest General elections; 8 Parties for Regional Elections** **News Guyana**, 18 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.inewsguyana.com/6-parties-approved-to-contest-general-elections-8-parties-for-regional-elections/>>. Acesso em: 25 fev. 2016

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J.; BARTH, F. DE. **Teorias da etnicidade. Seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras**. 2. ed. Sao Paulo: Editora UNESP, 2011.

PROCÓPIO, A. **Subdesenvolvimento sustentável**. Curitiba: Juruá, 2007.

PRZEWORSKI, A. **Democracy and the limits of self-government**. New York: Cambridge University Press, 2010.

QUEIROZ, L. **Densidade Demográfica**: GEO Banco de Dados Mundial. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://geobancodedados.wordpress.com/2014/11/23/densidade-demografica/>>. Acesso em: 22 maio. 2015.

RAMCHARAN, B. G. **The Guyana Court of Appeal: the challenges of the rule of law in a developing country**. London: Cavendish Pub, 2001.

RAMKARRAN. Seeking a Democratic Path: Constitutional Reform in Guyana. **Ga. J. Int'l & Comp. L.**, v. 32, 2004.

_____. **Politics and the ethnic census** **Conversation Tree**, 24 jul. 2016. Disponível em: <<http://conversationtree.gy/politics-and-the-ethnic-census/>>. Acesso em: 6 ago. 2016

REYNOLDS, A.; REILLY, B.; ELLIS, A. **Concepção de sistemas eleitorais: uma visão geral do novo guia do International IDEA - Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral**. Stockholm: International IDEA, 2005a.

_____. **Electoral system design: the new international IDEA handbook**. Stockholm, Sweden: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2005b.

ROMANO, G. **Separação de poderes e por que república não é sinônimo de democracia** Para entender direito, , 9 maio 2011. Disponível em: <<http://direito.folha.uol.com.br/1/post/2011/09/separao-de-poderes-e-por-que-repblica-no-sinnimo-de-democracia.html>>. Acesso em: 29 jul. 2015

SEN, A. **A ideia de justiça**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2011.

SILVA, C. A. B. DA. **A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, M. I. DA C. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

STABROEK NEWS. **The Bourda Accord** *Stabroek News*, 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2008/opinion/editorial/03/26/the-bourda-accord/>>. Acesso em: 23 ago. 2016

_____. **Ramotar threatens early polls in face of no-confidence vote** *Stabroek News*, 5 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/news/stories/11/05/ramotar-threatens-early-polls-face-confidence-vote/>>. Acesso em: 22 jul. 2015

THOMAS, S. **Jagdeo, Corbin sign historic Communique** *Guyana Chronicle*, 7 maio 2003. Disponível em: <http://www.angelfire.com/indie/ancestors0/Corbin_Jagdeo.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016

TRIM, L. **Elections day violence ... PPP wants money for victims** *Guyana Chronicle*, 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://guyanachronicle.com/elections-day-violence-ppp-wants-money-for-victims/>>. Acesso em: 25 fev. 2016

TURNER A., S. G. DI T. **Política exterior de Guyana**. Caracas, Venezuela: Instituto de Altos Estudos de América Latina, Universidad Simón Bolívar: Fundación Bicentenario de Simón Bolívar, 1988.

UNDP (ED.). **Work for human development**. New York, NY: United Nations Development Programme, 2015.

UNESCO. **A Declaração Das Raças Da Unesco**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. **Declaration on Race and Racial Prejudice**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13161&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 6 set. 2016.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXII, Dominican Republic; Cuba; Haiti; Guyana**: Foreign Relations of the United States. Washington: United States Government Printing Office, 2005. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v32/ch4>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

UNIVERSITY OF CENTRAL ARKANSAS. **British Guiana (1928-1966)**: Dynamic Analysis of Dispute Management (DADM) Project. [s.l.] University of Central Arkansas, [s.d.]. Disponível em: <<http://uca.edu/politicalscience/dadm-project/western-hemisphere-region/british-guiana-1928-1966/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

URT, J. N. A lógica da construção de confiança: relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, 2010.

WILBURG, K. **Suriname resurrects New River triangle border controversy** **Guyanese Online**, 4 out. 2015. Disponível em: <<https://guyaneseonline.wordpress.com/2015/10/04/suriname-resurrects-new-river-triangle-border-controversy/>>. Acesso em: 5 dez. 2016

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Tabela 35 – Comparação da votação do PPP e PNC

ANO	PPP	%	PNC	%	TOTAL
1947	n/d	n/d	n/d	n/d	59.193
1953	77.695	49,73%	n/d	n/d	156.226
1957 ¹⁷	55.552	46,85%	29.802+3.000	27,67%	118.564
1961	93.085	42,29%	89.501	40,66%	220.125
1964	109.332	45,53%	96.657	40,25%	240.120
1968	113.991	36,27%	174.339	55,48%	314.246
1973	92.374	26,42%	243.803	69,74%	349.590
1980	78.414	19,30%	312.988	77,04%	406.265
1985	45.926	15,58%	228.718	77,58%	294.801
1992	162.058	52,47%	128.286	41,54%	308.852
1997	220.667	54,08%	161.901	39,68%	408.057
2001	210.013	52,02%	165.866	41,08%	403.734
2006	183.867	54,26%	114.608	33,82%	338.839
2011	166.340	47,98%	139.678 ¹⁸	40,29%	346.717
2015	202.694	49,20%	207.200 ¹⁹	50,29%	412.012

Fonte: elaborado com base nas tabelas constantes do terceiro capítulo

Tabela 36 – Composição dos parlamentos guianenses

PARLAMENTO	PERÍODO
Primeiro Parlamento	1966 – 1968
Segundo Parlamento	1969 – 1973
Terceiro Parlamento	1973 – 1980
Quarto Parlamento	1981 – 1985
Quinto Parlamento	1986 – 1992
Sexto Parlamento	1992 – 1997
Sétimo Parlamento	1998 – 2001
Oitavo Parlamento	2001 – 2006
Nono Parlamento	2006 – 2011
Décimo Parlamento	2012 – 2014
Décimo Primeiro Parlamento	2015

Fonte: elaborado com base em Narain (2007)

¹⁷ Nessa eleição, o PNC ainda não havia sido criado, mas foram contabilizados os votos das facções *Jaganite* (PPP) e *Burnhamite* (PNC), acrescidos dos votos da UDP.

¹⁸ Em 2011, o PNC se juntou a GAP, NFA e WPA, para formar a APNU.

¹⁹ Em 2015, a APNU obteve ainda o apoio da AFC, que é um partido formado em 2005 por dissidentes do PNC, do PPP e do WPA.

Tabela 37 – Relação dos Chefes de Estado

NOME	PARTIDO	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Rainha Elisabeth II		1952	1970
Sir Edward Victor Luckhoo		23/02/1970	17/03/1970
Arthur Chung		17/03/1970	06/10/1980
Forbes Burnham	PNC	06/10/1980	06/08/1985
Desmond Hoyte	PNC	06/08/1985	09/10/1992
Cheddi Jagan	PPP/C	09/10/1992	06/03/1997
Samuel Hinds	PPP/C	06/03/1997	19/12/1997
Janet Jagan	PPP/C	19/12/1997	11/08/1999
Bharrat Jagdeo	PPP/C	11/08/1999	03/12/2011
Donald Ramotar	PPP/C	03/12/2011	16/05/2015
David Granger	APNU/AFC	16/05/2015	

Fonte: Elaborado com base em Narain (2007)

Tabela 38 – Relação dos Líderes do Legislativo da Guiana

NOME	CARGO	PARTIDO	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Cheddi Jagan	Líder da Casa	PPP	1953	1961
Cheddi Jagan	<i>Premier</i>	PPP	05/09/1961	12/12/1964
Forbes Burnham	<i>Premier</i>	PNC	12/12/1964	26/05/1966
Forbes Burnham	Primeiro-Ministro	PNC	26/05/1966	06/10/1980
Ptolemy Reid	Primeiro-Ministro	PNC	06/10/1980	16/08/1984
Desmond Hoyte	Primeiro-Ministro	PNC	16/08/1984	06/08/1985
Hamilton Green	Primeiro-Ministro	PNC	06/08/1985	09/10/1992
Samuel Hinds	Primeiro-Ministro	PPP/C	09/10/1992	17/03/1997
Janet Jagan	Primeiro-Ministro	PPP/C	17/03/1997	19/12/1997
Samuel Hinds	Primeiro-Ministro	PPP/C	19/12/1997	09/08/1999
Bharrat Jagdeo	Primeiro-Ministro	PPP/C	09/08/1999	11/08/1999
Samuel Hinds	Primeiro-Ministro	PPP/C	11/08/1999	20/05/2015
Moses Nagamootoo	Primeiro-Ministro	APNU/AFC	20/05/2015	

Fonte: Elaborado com base em Narain (2007)

Tabela 39 – Relação dos Líderes da Oposição da Guiana

NOME	CARGO	PARTIDO	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Cheddi Jagan	Líder da Oposição	PPP	1966	1973
Marcelus Singh	Líder da Oposição	LP	1974	1976
Cheddi Jagan	Líder da Oposição	PPP	1976	1980
Cheddi Jagan	Líder da Minoria	PPP	1980	1992
Desmond Hoyte	Líder da Minoria	PNC	1992	2000
Desmond Hoyte	Líder da Minoria	PNC/R	2000	2002
Robert Corbin	Líder da Minoria	PNC/R	2000	2000

Fonte: Elaborado com base em Narain (2007)

Tabela 40 – Composição étnica da população guianense

ANO	1951	1961	1980	1991	2002	2012	
Ameríndios	17.424	26.670	40.343	46.722	68.675	78.492	10,51%
Indo-guianenses	197.696	286.140	394.417	351.939	326.277	297.493	39,83%
Afro-guianenses	158.940	188.390	234.094	233.465	227.062	218.483	29,25%
Mestiços	46.855	71.960	84.764	87.881	125.727	148.532	19,88%
Chineses	3.527	4.170	1.864	1.290	1.396	1.377	0,18%
Portugueses	8.712	8.020	3.011	1.959	1.497	1.910	0,26%
Branços	n/d	n/d	779	308	477	415	0,06%
Outros	3.865	2.830	294	107	112	253	0,03%
Total	437.019	588.180	759.566	723.671	751.223	746.955	100,00%

Fonte: elaborado com base em Kruijff (2006) e Guiana (2016b)

Tabela 41 – Composição do Parlamento de 1947 a 1980

ANO	1947	1953	1957	1961	1964	1968	1973	1980
Total	15	24	14	35	53	53	53	53
PPP		18	9 ²⁰	20	24	19	14	10
PNC			3 ²¹	11	22	30	37	41
UF				4 ²²	7	4	2 ²³	2
Outros	15	6	2					

Fonte: elaborado com base em Narain (2007)

²⁰ Facção *Jaganite*.

²¹ Facção *Burnhamite*, que formaria, posteriormente, o PNC.

²² Concorreu como TUF.

²³ Concorreu em aliança com a LP.

Tabela 42 – Composição do Parlamento de 1985 a 2015

ANO	1985	1992	1997	2001	2006	2011	2015
Total	53	53	53	65	65	65	65
PPP	8	28	29	34	36	32	32
PNC	42	23	22	27	22	26 ²⁴	33 ²⁵
UF	2	1	1	1	1 ²⁶		
AFC					5	7	
Outros	1	1	1	3	1		

Fonte: elaborado com base em Narain (2007)

²⁴ Concorreu em aliança com outros partidos (GAP, JFAP, NDF, NFA e WPA), formando a APNU.

²⁵ Concorreu em aliança com outros partidos, formando a APNU+AFC.

²⁶ Concorreu como TUF.

ANEXOS

Figura 1 – Mapa geopolítico da Guiana



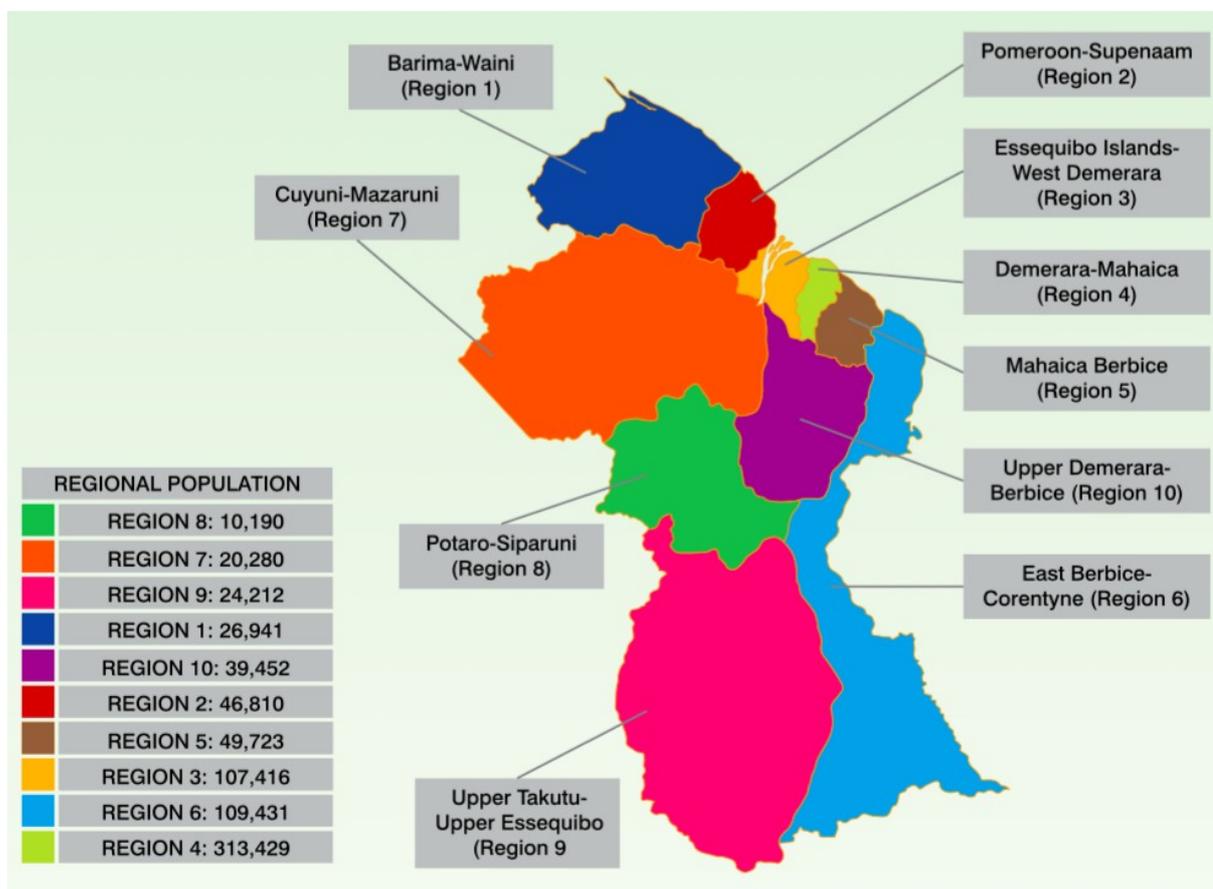
Fonte: Silva (2006, p. 27)

Gráfico 2 – Regiões da Guiana reivindicadas por países vizinhos



Fonte: Wilburg (2015)

Gráfico 3 – Divisão administrativa da Guiana



Fonte: Guyana (2014)

Entrevista com William John Ebenezer Harris

Parte 1 – Individualizar o entrevistado

Armando Nahmias: 1.1. Qual o seu nome completo?

William Harris: William John Ebenezer Harris

Armando Nahmias: 1.2. Qual a sua formação acadêmica?

William Harris: Graduação - Relações Internacionais: *University of Guyana*; Mestrado - Desenvolvimento Regional da Amazônia: Universidade Federal de Roraima

Armando Nahmias: 1.3. Com que etnia o senhor melhor se identifica?

William Harris: Mestiço

Armando Nahmias: 1.4. Qual o seu partido político?

William Harris: *Alliance for Change*

Armando Nahmias: 1.5. Quais os motivos mais determinantes para a sua filiação a esse partido político em específico? (família, etnia, plataforma política, algum político)

William Harris: Plataforma política. Acredito que seja um partido que pode quebrar a garantia de poder para os dois partidos tradicionais, sustentado pelo modo tóxico de votar simplesmente baseada na etnia. Como um terceiro partido que atrai apoio suficiente para ocupar lugares no parlamento, de afro-descendentes e indo-descendentes, pode agir como balanço de poder e fortalecer a democracia.

Armando Nahmias: 1.6. Para o senhor, o que é etnicidade e qual a relevância da etnia na sociedade guianense?

William Harris: Etnicidade é um construto social, e não necessariamente um fato científico. A etnicidade é uma determinação sócio-cultural geralmente baseada em atributos físicos e círculos de socialização.

Armando Nahmias: 1.7. O senhor poderia resumir brevemente em que consiste a ideia do *apanjaht*?

William Harris: Votar no partido que representa sua raça.

Parte 2 - Opinião sobre os dados da pesquisa

Armando Nahmias: 2.1. Com base na análise de dados da minha pesquisa, o senhor consegue visualizar alguma relação entre a votação das coligações APNU/AFC e PPP/C e a composição étnica de cada uma das regiões administrativas guianenses?

William Harris: A análise comprova que o voto é etnicamente determinado, e onde predomina uma população indiana, o PPP/C teria uma vantagem natural. Onde predomina uma população negra, o PNC, ou qualquer coalização que o inclui, teria uma vantagem. Numa população ameríndia a pequena vantagem regional/geográfica pode mudar.

Armando Nahmias: 2.2. Analisando o histórico das votações nas eleições de 2011, 2015 e 2016, percebe-se há uma tendência generalizada de cada região permanecer votando no mesmo partido. As únicas regiões que não mantiveram essa tendência foram as 3 que possuem maioria ameríndia (1, 8 e 9). Como o senhor interpreta esse fato?

William Harris: Historicamente o voto indiano e africano são etnicamente determinados desde que o PPP e PNC respectivamente se constituíram como representantes desse dois grupos étnicos, e ativamente mobilizaram assim. Nunca houve um partido indígena no cenário nacional por vários motivos. Assim, o voto indígena é um voto de conveniência, envolvendo um grau de reciprocidade material pelo voto, e geralmente vai para o partido no poder.

Armando Nahmias: 2.3. Na sua opinião, o fato de o voto nas eleições guianenses ser facultativo teve alguma relevância para o resultado das eleições de 2015?

William Harris: Sim. Alta participação urbana, especialmente entre os jovens

em 2015 favoreceu o APNU/AFC. O voto rural no litoral é mobilizado com mais facilidade e favorece o PPP/C.

Armando Nahmias: 2.4. O senhor gostaria de acrescentar mais alguma observação?

William Harris: Fatores históricos, de colonialismo e violência inter-étnica, garantem que a tendência de votação baseada na etnicidade se perpetue indefinidamente (e independentemente do desempenho dos políticos), assim garantindo poder para os dois partidos tradicionais. Na minha opinião, uma garantia de poder sem a exigência de performance cívica diminui a democracia. Modificações constitucionais são necessárias para 1. entregar um nível de poder e autodeterminação a cada grupo, e 2. diminuir o poder do presidente executivo e seu gabinete. Um ponto de partida ideológico para isso pode ser nos trabalhos do Arend Lijphart na política de uma sociedade plural. Assim, trata-se o voto étnico como uma realidade inegável, e procura soluções estruturais para assegurar a democracia.